



Isabelle Poli Bandeira de Mello

**Violência psicológica contra mulheres
perpetrada por parceiros íntimos:
Uma coletânea de artigos**

Dissertação de Mestrado

Dissertação do mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica, do Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Maria Helena Zamora

Rio de Janeiro,
fevereiro de 2024



Isabelle Poli Bandeira de Mello

**Violência psicológica contra mulheres
perpetrada por parceiros íntimos:
Uma coletânea de artigos**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
(Psicologia Clínica) da PUC-Rio. Aprovada pela
Comissão Examinadora abaixo:

Profa. Maria Helena Rodrigues Navas Zamora

Orientadora

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Maracy Domingues Alves

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Simone dos Santos Paludo

Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 2024

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Isabelle Poli Bandeira de Mello

Graduou-se em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Formada em Terapia Cognitivo- Comportamental pela Instituição "Centro de Psicologia Aplicada e Formação" (CPAF). Formada em Terapia Cognitivo-Comportamental para Minorias (sociais) dada pelo grupo intitulado "TCC para minorias" ofertada pelo "Instituto Carioca de Terapia Cognitivo Comportamental" (FOCO). Especializanda em ACT pelo "Instituto Carioca de Terapia Cognitivo Comportamental" (FOCO) em associação com a rede D'or. Bolsista CAPES.

Ficha Catalográfica

Mello, Isabelle Poli Bandeira de

Violência psicológica contra mulheres perpetrada por parceiros íntimos: uma coletânea de artigos / Isabelle Poli Bandeira de Mello; orientadora: Maria Helena Rodrigues Navas Zamora – Rio de Janeiro: PUC, 2024.

101 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2024.

Inclui referências bibliográficas.

1. Psicologia – Teses. 2. Violência contra as mulheres. 3. Parceiros íntimos. 4. Modelo ecológico. 5. Fatores de risco e proteção. 6. Violência psicológica. I. Zamora, Maria Helena Rodrigues Navas. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Agradecimentos

À Prof^a Dr^a Maria Helena Zamora, uma grande inspiração desde a graduação, por sua valiosa orientação, confiança, parceria e carinho antes e durante toda a trajetória deste trabalho. Sua acolhida já na minha terceira orientação, portanto, em um momento de tanta frustração e descrédito com o mestrado e com a sua continuidade foram essenciais para que eu pudesse persistir. Também agradeço ao suporte para além da orientação, em minha vida pessoal quando vários atravessamentos da violência contra a mulher chegaram até mim no decorrer do mestrado. Ver o nosso percurso de evolução da relação de professora-aluna na graduação seguido de orientadora-orientanda para por fim chegar em uma relação de amizade e companheirismo na luta e na vida foi de um fechamento de ciclo que nem eu mesma poderia prever. Obrigada pelo colo, em todos os sentidos minha cara companheira de trincheira e de vida.

Aos meus colegas de pós-graduação Kívia Rodrigues, Roberto Cabral e Letícia Scandiani que foram risadas e colos quando necessário. Agradeço à Kívia por me ajudar a viabilizar o artigo de revisão sistemática ao se disponibilizar a fazer chamadas de vídeo para vermos as diversas bases de dados e fazer o levantamento de cada uma delas, fora todas as conversas e trocas por mensagens em que ela me orientava da forma mais incrível sendo ela a potência que é. Agradeço ao meu amigo Roberto Cabral que fez uma belíssima tradução de um dos artigos - o do modelo ecológico - para o inglês para que pudéssemos submeter o artigo em revistas internacionais. Agradeço à minha amiga Letícia, cara amiga de mestrado e do futuro doutorado que escutou, incentivou e acreditou no meu projeto por vezes até mais do que eu nos momentos em que as trocas de orientação vieram e eu desanimei.

A minha amiga Isabela Soares que foi a responsável por fazer toda a parte que pra mim é a mais difícil que é de formatar e revisar os textos. Você foi essencial nesse processo agidoce que é a escrita acadêmica.

Aos meus pais que nunca pouparam esforços em me apoiar e me dar suporte ao longo da minha formação, contribuindo assim para que eu pudesse chegar até o mestrado. Vocês foram essenciais para que eu pudesse chegar até aqui academicamente e profissionalmente, além de participarem da minha formação como ser humano e contribuírem para ela.

Ao meu parceiro que foi colo e abrigo em tantos momentos nesse processo, assim como foi parceiro de celebração em tantos outros comemorando cada passo dado.

Ao departamento de Psicologia da PUC-Rio, minha casa na graduação, no mestrado e em 2024 no doutorado também e à CAPES pelos auxílios concedidos à minha pesquisa.

Ao CNPQ e a PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Resumo

Poli, Isabelle; Zamora, Maria Helena. **Violência psicológica contra mulheres perpetrada por parceiros íntimos: uma coletânea de artigos.** Rio de Janeiro, 2024. 101p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A violência psicológica é uma forma de violência contra mulher que pode ser definida como “causar dano emocional à mulher que a prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação” (Lei Federal nº 14.188, 2021 Art. 147- B). Este trabalho é uma reunião de artigos científicos cujo objetivo principal é compreender os fatores preventivos (de risco e de proteção) que envolvem a violência contra a mulher; compreender, descrever a violência psicológica contra a mulher (o fenômeno e o seu conceito), a sua presença ou ausência na literatura, e suas possíveis consequências. Para além disso, buscou-se articular e deixar um caminho preparado para a possibilidade de um agir para além da denúncia do sistema dominante e algumas ideias do que fazer diante disso e de pensar que elementos podem ser colocados para que políticas públicas possam ser desenvolvidas com vista a minimizar o problema da VPCM. Por meio da metodologia da revisão teórica, da revisão sistemática de literatura e da revisão narrativa, foram elaborados 3 artigos. Os resultados da pesquisa apontam para a necessidade de maior destaque para a violência psicológica e os fatores envolvidos na mesma, assim como apontam a necessidade de um maior investimento e reavaliação do papel dela no fenômeno da violência contra mulher.

Palavras-chave

Violência contra as mulheres; parceiros íntimos; modelo ecológico; fatores de risco e proteção; violência psicológica; consequências; violência psicológica contra a mulher.

Abstract

Poli, Isabelle; Zamora, Maria Helena (Advisor). **Psychological violence against women perpetrated by intimate partners: a collection of articles**. Rio de Janeiro, 2024. 101p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Psychological violence is a form of violence against women that can be defined as “causing emotional harm to a woman that harms her and disrupts her full development or that aims to degrade or control her actions, behaviors, beliefs and decisions, through threat, embarrassment , humiliation, manipulation, isolation, blackmail, ridicule, limitation of the right to come and go or any other means that causes harm to their psychological health and self-determination” (Federal Law nº 14,188, 2021 Art. 147- B). This work is a collection of scientific articles whose main objective is to understand the preventive factors (risk and protection) that involve violence against women; understand, describe psychological violence against women (the phenomenon and its concept), its presence or absence in the literature, and its possible consequences. Furthermore, we sought to articulate and leave a path prepared for the possibility of acting beyond the denunciation of the dominant system and some ideas of what to do in the face of this and to think about what elements can be put in place so that public policies can be developed with a view to minimizing the problem of VPCM. Through the methodology of theoretical review, systematic literature review and narrative review, 3 articles were prepared. The research results point to the need for greater emphasis on psychological violence and the factors involved in it, as well as the need for greater investment and reassessment of its role in the phenomenon of violence against women.

Keywords

Violence against women; intimate partners; ecological model; risk and protective factors; psychological violence; consequences; psychological violence against women.

Sumário

1 Introdução.....	10
1.1 Justificativa	15
1.2 Estratégia metodológica.....	21
1.3 Referências bibliográficas	22
2 Primeiro artigo — Modelo ecológico: uma proposta teórica para compreender fatores de risco e de proteção de violência contra mulher	28
2.1 Introdução... ..	30
2.2 Modelo ecológico, fatores de risco e de proteção à violência contra mulher	32
2.3 Fatores de risco e de proteção.....	34
2.4 Considerações finais.....	39
2.5 Referências bibliográficas	39
3 Segundo artigo — Violência psicológica contra a mulher por parceiro íntimo: uma revisão sistemática de literatura.....	49
3.1 Introdução	51
3.2 Método.....	52
3.2.1 Material.....	52
3.2.2 Procedimento de coleta e seleção dos estudos	52
3.2.3 Procedimento de análise.....	54
3.3 Resultados... ..	55
3.4 Discussão.....	57
3.5 Considerações finais.....	61
3.6 Referências bibliográficas	62
4 Terceiro artigo — Consequências da violência psicológica contra mulher perpetrada por parceiros íntimos: uma revisão narrativa	66
4.1 Introdução.... ..	68
4.2 Consequências da violência psicológica contra mulher	70

4.3 Considerações finais.....	72
4.4 Referências bibliográficas	73
5 Considerações finais.....	80
6 Referências bibliográficas	82
7 Anexo... ..	100
7.1 Anexo A: Artigos selecionados.....	100

Lista de figuras

Figura 1 - Quadro retirado de IRIS PAHO - Repositório Institucional da OPAS de 2015	34
Figura 2 - A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas.....	54

1 Introdução

Para que o referencial teórico possa ser apresentado, vale iniciar demarcando o entendimento da autora sobre as violências contra as mulheres como sendo uma forma de violência de gênero. Sendo assim, a violência psicológica nesse trabalho será compreendida sob a perspectiva de gênero. Entendo essa e outras tipologias da violência contra a mulher como uma das representações, talvez até a maior representante da violência de gênero.

O entendimento da violência contra a mulher enquanto violência de gênero está pautado na condição subordinada da mulher na sociedade (Heise et al., 1999), nas relações de poder desiguais entre gêneros: mulheres e homens. Há uma construção social de identidades e de relações interpessoais que revela disparidade de poder, legitimada socialmente (Scott, 1989). Essa percepção coletiva diante do fenômeno influencia a naturalização da violência, consequentemente a sua percepção em diferentes espaços, individualizando na mulher a responsabilidade por romper a situação (Instituto Datafolha & Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBPS], 2017).

A essa disparidade de poder legitimada socialmente dá-se o nome de patriarcado, que em sua definição mais ampla, significa a manifestação e institucionalização da dominância masculina sobre as mulheres na sociedade em geral. A definição, dada por Gerda Lerner, sugere que homens têm o poder em todas as instituições importantes da sociedade e que mulheres são privadas de acesso ao poder (Lerner, 2019, p. 290). Historicamente, os machos estruturaram o poder patriarcal de dominação sobre as fêmeas, ou melhor, sobre o gênero feminino – exercido, como diz Saffioti (2003, p. 117), “diretamente pelo patriarca ou por seus prepostos”.

Trata-se da estruturação social da propriedade, dos poderes, do mando, dos territórios e das condutas: propriedade e poder sobre os corpos, a sexualidade e as condutas sexuais dos gêneros não-masculinos, sobre os territórios públicos no mercado de trabalho, nos postos de decisão e direção e na política. O poder patriarcal estrutura-se, pois, na desigualdade entre os gêneros masculino e feminino, numa “lei do status desigual dos gêneros”. Segundo Saffioti (ibid.), no exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias nomeadas (mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos), recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se

lhes apresenta como desvio.

A dinâmica da organização familiar na ordem patriarcal de gênero é direcionada por padrões fundamentados em dicotomias assimétricas (natureza-cultura; privado-público; reprodução-produção) do feminino e do masculino. Nesses termos, o patriarca possui legitimidade para normatizar e corrigir as condutas de todos/as os membros do grupo domiciliar, especialmente das mulheres e crianças, utilizando diferentes formas de violência, caso considere necessário (Saffioti, 2001a). É a partir dessa opressão que nasce uma das facetas mais marcantes deste sistema: a violência contra mulher, ou seja, a violência contra uma mulher devido ao seu marcador social identitário (gênero).

A violência é considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) um dos problemas de saúde pública em nível mundial (Krug et al., 2002; Moreira et al., 2009). Entre essas, temos a violência contra a mulher (VCM) que pode corresponder a qualquer ato ou omissão de discriminação, agressão ou coerção que cause dano, morte, constrangimento, sofrimento que seja ocasionada pelo simples fato de a vítima representar o feminino (Narvaz & Koller, 2006). A OMS define a violência contra as mulheres como

qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou mentais para as mulheres, inclusive ameaças de tais atos, coação ou privação arbitrária de liberdade, seja em vida pública ou privada (WHO, 1996).

Em 1994, criou-se um instrumento internacional de direitos humanos, adotado pela Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) da Organização dos Estados Americanos: a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida como Convenção de Belém do Pará, que a definiu como: “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (Art. 1º).

Essa Convenção foi um marco por alguns motivos, dentre eles, pelo acréscimo de tipologias sendo elas violência física, sexual e psicológica, além de definir locais específicos em que ela poderia ocorrer como:

ocorrida no âmbito da família ou unidade doméstica ou em qualquer relação interpessoal, quer o agressor compartilhe, tenha compartilhado ou não a sua residência, incluindo-se, entre outras formas, o estupro, maus-tratos e abuso sexual;

e ainda:

aquela ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa, incluindo, entre outras formas, o estupro, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local; e por fim, que pode ser “perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra” (Brasil, 1996).

Outra definição possível é a que está presente na Lei 11.340 (Lei Maria da Penha). A violência doméstica contra a mulher enquadra-se nos termos da lei supracitada, quando há um vínculo afetivo, doméstico e familiar entre o autor da violência e a vítima. Esse vínculo não necessariamente precisa ser biológico, podendo ser também afetivo, ou seja, ocorre quando há uma relação de convivência entre os envolvidos (Bianchini, 2012). Essa lei define violência contra a mulher como “qualquer ação ou omissão, baseada no gênero, que cause a ela qualquer tipo de sofrimento físico, sexual ou psicológico, dano moral ou patrimonial, lesão ou morte” (Lei Federal nº 11.340, 2006). Segundo a Lei 11.340, há cinco domínios de violência contra a mulher, sendo elas violência sexual, física, moral, patrimonial e psicológica.

Nesta dissertação, será discutida a violência psicológica que é compreendida pela supracitada lei como

qualquer conduta que cause à vítima dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões (Lei Federal nº 11.340, 2006 Art. 7º, inciso II).

É também possível pensar na violência psicológica pela ótica da LMP, em 2021 foi criada a Lei nº 14.188 de 28/07/2021, responsável dentre outras coisas, por criminalizar a violência psicológica. Ela foi criada a partir da campanha Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica, promovida pela união do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Essa campanha foi iniciada devido ao aumento do número de denúncias de violência doméstica no período do isolamento social. O CNJ criou um grupo de trabalho para elaborar estudos e ações emergenciais voltados a ajudar as vítimas de violência doméstica durante a fase do isolamento social, criado pela Portaria n. 70/2020. O programa Sinal Vermelho gerou algumas formas de enfrentamento, no entanto, iremos nos ater somente a uma delas que foi a criação do tipo penal de violência psicológica contra a mulher. Por essa lei, violência psicológica contra a

mulher é entendida como:

Causar dano emocional à mulher que a prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação (Lei Federal nº 14.188, 2021 Art. 147- B).

Essa Lei foi de extrema importância, uma vez que a partir dela iniciou-se uma discussão sobre a violência psicológica, além de destacar essa tipologia que por muitas vezes é esquecida e subdimensionada, vista como algo de menor importância tanto culturalmente quanto pela própria literatura científica. Ao realizarmos um levantamento por meio de revisão bibliográfica de literatura (do segundo artigo) é possível ver que a mesma ainda é menos estudada, menos falada e, portanto, muitas vezes menos entendida e que a justificativa para tal é a de que a violência psicológica seria muito subjetiva, impossibilitando assim o seu estudo.

No entanto, conforme dito em um artigo intitulado “Medindo o abuso psicológico por parceiros íntimos: Construindo um indicador transcultural para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”:

Embora a maioria das pesquisas existentes tenha se concentrado na prevalência e nas consequências da violência física e sexual por parceiro, as mulheres frequentemente relatam que o abuso psicológico ou emocional (doravante usado de forma intercambiável) pode ser ainda mais prejudicial (Follingstad, 2009).

Estudos têm relacionado o abuso psicológico sem outras violências a muitas limitações mentais, físicas e funcionais em uma variedade de configurações (Ludermir et al., 2010; Porcerelli et al., 2006; Ruiz-Perez & Plazaola-Castano, 2005; Yoshihama, Horrocks, & Kamano, 2009). Essas descobertas, seguem os autores, levaram a um comentário do Lancet de 2010 pedindo uma “reavaliação radical da importância do abuso emocional na saúde da mulher” (Jewkes, 2010).

Essa reavaliação é de fato extremamente necessária devido ao papel fundamental que a violência psicológica desempenha na estruturação de toda a dinâmica abusiva que provavelmente se seguirá nesse contexto violento, sendo ela a primeira forma de violência empregada em uma estrada, que muitas vezes tem como destino o feminicídio, pelo fator do escalonamento da violência. Com isso,

olhar para a violência psicológica é adotar uma postura preventiva ao lidar com as violências contra as mulheres.

Levando em consideração que um dos contextos mais comuns de violência contra as mulheres é a praticada por alguém do seu círculo íntimo, mais especificamente por parceiro íntimo, selecionou-se esse contexto para ser estudado. Muitos estudos sobre violência cometida contra mulheres têm indicado o parceiro íntimo como principal perpetrador (Baugher & Gazmararian, 2015; D'Oliveira, et al., 2009; Garcia-Moreno et al., 2006; Gielen et al., 1994; Miranda et al. 2010; Saltzman et al., 2003; Schraiber et al., 2007; Waiselfisz, 2015). A partir desses achados, um termo utilizado na literatura é a violência por parceiro íntimo (VPI) que se caracteriza por atitudes que, dentro de uma relação íntima, provocam danos físicos, sexuais ou mentais (Rosa et al., 2013). O conceito de parceiros íntimos foi selecionado nessa pesquisa, em consonância com a literatura, pela alta prevalência e devido a necessidade de diminuir as muitas possibilidades contextuais em que se pode acontecer a violência psicológica contra as mulheres.

Exemplificando as informações trazidas anteriormente, segundo dados do primeiro semestre de 2016 da Central de Atendimento à Mulher, mais de 67% dos casos apontaram homens como autores da violência em relações heterossexuais (Brasil, 2016), corroborando com a afirmativa de que, em relações íntimas, a prevalência de violência é de autoria do homem contra a mulher (Krug et al., 2002), o que mais uma vez evidencia a vivência de desigualdade de gênero no relacionamento afetivo (Schraiber et al., 2007). Ademais, investigações realizadas em serviços de saúde mostram prevalências anuais de violência contra mulher perpetrada pelo parceiro íntimo oscilando entre 4% a 23% e aumentando para 33% a 39%, quando considerada a violência no período total da vida das mulheres (Kronbauer et al., 2005).

A violência perpetrada por parceiros íntimos traz um desafio maior ainda, pois são violências como a violência psicológica que ocorrem numa configuração relacional em que há envolvimento emocional com quem as vitimiza e por vezes, há dependência econômica nesse campo relacional.

Esse fenômeno apresenta consequências em dimensões não só individuais, mas também familiares e coletivas, incluindo impactos sociais significativos (Krug et al., 2002; Paixão et al., 2014). São consequências conhecidas: isolamento social, incapacidade para exercer atividades laborais e, por conseguinte, perda de

salário, prejuízo na realização de atividades cotidianas, além da limitação no cuidado consigo e com os outros (Mendonça & Ludermir, 2017).

Ademais, a VPI também gera impacto nas/os filhas/os que a presenciam, pois estes estão mais propensos a apresentar problemas emocionais e comportamentais, incluindo ansiedade, depressão, baixo rendimento escolar, baixa autoestima, desobediência, pesadelos e problemas de saúde física (OMS, 2002). Este dado é ainda mais expressivo quando se identifica o ambiente doméstico como principal local de ocorrência da violência (Waiselfisz, 2015).

Por fim, considerando os objetivos apresentados no resumo, essa dissertação buscará, a partir da construção de três artigos, inicialmente compreender os fatores preventivos (de risco e de proteção) que envolvem a violência contra a mulher para em seguida, focando na VPCM buscar compreendê-la e descrevê-la (o fenômeno e o seu conceito), verificar a sua presença ou ausência na literatura, e, por fim, mapear as possíveis consequências dessa tipologia.

A definição da VPCM final que fundamentará esse trabalho será a da Lei nº 14.188 de 28/07/2021 por ela fazer parte do movimento que é defendido aqui nesse trabalho que é o de enfatizar a VPCM trazendo-a como destaque, como foco. No entanto, para chegar nela, primeiro buscou-se apresentar por meio de qual modelo teórico a VCM será compreendida assim como para poder compreender formas preventivas para em seguida, ter todo o resto da dissertação dedicada a VPCM. Isso porque o caminho escolhido foi o de primeiro apresentar qual a base teórica que será a guia para a compreensão da VCM e da VPCM para em seguida se atentar à segunda e aos seus desdobramentos considerando esse referencial teórico.

1.1 Justificativa

A OMS, em 2013, trouxe outros dados sobre os efeitos da experiência de sofrer violências na qualidade de vida. No que concerne às consequências individuais, dentre as mais comuns às mulheres estão: sintomas de depressão, ansiedade, tentativas de suicídio, lesões, invalidez permanente, distúrbios fisiológicos e psicossomáticos, dores crônicas e efeitos na saúde reprodutiva (OMS, 2013). Há ainda estudos que associam transtornos de humor, transtorno de

estresse e por uso de substâncias à exposição à violência (Guedes et al., 2009; OMS, 2013; Ribeiro et al., 2009; Trevillion et al., 2012).

Além disso, existe alta prevalência de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) em mulheres com histórico de verificação preliminar de informação, em comorbidades com sintomas de depressão e ansiedade (Hatzenberger et al., 2010). Por último, a publicação da Classificação Internacional de Doenças, 11ª edição (CID-11), apresenta o diagnóstico de TEPT complexo, o qual envolve exposição prolongada a situações traumáticas, sendo a violência doméstica um exemplo (CID, 2018). Trata-se de um quadro clínico complexo que envolve efeitos graves, com dificuldades na regulação emocional de quem sofreu sistematicamente as violências (Tractenberg et al., 2016).

Segundo o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde (Krug et al., 2002), mulheres que sofreram violência apresentam maior risco para uma saúde precária no futuro. Os transtornos mentais associados à exposição da mulher à violência comumente citados na literatura são os transtornos de humor, transtornos de ansiedade, transtornos relacionados ao estresse, transtornos por uso de substâncias e transtorno obsessivo compulsivo (Habigzang et al., 2018; Jonas et al., 2014; Mozzambini et al., 2011; Ribeiro et al., 2009). Pesquisas revelam que mulheres expostas à violência doméstica apresentam um nível elevado de depressão; são três vezes mais acometidas por ideias de suicídio; as sobreviventes deste tipo de violência possuem mais períodos de nervosismo e irritabilidade; há uma taxa elevada de confusão e perda de memória, e mulheres que sofrem essa violência de forma rotineira tendem ao isolamento (Almeida, 1999); fragmentação da autoestima, autoidentidade, autoeficácia e autoconfiança (Childress, 2013); sintomas e transtornos depressivos (Chandan et al., 2019); sintomas e transtornos de ansiedade (Lourença & Costa, 2020); TEPT (Galano et al., 2017) e uso de substâncias (Street et al., 2005).

Outras consequências identificadas na literatura ligadas às consequências físicas são: lesões corporais como hematomas, cortes, queimaduras, fraturas etc. (Savall et al., 2017); óbito (Souza et al., 2017); “distúrbios funcionais” ou “condições associadas ao estresse”, tais como síndrome do intestino irritável e sintomas gastrointestinais, fibromialgia, síndromes de dor crônica e exacerbação da asma (WHO, 2012a); impactos na saúde física que podem levar à funcionamento físico reduzido e até mesmo à invalidez permanente (WHO,

2002); relações sexuais forçadas, infecções sexualmente transmissíveis [ISTs], incluindo HIV, aborto, aborto inseguro, gravidez indesejada, doença inflamatória pélvica, infecções do trato urinário e disfunção sexual (WHO 2012a/2014); aborto espontâneo, trabalho de parto prematuro, entrada tardia no pré-natal, baixo peso do feto ao nascer ou mortalidade materna (WHO, 2012a).

Com relação às consequências cognitivas é possível perceber o desenvolvimento de cognições pós-traumáticas disfuncionais sobre si mesma, sobre o mundo e sobre conteúdos relacionados à autorresponsabilização pela violência (Beck et al., 2015); alteração de diferentes sistemas neurobiológicos do organismo como sistema imune, endócrino e nervoso, por conta da exposição recorrente a violência, que pode colocar o corpo em estado crônico de estresse, trazendo alterações na velocidade de processamento da informação, na memória, na atenção e nas funções executivas (Goldberg et al., 2021); dificuldades na resolução de problemas (Reich et al., 2015; Street et al., 2005).

Outro aspecto que pode ser observado são as consequências emocionais que incluem déficit importante no processo de regulação emocional (Zamir & Lavee, 2014); culpa, vergonha, estresse, sentimento de insegurança, dificuldades em novos vínculos, medo, tristeza e raiva (Parente, Nascimento, & Vieira, 2009; Diniz, Lopes, Rodrigues, & Freitas, 2007; Silva, Valongueiro, Araújo, & Ludermir, 2015; Mendonça & Ludermir, 2017).

Sobre as consequências comportamentais, pode-se encontrar na literatura evitação de lugares e pessoas que tragam recordações negativas (APA, 2017); dificuldade para manter o trabalho e/ou estudos (WHO, 2014; Breiding et al., 2015); dificuldades para comunicar necessidades e limites nas relações (Cardoso & Costa, 2019).

Há um pressuposto de que as violências física e sexual são inevitavelmente mais graves que a violência psicológica. No entanto, a violência psicológica, considerada qualquer ação ou omissão como xingamentos, ofensas, ameaças e injúrias, ocasiona danos à autoestima, à identidade e efeitos à saúde física e mental da mulher. Os prejuízos muitas vezes podem ser irreparáveis no que se refere ao desenvolvimento emocional da mulher violentada, que na maioria dos casos é jovem; e pode ocasionar marcas para o resto da vida (Mühlen et al., 2011). A violência psicológica pode iniciar de forma lenta e insidiosa e progredir em intensidade e consequência, com humilhações públicas ou privadas.

Por se tratar de uma questão que envolve aspectos multifatoriais, a mulher vai sendo paulatinamente submetida a diversas restrições, tais como o isolamento, adotando por vezes o silêncio como estratégia de enfrentamento frente à violência. Em estudo sobre a violência de gênero, mulheres relatam que a pior forma de violência que vivenciaram foi a verbal/psicológica, gerando marcas impossíveis de serem esquecidas (Dalcin & Souza, 2011).

Esse tipo de violência ocorre primariamente às outras formas de violência, e perdura durante todo o ciclo de violência; somando-se a esta, com o passar do tempo outras formas de violência as quais vão sendo incorporadas. Dessa forma, a violência psicológica ocorre sempre *a priori*. Observa-se nas mulheres em situação e/ou com histórico de violência o sofrimento psíquico, segundo elas mais intenso do que a violência na forma de agressão física. Admitem seu caráter silencioso, crônico, comprometedor da saúde psicológica da mulher. O companheiro usa esse tipo de agressão na intenção de prejudicar a imagem da mulher, fazendo-a sentir-se sem valor e desprezada; o seu objetivo é a aniquilação da identidade e do senso de identidade e de individualidade daquela mulher para que assim ele tenha maior facilidade em aplicar as outras tipologias de violência *a posteriori*.

Esse ciclo de violência se inicia geralmente de maneira discreta, tênue. As manifestações violentas começam com pequenas privações, provocações, situações de humilhação, intimidação e insultos. Tais violências psicológicas e morais evoluem sistematicamente, prejudicando a autoestima, a confiança e a autonomia da mulher, podendo acarretar outras demonstrações de violência, como a física ou sexual. Episódios agudos de violência podem fazer a mulher querer ou tentar sair da relação. Diante disso, o parceiro tende a culpabilizá-la pela situação, ao mesmo tempo em que promete mudanças de comportamento, sugerindo ou garantindo uma transformação da relação (Lucena et al., 2016). É importante destacar a relevância de se analisar a ocorrência da violência psicológica e as formas de preveni-la, visto ser considerada o ponto inicial que deflagra todas as outras formas de violência (Moreira et al., 2011).

É um fenômeno capaz de fazer com que a mulher perca, com o passar do tempo, dentre outras coisas, sua autoestima. A violência cometida por homens contra mulheres assume uma feição crônica e estabilizada; é empreendida sobre a mesma mulher em situação de violência e é constantemente ritualizada (Fonseca

et al., 2012). Vale ressaltar que na maioria dos casos, a violência psicológica ou emocional é a mais encontrada, principalmente nas modalidades de humilhações, xingamentos e desprezo. (Fonseca et al., 2012). Ela pode comprometer a autoestima, levando à distorção do pensamento na construção de crenças de desvalor e autodepreciação, interferindo no bem-estar e no desenvolvimento da saúde psicológica da mulher. Os maus-tratos sofridos pela mulher geram perdas significativas em sua saúde física e mental (Monteiro & Souza, 2007). As repercussões na vida da mulher em situação de violência e/ou com histórico de violência são enormes.

Quanto à mulher em situação de violência doméstica, um dos principais impactos é a autoestima diminuída, que está relacionada tanto ao abuso físico quanto ao psicológico, seja como desdobramento das violências ou como fator de risco para que elas ocorram. A violência psicológica busca atacar de forma direta a autoestima da mulher com histórico de violência e ocorre quando o perpetrador se utiliza da ameaça, da humilhação, para inferiorizar e amedrontar a mulher.

Vale ressaltar que a violência psicológica, mesmo sendo a mais frequente, é a menos denunciada. Um dos fatores apresentados é o fato de ela não ter um diagnóstico técnico adequado, bem como a própria ciência da mulher em situação de violência que sofre esse tipo de violência, muitas vezes essa sendo uma predição da violência física (Dias, 2013).

Tendo em vista esse potencial caráter progressivo e de escalonação da violência (Siqueira et. al, 2019), focar na exploração do conceito de violência psicológica, faz-se necessário a fim de pensar em medidas preventivas. O fato de a violência psicológica ser menos enfatizada deve-se à prioridade que é dada às consequências físicas em detrimento das psicológicas, que são igualmente graves. A violência psicológica afeta, além da vítima, a todos que convivem com ela de forma direta, como os filhos ou outros familiares. A literatura sugere que é preciso repensar sobre a dicotomia entre dano físico e psicológico. O fenômeno da violência contra a mulher produz um efeito bidimensional que causa danos físicos e emocionais em suas vítimas (Melo et al., 2005; Rovinski, 2004).

Por fim, é importante enfatizar que a violência psicológica causa, por si só, graves problemas de natureza emocional e física. Independentemente de sua relação com a violência física, a violência psicológica deve ser identificada, em especial, pelos profissionais que atuam nos serviços públicos, sejam estes de

saúde, segurança ou educação. Não raro, são detectadas situações graves de saúde, fruto do sofrimento psicológico, dentre as quais se destacam: dores crônicas, síndrome do pânico, depressão, tentativa de suicídio e distúrbios alimentares. Como já dito anteriormente, isso significa que a violência psicológica deve ser enfrentada como um problema de saúde pública pelos profissionais, independentemente de eclodir ou não a violência física (Silva et al., 2007).

Foi a partir desse entendimento da necessidade de termos um olhar mais preventivo, que surgiu a escolha do modelo ecológico de Heise, uma vez que um dos principais pontos dele é pensar fatores de risco e de proteção. É a partir desse entendimento de que há fatores que vulnerabilizam as mulheres que podemos, enquanto profissionais da clínica e da saúde em geral, tentar antecipar alguns processos como o de uma escalada da violência. É a partir da compreensão desses fatores que podemos, em um atendimento clínico, aumentar os pontos de proteção como: ter suporte social, ter acesso à informação e outros e diminuir fatores de risco, como falta de recursos financeiros, crenças sociais machistas e estereotipadas de gênero e afins. E é a partir do entendimento desses fatores que podemos estruturar políticas públicas mais eficientes por conseguirem, já preventivamente, traçar estratégias mais eficientes de enfrentamento à VCM.

Esse modelo, conforme será visto no primeiro artigo, também traz que a VCM é um fenômeno multifatorial, multicausal e, portanto, complexo, pois há vários fatores, de diversos níveis, interagindo para que uma mulher esteja ou possa entrar em uma situação de violência. E o objetivo de trazer essa complexidade é para trazer uma contribuição social para maior conscientização e redução de explicações simplistas e unicasais, quando há uma gama complexa de fatores que desencadeiam a VCM e que inclusive tornam alguns indivíduos mais possíveis de perpetrarem violências ou para sofrerem. Sendo assim, é parte de nossa responsabilidade social poder agir de forma preventiva e protetiva por meio de programas mais efetivos para que o combate a VCM comece antes mesmo do percurso da mesma se iniciar.

Quanto ao caminho metodológico escolhido, as revisões foram estratégias escolhidas por serem uma metodologia capaz de fazer um apanhado, seja ele sistematizado ou não, do que vem sendo produzido, em termos de literatura, organizando assim em um só lugar várias informações produzidas de forma independente. É uma estratégia de promover um diálogo de vários autores e

produções sobre um mesmo tema, gerando assim possíveis discussões que podem auxiliar no avanço do entendimento daquele constructo. Ademais, é a partir da teoria que se faz uma prática e é então a partir da revisão teórica que podemos em seguida pensar e propor intervenções, criação de políticas públicas e afins.

1.2 Estratégia metodológica

A estratégia metodológica consistiu na elaboração de revisões, compondo três artigos teóricos. O primeiro e o último artigo consistiram em uma revisão não sistematizada.

O segundo consistiu em uma revisão sistemática de literatura e nele realizou-se a busca de artigos indexados nas bases de dados: SciELO, PubMed, Scopus, Portal de Periódicos CAPES, Pycinfo e Lilacs. Posteriormente, foram definidos os seguintes descritores para as bases de dados: “violência psicológica” AND “mulher”; “*psychological violence*” AND “*woman*”.

Os critérios de inclusão dos artigos foram: o artigo abordar o construto violência psicológica contra a mulher, ter como alvo mulheres com idade igual ou superior a 18 anos, se tratar de VPCA ocorrida entre parceiros íntimos, artigos disponibilizados até junho de 2023 e o artigo estar em português, inglês ou espanhol. Foram excluídos artigos que tinham como alvo somente crianças e adolescentes e aqueles que não estavam disponíveis na íntegra nas referidas bases de dados, bem como resumos, teses e dissertações, livros e atas de congressos.

Na etapa de leitura dos títulos e resumos foi necessário acrescentar mais critérios de inclusão, visto que o número ainda se encontrava muito elevado. Com isso, acrescentaram-se os critérios estudos com amostras brasileiras e produzidos no Brasil a partir de 2021. Nessa mesma etapa, também foi adicionado um critério de exclusão, sendo ele serem artigos teóricos como revisões sistemáticas, a fim de promover a diminuição do número de artigos a serem lidos na íntegra.

Na busca inicial, realizada por meio dos descritores, foram encontrados 2.344 artigos (SciELO = 93; PubMed = 397; Lilacs = 195; Scopus = 658; Portal de Periódicos CAPES = 965; Pycinfo = 36). Inicialmente, todos os artigos (N = 2.344) foram exportados para a base de dados Zotero e artigos em duplicidade foram eliminados, restando 2.227 artigos (SciELO = 62; PubMed = 370; Lilacs = 191; Scopus = 635; Portal de Periódicos CAPES = 935; Pycinfo = 34).

Posteriormente, realizou-se a leitura dos títulos e resumos dos artigos, selecionando os que atendessem aos critérios de inclusão propostos, de modo que os artigos que não obedeciam a tais critérios foram descartados, restando 203 artigos após a adição de critérios finais de inclusão e de exclusão.

Vale observar que nessa etapa da triagem da leitura dos títulos e resumos dos artigos foram descartados alguns artigos duplicados que não foram excluídos pelo software Zotero, manualmente. Ademais, com os critérios iniciais de inclusão, o N ainda ficou bastante elevado, sendo assim necessário adicionar os critérios finais (estudos com amostras brasileiras, produzidos no Brasil) nessa etapa, além do critério de exclusão de artigos teóricos.

Após a retirada dos artigos cujos textos completos não foram identificados (n = 18), restaram 185 artigos para serem lidos na íntegra. Como o N ainda estava muito grande, foi colocado um último critério de inclusão: somente artigos produzidos a partir de 2021. Desses, 158 não respeitaram os critérios de inclusão sendo assim descartados e restando um número final de 27 artigos. Por fim, foram realizadas análises estatísticas pelo programa Jasp, para que fosse avaliada a distribuição dos dados encontrados.

Assim, a seguir, estão expostos os artigos escritos a partir da revisão teórica, sistemática e narrativa.

1.3 Referências bibliográficas

ALMEIDA, M. S. C.; SOUSA FILHO, L. F. de; RABELLO, P. M.; SANTIAGO, B. M. International Classification of Diseases – 11th revision: from design to implementation. **Revista de Saúde Pública**, v. 54, p. 104, 2020. DOI: 10.11606/s1518-8787.2020054002120.

ALMEIDA, S. D. Efeitos devastadores. **Revista UNIFEM**, v. 1, n. 1, p. 12-3, 1999.

BAUGHER, A. R.; GAZMARARIAN, J. A. Masculine gender role stress and violence: A literature review and future directions. **Aggression and Violent Behavior**, v. 24, p. 107-112, 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1359178915000403>

BRASIL. Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996. **Promulga a Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher**,

concluída em Belém do Pará, em 09 de junho de 1994. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.

DALCIN, C.; SOUZA, M. Violência contra a mulher: Reflexões para o cuidado de enfermagem. In: OLIVEIRA, F. S.; JAEGGER, F. P. S. M. (Orgs.). **Anais do Interfaces no Fazer Psicológico**, v. 4, p. 37, 2011.

D'OLIVEIRA, A. F. P. L. et al. Atenção integral à saúde de mulheres em situação de violência de gênero: Uma alternativa para a atenção primária em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, p. 1037-1050, 2009. DOI: 10.1590/S1413-81232009000400011.

DUTRA, M. L.; PRATES, P. L.; NAKAMURA, E.; VILLELA, W. V. A configuração da rede social de mulheres em situação de violência doméstica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 5, p. 1293-1304, 2013. DOI: 10.1590/S1413-81232013000500014.

FOLLINGSTAD, D. R. The impact of psychological aggression on women's mental health and behavior: the status of the field. **Trauma, Violence & Abuse**, v. 10, n. 3, p. 271–289, 2009. DOI: 10.1177/1524838009334453.

FONSECA, D. H. da; RIBEIRO, C. G.; LEAL, N. S. B. Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 2, p. 307–314, 2012. DOI: 10.1590/S0102-71822012000200008.

GARCIA-MORENO, C.; JANSEN, H. A.; ELLSBERG, M.; HEISE, L.; WATTS, C. H. Prevalence of intimate partner violence: findings from the WHO multi-country study on women's health and domestic violence. **The Lancet**, v. 368, n. 9543, p. 1260-1269, 2006. DOI: 10.1016/S0140-6736(06)69523-8.

GIELEN, A. C.; O'CAMPO, P.; FADEN, R. R.; KASS, N.; XUE, X. Interpersonal conflict and physical violence during the childbearing year. **Social Science and Medicine**, v. 39, p. 781-787, 1994.

GUEDES, R. N.; SILVA, A. T. M. C. da; FONSECA, R. M. G. S. da. A violência de gênero e o processo saúde-doença das mulheres. **Escola Anna Nery**, v. 13, n. 3, p. 625–631, 2009. DOI: 10.1590/S1414-81452009000300024.

HATZENBERGER, R. et al. Transtorno de estresse pós-traumático e prejuízos cognitivos em mulheres vítimas de violência pelo parceiro íntimo. **Ciências e Cognição**, v. 15, n. 2, p. 94-110, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212010000200009&lng=pt&nrm=iso

- JEWKES, R. Emotional abuse: a neglected dimension of partner violence. **The Lancet**, v. 376, n. 9744, p. 851-852, 2010. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(10\)61079-3/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(10)61079-3/fulltext)
- KRONBAUER, J. F. D.; MENEGHEL, S. N. Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. *Revista de Saúde Pública*, v. 39, n. 5, p. 695–701, 2005. DOI: 10.1590/S0034-89102005000500001.
- KRUG, E. G.; MERCY J. A.; DAHLBERG L. L.; ZWI A.B. **World report on violence and health**. Geneva: World Health Organization, 2002. DOI: 10.1590/S1518-8787.2017051006912.
- LERNER, G. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Tradução de Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.
- LUCENA, K. D. T. de; DEININGER, L. de S. C.; COELHO, H. F. C.; MONTEIRO, A. C. C.; VIANNA, R. P. de T.; NASCIMENTO, J. A. do. Análise do ciclo da violência doméstica contra a mulher. **Journal of Human Growth and Development**, v. 26, n. 2, p. 139-146, 2016. DOI: 10.7322/jhgd.119238.
- LUDERMIR, A. B.; LEWIS, G., VALONGUEIRO, S. A., de ARAÚJO, T. V.; ARAYA, R. Violence against women by their intimate partner during pregnancy and postnatal depression: a prospective cohort study. **The Lancet** (London, England), v. 376, n. 9744, p. 903–910, 2010. DOI: 10.1016/S0140-6736(10)60887-2.
- MELO, Z. M. de et al. Família, álcool e violência em uma comunidade da cidade do Recife. **Psicologia em Estudo**, v. 10, p. 201-208, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/zzZnHK53MMVkzcNMLzrfyMq/?lang=pt>
- MENDONÇA, M. F. S. de; LUDERMIR, A. B. Intimate partner violence and incidence of common mental disorder. **Revista de Saúde Pública**, v. 51, p. 32, 2017. DOI: 10.1590/S1518-8787.2017051006912.
- MIRANDA, M. P. D. M.; PAULA, C. S. D.; BORDIN, I. A. Violência conjugal física contra a mulher na vida: prevalência e impacto imediato na saúde, trabalho e família. **Revista Panamericana de Salud Publica**, v. 27, n. 4, p. 300-308, 2010. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/rpsp/v27n4/a09v27n4.pdf>
- MONTEIRO, C. F. de S.; SOUZA, I. E. de O. Vivência da violência conjugal: fatos do cotidiano. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 16, p. 26-31, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/3f9LYtJbg9XJWLZZ3QXmgtg>

MOREIRA, V.; BORIS, G. D. J. B.; VENÂNCIO, N. O estigma da violência sofrida por mulheres na relação com seus parceiros íntimos. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. 2, p. 398–406, 2011. DOI: 10.1590/S0102-71822011000200021.

MÜHLEN, B. K. von; DEWES, D.; STREY, M. N. A violência silenciosa: segredos na família e o impacto para a criança. In: OLIVEIRA, F. S. de; SANTA MARIA JAEGER, F. P. (Eds.). **Anais do Interfaces no Fazer Psicológico**, v. 4, pp. 17-18. RS: Centro Universitário Franciscano. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, p. 35-76, 2011.

OLIVEIRA, E. M. de et al. Atendimento às mulheres vítimas de violência sexual: um estudo qualitativo. **Revista de Saúde Pública**, v. 39, n. 3, p. 376–382, 2005. DOI: 10.1590/S0034-89102005000300007.

OSHIHAMA, M.; HORROCKS, J.; KAMANO, S. The role of emotional abuse in intimate partner violence and health among women in Yokohama, Japan. **American journal of public health**, v. 99, n. 4, p. 647–653, 2009. DOI: 10.2105/AJPH.2007.118976.

- PAIXÃO, L. A. B. de N. Assistência de enfermagem à mulher vítima de violência. (Monografia de Bacharelado em Enfermagem). Universidade de Brasília, Ceilândia/DF. para a saúde da mulher. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 13, n. 1, p. 1-18, 2014. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.36298/gerais2020130109>
- PORCERELLI, J. H.; West, P. A.; Binienda, J.; Cogan, R. Physical and psychological symptoms in emotionally abused and non-abused women. **Journal of the American Board of Family Medicine: JABFM**, v. 19, n. 2, p. 201–204, 2006. DOI: 10.3122/jabfm.19.2.201.
- RIBEIRO, W. S.; ANDREOLI, S. B.; FERRI, C. P.; PRINCE, M.; MARI, J. J. Exposição à violência e problemas de saúde mental em países em desenvolvimento: uma revisão da literatura. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 31, S49–S57, 2009. DOI: 10.1590/S1516-44462009000600003.
- ROSA, D. O. A.; RAMOS, R. C. D. S.; MELO, E. M. D.; MELO, V. H. A violência contra a mulher provocada por parceiro íntimo. **Femina**. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/0100-7254/2013/v41n2/a3793.pdf>
- ROVINSKI, S. L. R. **Dano psíquico em mulheres vítimas de violência**. Lumen Juris, 2004.
- RUIZ-PÉREZ, I.; PLAZAOLA-CASTAÑO, J. Intimate partner violence and mental health consequences in women attending family practice in Spain. **Psychosomatic Medicine**, v. 67, n. 5, p. 791–797, 2005. DOI: 10.1097/01.psy.0000181269.11979.cd.
- SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu** – desdobramentos do feminismo, n. 16, especial, organizado por Maria Lygia Quartim de Moraes. IFCH/UNICAMP, Campinas, p. 115-136, 2001.
- SAFFIOTI, H. I. B. Gênero e Patriarcado: a necessidade da violência in Castilho. MARTIN, M.; OLIVEIRA, S. de. (Orgs.) – **Marcadas a ferro: Violência contra a violência de gênero**.
- SAFFIOTI, H. I. B. Violência doméstica sob a lei 9.099/95. **Relatório apresentado ao CNPq**, p. 140, 2003.
- SALTZMAN, L. E; JOHNSON, C. H.; GILBERT, B. C.; GOODWIN, M. M. Physical abuse around the time of pregnancy: an examination of prevalence and risk factors in 16 states. **Maternal and child health journal**, v. 7, p. 31-43, 2003.

Disponível

em:

<https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/dephcl8&div=22&id=&page=>

SCHRAIBER, L. B. et al. Violência contra a mulher entre usuárias de serviços básicos de saúde da rede pública da grande São Paulo. **Revista de Saúde Pública**, v. 41, n. 3, p. 359-67, 2007.

SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; FRANÇA-JUNIOR, I.; DINIZ, S.; PORTELLA, A. P.; LUDERMIR, A. B.; VALENÇA, O.; COUTO, M. T. Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 41, n. 5, p. 797–807, 2007. DOI: 10.1590/S0034-89102007000500014.

SILVA, L. L. da; COELHO, E. B. S.; CAPONI, S. N. C. de. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 11, n. 21, p. 93–103, 2007. DOI: 10.1590/S1414-32832007000100009.

SIQUEIRA, C. A.; ROCHA, E. S. S. Violência psicológica contra a mulher: Uma análise bibliográfica sobre causa e consequência desse fenômeno. **Revista Arquivos Científicos (IMMES)**, v. 2, n. 1, p. 12-23, 2019. Disponível em: <https://arqcientificosimmes.emnuvens.com.br/abi/article/view/107>

TRACTENBERG, S. G.; MACIEL, L. M.; KLUWE-SCHIAVON, B.; LEVANDOWSKI, M. L.; KRISTENSEN, C. H. Intervenções em terapia cognitivo-comportamental para trauma complexo: uma revisão sistemática. **Temas em Psicologia**, v. 24, n. 2, p. 533-547, 2016.

TREVILLION, K.; ORAM, S.; FEDER, G.; HOWARD, L. M. Experiences of domestic violence and mental disorders: a systematic review and meta-analysis. **PloS one**, v. 7, n. 12, e51740, 2012. DOI: 10.1371/journal.pone.0051740.

WASELFISZ, J. J. Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil. **Curadoria Enap**, 2015. Disponível em: <https://exposicao.enap.gov.br/items/show/225>

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global consultation on violence and health**. Violence: a public health priority. Geneva: WHO, 1996. (Document WHO/EHA/SPI.POA.2). Disponível em: https://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/summary_en.pdf

2 Primeiro artigo — Modelo ecológico: uma proposta teórica para compreender fatores de risco e de proteção de violência contra mulher

Isabelle Poli

Maria Helena Zamora

Resumo

Estudar a violência contra mulher perpetrada por parceiros íntimos é essencial; sendo ela definida pela OMS como um problema de saúde pública. Para ilustrar a gravidade do assunto, apresentam-se alguns dados de violência contra mulher no Brasil. O artigo tem como objetivo compreender os fatores preventivos (de risco e de proteção) que envolvem a violência contra a mulher visando a prevenção da violência, por meio da revisão teórica, explorando conceitos pertinentes ao tema como diversidade, interseccionalidade, fatores de risco e de proteção. É proposto o modelo ecológico de Heise, como um recurso teórico essencial para guiar o entendimento da VCM e o atendimento dessas mulheres. Compreender os fatores ligados a violência contra mulher perpetrada por parceiros íntimos pode tornar as intervenções mais eficientes, visando contribuir para a construção de políticas públicas e de intervenções que possam contribuir para o fim dessa realidade que assola milhões de mulheres não somente no Brasil como no mundo todo.

Palavras-chave

Violência contra mulher; parceiros íntimos; modelo ecológico; fatores de risco e de proteção.

Abstract

Ecological model: a theoretical proposal to understand risk and protective factors for violence against women

Studying violence against women perpetrated by intimate partners is essential; which is defined by the WHO as a public health problem. To illustrate the seriousness of the issue, some data on violence against women in Brazil is presented. The article aims to understand the preventive factors (risk and protection) that involve violence against women with a view to preventing violence, through theoretical review, exploring concepts relevant to the topic such as diversity, intersectionality, risk factors and protection. Heise's ecological model is proposed as an essential theoretical resource to guide the understanding of VAW and the care of these women. Understanding the factors linked to violence

against women perpetrated by intimate partners can make interventions more efficient, aiming to contribute to the construction of public policies and interventions that can contribute to the end of this reality that plagues millions of women not only in Brazil but around the world all.

Keywords

Violence against women; intimate partners; ecological model; risk and protective factors.

2.1 Introdução

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define a violência contra mulher (VCM) como

qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou mentais para as mulheres, inclusive ameaças de tais atos, coação ou privação arbitrária de liberdade, seja em vida pública ou privada (ONU, 1993).

A VCM é sustentada pela estrutura patriarcal – um conjunto de relações sociais de base material com relações hierárquicas entre homens e solidariedade entre eles, que os habilitam a controlar as mulheres. Patriarcado é o sistema masculino de opressão às mulheres (Hartman, 1979), amplamente institucionalizado (Lerner, 2019), inclusive pela violência.

Na avaliação dos dados epidemiológicos brasileiros, encontram-se elementos que sustentam as afirmações anteriores. Segundo Ramos (2022), 1975 casos de violência contra a mulher foram monitorados por Rede especializada em 2021. Entre eles, 409 são feminicídios. Foi encontrado um registro de violência contra mulheres a cada cinco horas no último ano e aumento de 8% nos casos, em relação aos números de 2020. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) de 2022 relatou um estupro a cada 10 minutos e um feminicídio a cada 7 horas em 2021; 56098 estupros (incluindo de vulneráveis), apenas do gênero feminino, o crescimento de 3,7% em relação ao ano anterior; 1319 mulheres vítimas de feminicídio em 2021.

A pandemia trouxe um agravamento para os números registrados, culminando em um aumento da vulnerabilidade psicossocial das mulheres, conforme foi abordado em diversos (Paludo et al., 2020; Marques et. al, 2020). Em tempos de crise, como um surto, mulheres e meninas podem estar em maior risco de violência (UNFPA, 2020). No Brasil houve um prejuízo considerável em termos de rastreamento dos casos de tais violências, por interrupção do registro, acompanhamento e produção de dados. Alguns dados (FBSP, 2022) revelaram um aumento de casos, inclusive fatais. O ambiente doméstico e familiar é onde a maioria dos casos acontece e os principais autores são parceiros ou ex-parceiros íntimos dessas mulheres, o que levou à criação do termo violência por parceiro íntimo (VPI) que se caracteriza por atitudes que, dentro de uma relação íntima, provocam danos físicos, sexuais ou mentais (Rosa et al., 2013). Além disso, o

desmonte de serviços de atendimento às mulheres em situação ou com histórico de violência, a diminuição de verbas destinadas às políticas públicas adequadas (Marques, 2022; Mantovani et al, 2022) e a onda de conservadorismo, agravada no último governo federal (Gracino et al, 2021; Reis, 2020; Ipea, 2023), contribuíram para esse quadro alarmante.

Contudo, a história da violência não se dá da mesma forma para todas as mulheres. Isso ocorre porque características da diversidade das vítimas - como raça, sexualidade, nação, classe, deficiência e outras - podem estar associadas a outras formas de violência (Carneiro, 2003; Saffioti, 1997; Krug et al., 2002). Kimberlé Crenshaw (2002), em 1989 propôs o conceito de interseccionalidade, como sendo a forma

pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (Crenshaw, 2002).

Além disso, trata-se de “como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento” (Crenshaw, 2002, p. 177). Assim, abraça-se a complexidade dos cruzamentos dos processos discriminatórios e a partir daí se busca compreender as condições específicas que deles decorrem (Kyrillos, 2020).

A partir de dados epidemiológicos e estatísticos brasileiros, encontram-se dados que evidenciam essas disparidades e orientam sobre a atenção às demandas interseccionais específicas. Em 2022, o Instituto de Segurança Pública (ISP) reporta que o número de vítimas negras foi superior em todas as formas de violência, com destaque para violência física (56,4%) e sexual (56,3%). Houve uma mudança no perfil das vítimas das violências moral e patrimonial. Em 2014, mulheres brancas eram as principais vítimas (51,0% e 51,4%, respectivamente). Em 2021, mulheres negras foram as maiores vítimas (49,1% e 51,2%, respectivamente).

A interseccionalidade aparece no fenômeno da violência contra a mulher também no acesso à justiça. Silveira & Nardi (2014) analisaram boletins de ocorrência e processos judiciais de mulheres que sofreram violência em Porto Alegre, cidade do sul do país. Foi registrado um número maior de boletins feitos por mulheres negras, mas por outro lado, a continuidade dos processos judiciais

delas cai pela metade quando comparado aos processos de brancas, indicando que não há paridade entre negras e brancas no acesso à justiça em níveis mais avançados, ainda mais em um país muito racista.

Esses dados também trazem a necessidade de considerar a diversidade na ampliação da amostra de mulheres estudadas e atendidas em pesquisas, políticas públicas e intervenções clínicas, assim como é essencial pensar na diversidade presente no próprio feminino, a fim de projetar políticas públicas mais efetivas. A diversidade da amostra possibilita a generalização de dados de forma mais fidedigna, pois quanto mais a amostra das pesquisas se parecer com o mundo real, diverso em termos de raça, gênero, classe social e de outras formas, maior a possibilidade de acerto nas propostas de resolução dos agravos estudados.

Diante de tais fatos, defende-se a necessidade de uma mudança de lógica na abordagem do fenômeno da VCM. Proporemos o modelo ecológico como base teórica, permitindo a formação de agentes e criação de políticas públicas mais efetivas na contenção de danos da violência e na prevenção.

2.2 Modelo ecológico, fatores de risco e de proteção à violência contra mulher

Esse modelo propõe um marco ecológico integrado, sugerindo que a VCM é influenciada por uma gama complexa de fatores interconectados nos níveis individual, de relacionamento, comunitário e macrossocial (Heise, 1998/2011). O modelo focaliza a violência na interação que se produz entre seus distintos níveis, com níveis de causalidade imbricados, onde não existe um só determinante, mas uma interação de fatores, favorecendo a violência ou protegendo o indivíduo contra ela. Estes fatores causais e suas interações precisam ser conhecidos em seus distintos contextos e ambientes culturais para identificar pontos de fragilidade e caminhos para avançar na prevenção da violência e nas interações específicas (Ramírez, 2001). O modelo ecológico, classificado em quatro níveis, permite analisar os fatores que influem no comportamento das pessoas e os fatores que aumentam as probabilidades de as pessoas converterem-se em vítimas ou perpetradores de atos violentos (Casique & Furegato, 2006).

No primeiro nível (indivíduo) identificam-se os fatores biológicos e da história pessoal; com destaque para as características pessoais e demográficas, os antecedentes de comportamentos agressivos ou de autodesvalorização, os

transtornos psíquicos ou da personalidade e as toxicomanias. No segundo nível (relações) incluem-se as relações mais próximas como as mantidas entre os casais e os companheiros, outros membros da família e os amigos. Tem-se observado que estes aumentam o risco de sofrer ou perpetrar atos violentos. Ter amigos que cometam ou incitem atos violentos pode elevar o risco de que um jovem os sofra ou os execute. No terceiro nível (comunidade) exploram-se os contextos comunitários em que se desenvolvem as relações sociais tais como as escolas, os locais de trabalho e a vizinhança. Identificam-se características destes ambientes que podem aumentar o risco de atos violentos, influenciados por fatores como a mobilidade de local de residência, a densidade populacional, os altos níveis de desemprego, a existência de tráfico de drogas. O quarto nível (sociedade) está voltado para os fatores de caráter geral, relativos à estrutura social. Eles contribuem para criar um clima que incita ou inibe a violência, como a possibilidade de acesso às armas. Entre estas se incluem as que dão prioridade aos direitos dos pais sobre o bem-estar dos filhos, consideram o suicídio uma opção pessoal mais que um ato de violência prevenível, reafirmam a dominação masculina, respaldam o uso excessivo da força policial ou apoiam os conflitos políticos. Nesse nível, também se encontram outros fatores como políticas sanitárias, econômicas, educativas e sociais, que contribuem para manter desigualdades econômicas ou sociais entre os grupos.

Heise (1998) propôs um quadro ecológico integrado específico das violências contra as mulheres. A versão revisada do modelo (Figura 1) foi fortalecida por evidências atualizadas sobre fatores de risco e proteção relacionados à VPI e evidências empíricas de países de baixa e média renda (Heise, 2011).

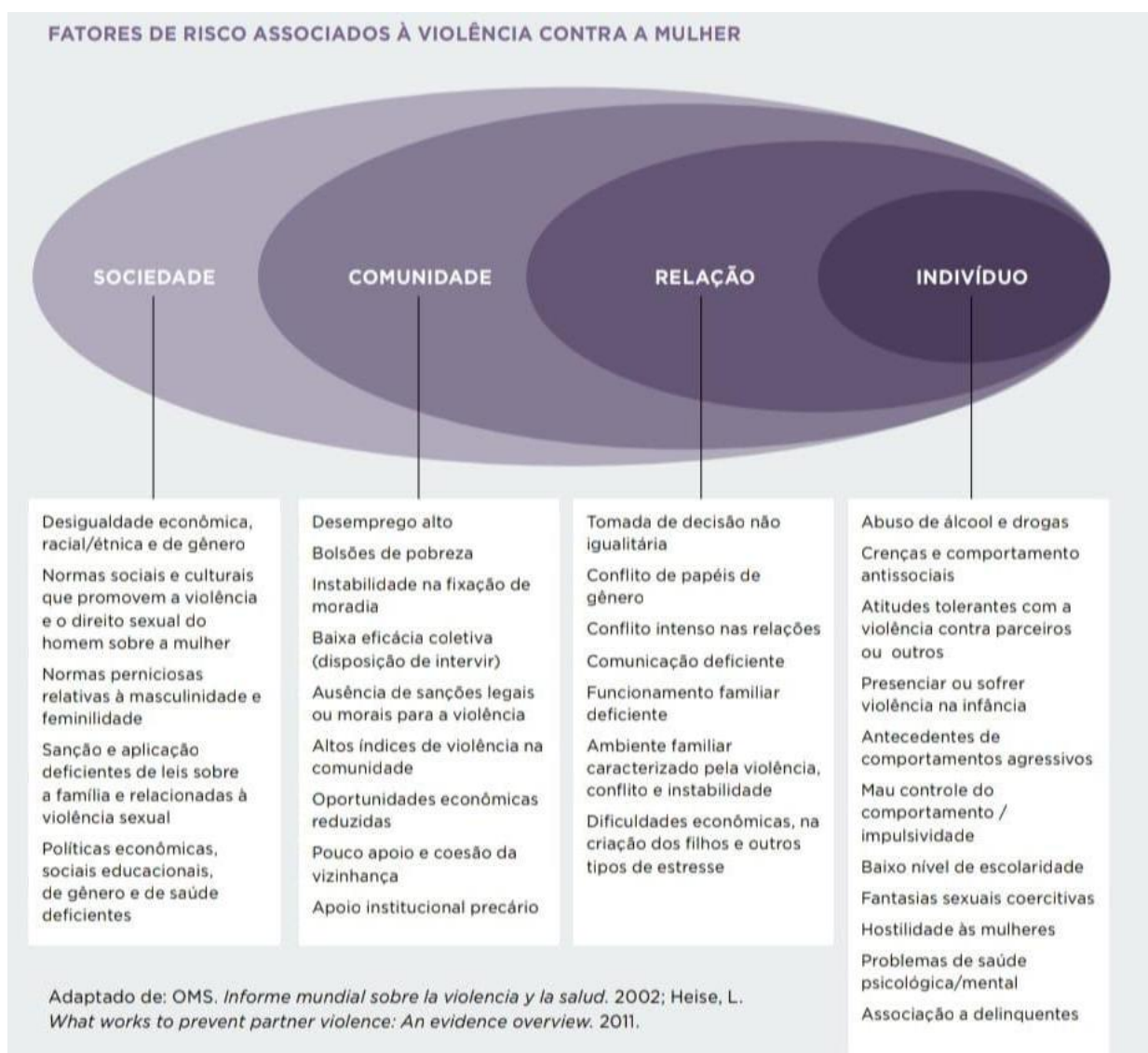


Figura 1 - Quadro retirado de IRIS PAHO - Repositório Institucional da OPAS de 2015

Reitera-se a proposta da centralidade do modelo ecológico também para evitar a fragmentariedade das ações, que pode penalizar ainda mais essas mulheres. Não raro elas encontram agentes que guiam suas práticas a partir de explicações reducionistas para um fenômeno que é multifatorial, multicausal. Igualmente as políticas públicas podem ser ineficazes ao não dar conta da complexidade do fenômeno que comporta fatores comunitários, institucionais, biológicos, psicológicos e outros.

2.3 Fatores de risco e de proteção

A partir do modelo ecológico e de uma abordagem complexa, são colocados alguns fatores de proteção e de risco associados a VPI. Estudos bem

estabelecidos informam que crianças expostas a violência são mais propensas a perpetrarem comportamentos violentos nos relacionamentos íntimos em idade adulta (Ende et al., 2016); assim também é associado a maior risco de sofrer VPI na adultez (Chiang et al., 2018). Alguns fatores estão envolvidos na possibilidade de revitimização na vida adulta como modelos negativos aprendidos na infância, traumas por testemunhar violência com outro membro da família e a normalização da violência como (a) característica de masculinidade, (b) forma de regular as normas de gênero na família e/ou (c) punição para comportamentos das crianças considerados errados (Namy et al., 2017).

Segundo Hotelling e Sugarman (1986), 94% dos estudos empíricos revisados encontraram uma associação significativa para homens entre ter testemunhado violência contra suas mães e posterior abuso de suas parceiras. Uma possível explicação é que a violência nas relações adultas é em parte uma resposta aprendida de meninos jovens que cresceram em um lar abusivo. Heise (1998) afirma que em numerosos estudos longitudinais, a vitimização sexual na infância aparece como um fator de risco significativo para futuras agressões sexuais a mulheres. Alguns estudos prospectivos demonstraram uma associação entre abuso físico na infância e um maior risco de exibir comportamento agressivo crônico na infância, delinquência na adolescência e infração criminal violenta na vida adulta.

A teoria da aprendizagem social sugere que ao modelar o comportamento adulto e aprender a instrumentalidade da violência como um dos meios de conseguir o que quer são partes do modelo de resposta aprendida que nos permite compreender ter vivenciado situações de violência como um fator de risco (O'Leary, 1988). Também é possível que a vitimização precoce deixe marcas emocionais e desenvolvimentais que prejudicam o desenvolvimento do senso de *self*, podendo influenciar não apenas o comportamento por meio de um processo de modelagem como a personalidade em desenvolvimento da criança.

Outros fatores associados em nível individual e relacional são ter menor nível socioeconômico, menor escolaridade (Ogum Alangea et al., 2018), renda e padrão de vida familiar como ter acesso a recursos como água e habitação (Rao, 2020). A menor escolaridade da mulher tem relação importante com a pobreza quando consideradas como um fator de risco para VPI (Amegbor & Rosenberg, 2019). Ter maior escolaridade possibilita acesso a empregos e renda melhor, promovendo mais autonomia financeira e acesso a dispositivos de proteção

(Schuler et al., 2017). Fazer parte de minorias étnicas e/ou sociais também pode ser considerado um fator de risco (Garcia & Silva, 2016; Gillum, 2019).

Para além disso, são considerados fatores de risco para VPI o uso abusivo de álcool pelo parceiro, ex-parceiro ou pela mulher (Araújo et al., 2018) e o uso abusivo de outras drogas pelo perpetrador (Moraes et al., 2018). Vale ressaltar, no entanto, que estes são fatores que podem potencializar situações violentas, não se configurando como a causa de comportamentos violentos. Uma das hipóteses dos estudiosos é que o álcool opera como um fator situacional, aumentando a possibilidade de violência ao reduzir inibições e obscurecer o julgamento, além de outros prejuízos (Abbey, Ross & McDuffie, 1995; Birkley et al, 2013; Costa et al, 2015; Choenni V, 2017; Santos et al, 2019). Além disso, homens são mais prováveis de agir violentamente porque não sentem que serão responsabilizados se estiverem bêbados (MacAndrew & Edgerton, 1969; Gelles, 1974; Velleman, 2001).

No segundo nível (relações), um fator encontrado na literatura foi que a autoridade econômica e de tomada de decisão masculina na família era um dos preditores mais fortes de sociedades de alta taxa de violência contra as mulheres. Frieze e McHugh (apud Frieze & Browne, 1989) encontraram que os maridos mais violentos tendiam a tomar as decisões sobre as finanças da família e controlavam estritamente quando e onde as suas esposas poderiam ir.

Um estudo realizado por Yllo e Straus (1990) sugere que a relação entre estrutura familiar patriarcal e violência possa ser em parte alimentada por normas sociais que aprovam o domínio masculino na família. Também há evidências consideráveis de que homens criados em famílias patriarcais (que mais encorajam papéis tradicionais de gênero) são os mais prováveis de tornarem-se adultos violentos, de estuprarem mulheres conhecidas e de agredir suas parceiras íntimas do que homens criados em lares mais igualitários (Stockard & Bohmer, 1987; Fagot, Loerber & Reid, 1988; Friedrich et al., 1988; Gwartney-Gibbs, Koss & Dinero, 1989; Riggs & O'Leary, 1989; Malamuth et al. 1991, 1995).

No que se refere aos aspectos comunitários relacionados à violência por parceiro íntimo, eles incluem a pobreza e as altas taxas de desemprego (WHO, 2019). Vale ressaltar que pode haver um viés nesse ponto, já que grande parte das pesquisas se utilizam de fontes como delegacias, serviços de assistência pública e afins, que atendem os mais empobrecidos em maior número. Outro aspecto

comunitário refere-se aos locais que tem poucas políticas de proteção e/ou serviços de apoio à mulher que está experienciando VPI (WHO, 2019). Em ambientes rurais, a escassez de serviços da rede especializada ou acesso a locais com maior estrutura, em centros urbanos, são fatores dificultadores do enfrentamento à violência (Grossi & Coutinho, 2017).

Nos âmbitos sociais, os fatores associados a maior risco de VPI são relativos aos países onde existe maior desigualdade de renda entre a população (Yapp & Pickett, 2019); aos locais onde há maior desigualdade de gênero (Willie & Kershaw, 2019; WHO, 2019); onde existe maior aceitação cultural da VPI e nos lugares onde há falta de suporte legal e de políticas que visem a diminuição da violência por parceiro íntimo (WHO, 2019).

Dados clínicos e quantitativos sugerem que o isolamento social é tanto uma causa quanto uma consequência de abuso de esposa (Gelles, 1974; Dobash & Dobash, 1979). Em um estudo realizado por Nielsen, Russell e Ellington (1992), as análises de regressão mostraram que mulheres espancadas são mais isoladas de interação com amigos e vizinhos, familiares e em participação familiar em locais públicos. Análises mais avançadas revelaram que o isolamento da mulher e da sua família precediam o espancamento, ainda que o isolamento tendesse a aumentar ao passo que a relação ficava mais violenta.

Vale ressaltar que um dos preditores mais fortes de sociedades com baixos níveis de violência é se a família e os membros da comunidade interfeririam se uma mulher estivesse sendo espancada ou assediada. Em culturas com altos níveis de violência contra as mulheres, familiares são isolados e a relação entre marido e esposa são considerados fora do escrutínio público.

Comportamentos e atitudes do grupo de pares parecem desempenhar um papel importante em encorajar agressões sexuais, especialmente entre adolescentes (Alder, 1985; Frank, 1989 apud Malamuth et al., 1991; DeKeseredy & Kelly, 1993). DeKeseredy e Kelly (1993) encontraram que o apoio de pares masculinos, definido como apego aos colegas do sexo masculino que encorajam e legitimam o abuso de mulheres, é um preditor estatisticamente significativo de abuso sexual, físico e psicológico por homens em relacionamentos de namoro na universidade.

De acordo com a literatura transcultural, um dos fatores mais duradouros que promove a violência contra as mulheres é uma definição cultural de

masculinidade que está ligada ao domínio, dureza ou honra masculina (Sanday, 1981; Counts et al., 1992). Pesquisas sugerem que onde a masculinidade é associada à dominância e honra masculina, estupro e coerção sexual são mais comuns (Sanday, 1981). É possível afirmar que, no transcorrer da juventude, homens são estimulados a adotar comportamentos atribuídos socialmente ao “universo masculino”, na resolução de conflitos estereotipados e relacionados a “hipermasculinidade” (Barker, 2008; Taylor et al., 2016) – termo cunhado por Mosher e Sirkin em 1984. Ao longo do processo de socialização, meninos são encorajados a adotar comportamentos que empreguem o uso da força física, agressividade, violência e demonstrações de virilidade (Silva et al, 2019). O consequente desenvolvimento da personalidade pode produzir uma necessidade de arriscar o perigo por excitação, falta de empatia e propensão para conduta sexualmente coercitiva. A violência é considerada por esses homens como uma atividade que valida sua masculinidade (Heise, 1998).

A socialização machista funciona para aumentar a violência amplificando a raiva e diminuindo a empatia em resposta à angústia ou ameaça. Mosher e Tomkins (1988) sugerem que hipermasculinos respondem a situações que os angustiam ou ameaçam como pretexto para ampliar emoções consideradas estereotipicamente masculinas, como raiva e inibir emoções consideradas pouco masculinas, como empatia ou compaixão.

Diversas linhas de pesquisa sugerem que a aderência a papéis rígidos de gêneros – seja no nível social ou individual – aumenta a chance de violência contra a mulher. Outro ponto encontrado na literatura é um senso compartilhado de direito masculino de propriedade sobre as mulheres. A maioria das culturas aprova o castigo físico de mulheres e/ou crianças sob certas circunstâncias. Geralmente elas seguem regras claramente definidas sobre quem tem o direito de bater em quem, em que circunstâncias e em que grau. Se a punição for considerada culturalmente aceitável, então o abuso é considerado justificado e outros não intervirão. Qualquer transgressão de uma norma de gênero pode ser considerada motivo justo para abuso – do adultério ao atraso no preparo do jantar. Se estiver fora das regras, seja porque é alguém que não tem o direito percebido de castigar ou o espancamento é excessivo, então o comportamento fica sujeito à sanção pública.

Em dois estudos transculturais (Sanday, 1981; Levinson, 1989) os autores

encontraram que a violência contra a mulher era muito mais provável de acontecer em culturas que toleram o uso da força como meio dos adultos de resolver conflitos. A aceitação da violência interpessoal foi um dos três fatores que fortemente discriminaram homens sexualmente agressivos de homens não agressivos (Koss & Dinero, 1989).

2.4 Considerações finais

O artigo teórico buscou compreender o fenômeno da violência contra mulher no contexto de parceiros íntimos sob a ótica do modelo ecológico para poder dessa forma entender os possíveis fatores associados a esse fenômeno visando a prevenção da violência. Sugere-se fortemente que esse modelo seja um guia para formações profissionais e políticas públicas que compreendam a VCM de forma mais completa, para ter propostas preventivas e interventivas que possam ser mais efetivas e eficazes, ainda mais em países com quadros graves de violências como o Brasil.

A VCM é um fenômeno multifatorial, multicausal e profissionais e equipes devem dar conta de sua complexidade e etiologia múltipla. Compreender os possíveis fatores de risco e de proteção listados na literatura a partir do modelo ecológico é imprescindível para a criação políticas públicas, intervenções clínicas e práticas institucionais efetivas, para que não somente se possa reduzir os danos em casos em que a VCM já ocorreu, como também prevenir sua ocorrência.

2.5 Referências bibliográficas

- ABBEY, A.; ROSS, L. T.; MCDUFFIE, D. Alcohol's role in sexual assault. In WATSON, R. R. (Ed.). **Drug and alcohol reviews, Vol. 5: Addictive behaviors in women** [Análise de drogas e álcool, Vol. 5: Comportamentos aditivos em mulheres] (pp. 97-123). Totowa, NJ: Humana, 1995.
- ALDER, C. An exploration of self-reported sexually aggressive behavior. **Crime and Delinquency**, v. 31, p. 306-331, 1985.
- AMEGBOR, P. M.; ROSENBERG, M. W. What geography can tell us? Effect of higher education on intimate partner violence against women in Uganda. **Applied Geography**, v. 106, p. 71-81, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.apgeog.2019.03.009>.

ARAÚJO, W. S. C.; SILVA, A. F.; ESTRELA, F. M.; LÍRIO, J. G. S.; CRUZ, M. A.; SANTOS, J. R. L.; PEREIRA, A. A influência do consumo de bebidas alcoólicas na ocorrência de violência por parceiro íntimo: Revisão integrativa. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, v. 22, n. 2, p. 117-122, 2018.

ARKER, G. **Homens na linha de fogo: masculinidade e exclusão social**. Tradução: Alexandre Arbex Valadares. Rio de Janeiro: Letras, 2008.

BASTOS, L. F.; SÁ, L. G. C. O que os olhos não veem, o coração não sente? Desenvolvimento de um instrumento brasileiro para avaliar a violência psicológica contra a mulher. **Contextos Clínicos**, v. 14, n. 2, p. 632-659, 2021.

BAUGHER, A. R.; GAZMARARIAN, J. A. Masculine gender role stress and violence: A literature review and future directions. **Aggression and Violent Behavior** [Agressão e Comportamento Violento], v. 24, p. 107–112, 2015. DOI: 10.1016/j.avb.2015.04.002.

BIRKLEY, E. L.; GIANCOLA, P. R.; LANCE, C. E. Psychopathy and the prediction of alcohol-related physical aggression: The roles of impulsive antisociality and fearless dominance. **Drug Alcohol Depend**, v. 128, n. 1-2, p. 58-63, 2013. DOI: 10.1016/j.drugalcdep.2012.08.011.

BRASIL. **Lei nº 10.778**, de 23 de novembro de 2003. Estabelece notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.778.htm

BRASIL. **Lei nº 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, e dá outras providências. Brasília, Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm

BRASIL. **Lei nº 13.104**, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13104.htm

BRASIL. **Lei nº 14.132**, de 31 de março de 2021. Acrescenta o art. 147-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever o crime de perseguição; e revoga o art. 65 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro

de 1941 (Lei das Contravenções Penais). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14132.htm

BRUSCHI, A.; PAULA, C. S.; BORDIN, I. A. S. Prevalência e procura de ajuda na violência conjugal física ao longo da vida. **Revista de Saúde Pública**, v. 40, n. 2, p. 256–264, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S003489102006000200011>.

BUCHELI, M.; ROSSI, M. Attitudes toward intimate partner violence against women in Latin America and the Caribbean. **SAGE Open**, v. 9, n. 3, 2019. DOI: 10.1177/2158244019871061.

CASIQUE, L. C. **Violência perpetrada por companheiros íntimos às mulheres em Celaya**. Tese [Doutorado]. Ribeirão Preto (SP): Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (SP): USP; 2004.

CASIQUE, L. C.; FUREGATO, A. R. F. Violence against women: theoretical reflections. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, v. 14, n. 6, p. 950–956, 2006. DOI: S0104-11692006000600018.

CHOENNI, V.; HAMMINK, A.; MHEEN, D. v. Association between substance use and the perpetration of family violence in industrialized countries: A systematic review. **Trauma Violence Abuse**, v. 18, n. 1, p. 37-50, 2017. DOI: 10.1177/1524838015589253.

COSTA, A. L.; SOPHIA E. C.; SANCHES C.; TAVARES H.; ZILBERMAN M. L. Pathological jealousy: Romantic relationship characteristics, emotional and personality aspects, and social adjustment. **Journal of Affective Disorders**, v. 174, p. 38-44, 2015. DOI: 10.1016/j.jad.2014.11.017.

COUNTS, D.; BROWN, J.; CAMPBELL, J. **Sanctions and sanctuary**. Boulder, CO: Westview, 1992.

DEKESEREDY, W.; KELLY, K. Woman abuse in university and college dating relationships: the contribution of the ideology of familial patriarchy. **Journal of Human Justice**, v. 4, n. 2, p. 25-52, 1993.

DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; SILVA, C. M. F. P. Caracterização dos casos de violência doméstica contra a mulher atendidos em dois hospitais públicos do Rio de Janeiro. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 16, n. 1, p. 129–137, 2000. DOI: .1590/S0102311X2000000100013.

DOBASH, R. E.; DOBASH, R. P. **Violence against wives**. New York: Free Press, 1979.

d'OLIVEIRA, A. F. P. L.; SCHRAIBER, L. B.; HANADA, H.; DURAND, J. Atenção integral à saúde de mulheres em situação de violência de gênero: uma alternativa para a atenção primária em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 4, p. 1037–1050, 2009. DOI: 10.1590/S1413-81232009000400011.

ENDE, K. v.; MERCY, J.; SHAWA, M.; KALANDA, M.; HAMELA, J.; MAKSUD, M.; ROSS, B.; GUPTA, S.; WADONDA-KABONDO, N.; HILLIS, S. Violent experiences in childhood are associated with men's perpetration of intimate partner violence as a young adult: a multistage cluster survey in Malawi. **Annals of Epidemiology**, v. 26, n. 10, p. 723-728, 2016. DOI: 10.1016/j.annepidem.2016.08.007.

ENDE, P. C. v. **Vulnerable parenting: a study on parents with mental health problems: strategies and support** [Parentalidade vulnerável: um estudo sobre pais com problemas de saúde mental: estratégias e apoio]. Hanze University of Applied Sciences Groningen, 2016.

FAGOT, B. I.; LOERBER, R.; REID, J. B. Developmental determinants of male-to-female aggression. In G. W. Russell (Ed.), **Violence in intimate relationships**, p. 91-105. Costa Mesa, CA: PMA, 1988.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022**. Datafolha Instituto de Pesquisas. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023**. Datafolha Instituto de Pesquisas. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>

FRIEDERICH, W. M.; BEILKE, R. L.; URQUIZA, A. J. Behavior problems in young sexually abused boys. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 3, p. 1-12, 1988.

FRIEZE, I. Investigating the causes and consequences of marital rape. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 8, n. 3, p. 532-553, 1983. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/493988>

FRIEZE, I.; BROWNE, A. Violence in marriage. In: OHLIN, L.; TONRY, M. (Eds.). **Family violence**. Chicago: University of Chicago Press, 1989. p. 163-218.

GALLAGHER, K. E.; PARROTT, D. J. Does distraction reduce the alcohol–aggression relation? A cognitive and behavioral test of the attention-allocation

model. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, v. 79, n. 3, p. 319–329, 2011. DOI: 10.1037/a0023065.

GALLAGHER, K. E.; PARROTT, D. J. What accounts for men's hostile attitudes toward women? The influence of hegemonic male role norms and masculine gender role stress. **Violence against women**, v. 17, n. 5, p. 568–583, 2011. DOI: 10.1177/1077801211407296.

GARCIA, L. P.; SILVA, G. D. M. **Mortalidade de mulheres por agressões no Brasil: perfil e estimativas corrigidas (2011-2013)**. Texto para Discussão/IPEA. Brasília, DF: IPEA, 2016. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2179.pdf

GARCÍA-MORENO, C. **Violencia contra la mujer: género y equidad en la salud** [Violência contra a mulher: Gênero e equidade na saúde]. Washington (DC): Organización Panamericana de la Salud - Harvard Center for Populations and Development Studies, 2000. Publicación Especial.

GELLES, R. J. **The violent home: a study of physical aggression between husbands and wives** [O lar violento: um estudo sobre agressão física entre maridos e esposas]. Beverly Hills, CA: Sage, 1974.

GILLUM, T. L. The intersection of intimate partner violence and poverty in Black communities. **Aggression and Violent Behavior**, v. 46, p. 37-44, 2019. DOI: 10.1016/j.avb.2019.01.008.

GRACINO JUNIOR, P.; GOULART, M.; FRIAS, P. “Os humilhados serão exaltados”: ressentimento e adesão evangélica ao bolsonarismo. **Cadernos Metrópole**, v. 23, n. 51, p. 547–579, 2021. DOI: 10.1590/2236-9996.2021-5105.

GROSSI, P. K.; COUTINHO, A. R. C. Violência contra a mulher do campo: Desafios às políticas públicas. **Serviço Social em Revista**, v. 20, n. 1, p. 25-40, 2017. DOI: 10.5433/1679-4842.2017v20n1p25.

GWARTNEY-GIBBS, P. A.; STOCKARD, J.; BOHMER, S. Learning courtship aggression: the influence of parents, peers, and personal experiences. **Family Relations**, v. 35, p. 276-282, 1987.

HARTMANN, H. Capitalism, patriarchy, and job segregation by sex. In: EISENSTEIN, Zillah R. (Ed.). **Capitalist patriarchy and the case for socialist feminism**. New York: Monthly Review Press, 1979.

HEISE, L. Violence against women: an integrated, ecological framework. **Population Reports 1998**, v. 4, n. 3, p. 262-290, 1998.

- HEISE, L. **What works to prevent partner violence? An evidence overview** [O que funciona para prevenir violência pelo parceiro: Um resumo de evidência]. London, England: Department for International Development, 2011.
- HEISE, L.; ELLSBERG, M.; GOTTEMÖELLER, M. Ending violence against women. **Population Reports** 1999, v. 27, n. 4, p. 1-43, 1999. Disponível em: http://www.vawnet.org/assoc_files_vawnet/populationreports.pdf
- HOTALING, G. T.; SUGARMAN, D. B. A risk marker analysis of assaulted wives. **Journal of Family Violence**, v. 5, p. 1-13, 1990.
- HOTALING, G. T.; SUGARMAN, D. B. An analysis of risk makers in husband to wife violence: The current state of knowledge. **Violence and Victims**, v. 1, p. 101-124, 1986.
- IPEA, DIEST. **Elucidando a prevalência de estupro no Brasil a partir de diferentes bases de dados**. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4>
- KOSS, M. P.; DINERO, T. E. Discriminant analysis of risk factors for sexual victimization among a national sample of college women. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, v. 57, p. 242-250, 1989. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1989-26253-001>
- KRUG, E. G.; MERCY, J. A.; DAHLBERG, L. L.; ZWI, A. B. **World report on violence and health** [Relatório mundial sobre violência e saúde]. Geneva: World Health Organization, 2002. DOI: 10.1016/s0140-6736(02)11133-0.
- KYRILLOS, G. M. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 1, e56509, 2020. DOI: 10.1590/1806-9584-2020v28n156509.
- LERNER, G. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Tradução: Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.
- LEVINSON, D. **Violence in cross-cultural perspective** [Violência em perspectiva intercultural]. Newbury Park, CA: Sage, 1989.
- MACANDREW, C.; EDGERTON, R. B. **Drunken comportment: a social explanation** [Comportamento bêbado: uma explicação social]. Chicago: Aldine, 1969.
- MALAMUTH, N. M.; SOCKLOSKIE, R. J.; KOSS, M. P.; TAKANA, J. S. Characteristics of agressor against women: testing a model using a national

sample of college students. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, v. 59, p. 670-681, 1991.

MANTOVANI, E.; AREOSA, S. V. C. As mulheres sob ataque: neoliberalismo, conservadorismo e desdemocratização na ofensiva à agenda de gênero. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 8, n. 3, p. 157–176, 2022. DOI: 10.9771/cgd.v8i3.48322

MARQUES, S. R. S. **Avanço do neoconservadorismo e a opressão e exploração das mulheres: uma análise sobre a violência doméstica nos anos de Governo Bolsonaro (2019-2022)**. Orientadora: Rebeca Gomes de Oliveira Silva. 2022. 61f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/50627>

MIRANDA, M. P. M.; PAULA, C. S.; BORDIN, I. A. Violência física conjugal contra a mulher na vida: prevalência e impacto imediato na saúde, trabalho e família. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 27, n. 4, p. 300-308, 2010. Disponível em:

https://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1020-49892010000400009

MORAES, M. S. B.; CAVALCANTE, L. I. C.; PANTOJA, Z. C.; COSTA, L. P. Violência por parceiro íntimo: características dos envolvidos e da agressão. **PSI UNISC**, v. 2, n. 2, p. 78-96, 2018. DOI: 10.17058/psiunisc.v2i2.11901.

MOSHER, D. L.; TOMKINS, S. S. Scripting the macho man: hypermasculine socialization and enculturation. **Journal of Sex Research**, v. 25, n. 1, p. 60–84, 1988. DOI: 10.1080/00224498809551445.

NAMY, S.; CARLSON, C.; O'HARA, K.; NAKUTI, J.; BUKULUKI, P.; LWANYAAGA, J.; NAMAKULA, S.; NANYUNJA, B.; WAINBERG, M. L.; NAKER, D.; MICHAU, L. Towards a feminist understanding of intersecting violence against women and children in the family. **Social Science & Medicine**, v. 184, p. 40-48, 2017. DOI: 10.1016/j.socscimed.2017.04.042.

NIELSEN, J.; RUSSELL, E.; ELLINGTON, B. Social isolation and wife abuse: A research report. In: VIANO, E. C. (Ed.). **Intimate violence: interdisciplinary perspectives**, p 49-59. Washington, DC: Hemisphere, 1992.

O'LEARY, K. D. Physical aggression between spouses: a social learning perspective. In: VAN HASSELT, V. B. et al. (Eds.). **Handbook of Family violence**. New York: Plenum, p. 31-55, 1988.

OGUM ALANGA, D; ADDO-LARTEY, A. A.; SIKWEYIYA, Y.; CHIRWA, E. D.; COKER-APPIAH, D.; JEWKES, R.; ADANU, R. M. K. Prevalence and risk factors of intimate partner violence among women in four districts of the central region of Ghana: baseline findings from a cluster randomised controlled trial. **PLoS ONE**, v. 13, n. 7, 2018. DOI: 10.1371/journal.pone.0200874.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS (ONU). **Declaración sobre la eliminación de la violencia contra la mujer: resolución de la Asamblea General 48/104 del 20 de diciembre de 1993** [Declaração sobre a eliminação da violência contra a mulher: Resolução da Assembleia Geral 48/104 de 20 de dezembro de 1993]. A/RES/48/104, 1993.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. **Informe mundial sobre la violencia y la salud** [Relatório mundial sobre a violência e a saúde]. Washington: OMS, 2002.

RAMOS, S. et al. **Elas vivem: dados da violência contra a mulher**. Rio de Janeiro: CESeC, 2022. Disponível em: http://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/03/EMBARGO-ATE-5AM-1003_REDE-DE-OBS-elas-vivem_-2.pdf

RAO, S. A natural disaster and intimate partner violence: evidence over time. **Social Science & Medicine**, v. 247, 2020. DOI: 10.1016/j.socscimed.2020.112804.

RENSHAW, K. W. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, n. 1/2002, p. 171-188, 2002.

RIGGS, D. S.; O'LEARY, K. D. A theoretical model of courtship aggression. In: PIROG-GOOD, M.; STETS, J. E. (Eds.). **Violence in dating relationships**. New York: Praeger, p. 53-71, 1989.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 115-136, 2001. DOI: 10.1590/S0104-83332001000100007.

- SAFFIOTI, H. I. B. Violência de gênero: lugar da práxis na construção da subjetividade. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, n. 2, 1997.
- SANDAY, P. R. The socio-cultural context of rape: a cross cultural study. **Journal of Social Issues**, v. 37, n. 4, p. 5-27, 1981.
- SANTOS, M.; MACENA, R.; MOTA, R.; SOUZA, W.; SOUSA, J. E. P.; CAVALCANTE, F.; CÂMARA, K. Fatores associados ao uso do álcool entre homens autores de violência por parceiro íntimo no Ceará. **Journal of Health & Biological Sciences**, v. 7, p. 341, 2019. DOI: 10.12662/2317-3076jhbs.v7i4.2677.p341-350.2019.
- SCHRAIBER, L. B.; d'OLIVEIRA, A. F. P. L. **O que devem saber os profissionais de saúde para promover os direitos e a saúde das mulheres em situação de violência doméstica**. Projeto Gênero, Violência e Direitos Humanos - Novas Questões para o Campo da Saúde. 2ª ed. São Paulo: Fundação Ford, CREMESP, 2003.
- SCHRAIBER, L. B.; d'OLIVEIRA, A. F. P. L.; FRANÇA-JUNIOR, I.; DINIZ, S.; PORTELLA, A. P.; LUDERMIR, A. B.; VALENÇA, O.; COUTO, M. T. Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 41, n. 5, p. 797–807, 2007. DOI: 10.1590/S0034-89102007000500014.
- SCHULER, S. R.; LENZI, R.; BADAL, S. H.; BATES, L. M. Women's empowerment as a protective factor against intimate partner violence in Bangladesh: a qualitative exploration of the process and limitations of its influence. **Violence Against Women**, v. 23, n. 9, p. 1100–1121, 2017. DOI: 10.1177/1077801216654576.
- SILVA, E. C. H.; REIS, G. C. F. F. Avanço conservador na educação brasileira: uma proposta de governo pautada em polêmicas (2018). **Revista Cantareira**, n. 33, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/40563>
- SILVA, N. F. S.; LEAL, S. M. C.; TRENTIN D.; VARGAS, M. A. O.; VARGAS, C. P.; VIEIRA, L. B. Atuação dos enfermeiros da atenção básica a mulheres em situação de violência. **Enfermagem em Foco**, v. 8, n. 3, p. 70-74, 2017. DOI: 10.21675/2357-707X.2017.v8.n3.1290.
- SILVEIRA, R. S.; NARDI, H. C. Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a lei Maria da Penha. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, especial, p. 14–24, 2014. DOI: 10.1590/S0102-71822014000500003.

TAYLOR, A. Y. et al. **Isso aqui não é vida para você: masculinidades e não violência no Rio de Janeiro, Brasil**. Resultados do estudo internacional sobre homens e igualdade de gênero (IMAGES) com foco na violência urbana. Washington, DC e Rio de Janeiro: PROMUNDO, 2016.

VELLEMAN, R. Leonard's "Domestic violence and alcohol: what is known and what do we need to know to encourage environmental interventions?". **Journal of Substance Use**, v. 6, n. 4, p. 251–257, 2001. DOI: 10.1080/146598901753325237.

WHITE, M. E.; SATYEN, L. Cross-cultural differences in intimate partner violence and depression: a systematic review. **Aggression and Violent Behavior**, v. 24, p. 120–130, 2015. DOI: doi.org/10.1016/j.avb.2015.05.005.

WILLIE, T. C.; KERSHAW, T. S. An ecological analysis of gender inequality and intimate partner violence in the United States. **Preventive Medicine**, v. 118, p. 257-263, 2019. DOI: 10.1016/j.ypmed.2018.10.019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION [WHO]. **Respeto a las mujeres: Prevención de la violencia contra las mujeres** [Respeito às mulheres: Prevenção da violência contra as mulheres]. 2019. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/337198>

WORLD HEALTH ORGANIZATION [WHO]. **Violence against women**. 2016. Disponível em: <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs239/en/>

YAPP, E.; PICKETT, K. E. Greater income inequality is associated with higher rates of intimate partner violence in Latin America. **Public Health**, v. 175, p. 87-89, 2019. DOI: 10.1016/j.puhe.2019.07.004.

YLLO, K. A.; STRAUS, M. A. Patriarchy and violence against wives: the impact of structural and normative factors. In: STRAUS, M. A.; GELLES, R. J. (Eds.). **Physical violence in American families: risk factors and adaptations to violence in 8,145 families**. New Brunswick, NJ: Transaction, p. 383-399, 1990.

3 Segundo artigo — Violência psicológica contra a mulher por parceiro íntimo: uma revisão sistemática de literatura

Isabelle Poli

Juliane Callegaro Borsa

Maria Helena Zamora

Resumo

O presente artigo apresenta uma revisão sistemática da literatura com o objetivo de realizar um levantamento da produção bibliográfica nacional indexada nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), PubMed, Scopus, Portal de Periódicos CAPES, Pycinfo e Latin American and Caribbean Health Science Literature (Lilacs), publicadas de 2021 a junho de 2023, relacionada à violência psicológica contra a mulher (VPCM) perpetrada por parceiro íntimo. Após a busca nas bases de dados, bem como a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 27 artigos, os quais foram analisados a partir das seguintes categorias: qual a tipologia de violência mais prevalente, frequente; se o artigo menciona a VPCM isoladamente, sendo essa variável entendida como o artigo tratar exclusivamente de VPCM; ser praticada por parceiros íntimos; se há relato da percepção da gravidade da VPCM; se o artigo menciona consequências e desdobramentos da violência psicológica; área de produção; região do Brasil; raça; orientação sexual; identidade de gênero; faixa etária; escolaridade; condição econômica; religião. Os resultados indicaram que ainda há uma defasagem de produção sobre a VPCM, ainda que tenha havido um aumento da produção sobre esse construto. Essa revisão sistemática apontou, então, a necessidade de maior esforço científico para buscar compreender a dinâmica da violência psicológica a fim de criar instrumentos para a identificação e para o rastreio precoce da violência contra a mulher. Espera-se que um maior entendimento dela e uma maior capacitação frente a essa forma de violência possa promover uma intervenção de caráter preventivo.

Palavras-chave

Violência psicológica contra a mulher; parceiros íntimos

Abstract

This article deals with a systematic review of the literature with the objective of carrying out a survey of the national bibliographic production indexed in the Scientific Electronic Library Online (SciELO), PubMed, Scopus, Portal de Periódicos CAPES, Pycinfo and Latin American and Caribbean Health databases Science Literature (Lilacs), published from 2021 to June 2023, related to psychological violence against women (VPCM) perpetrated by an intimate partner. After searching the databases, as well as applying the inclusion and exclusion criteria, 27 articles were selected, which were analyzed based on the following categories: the most prevalent and frequent type of violence; whether the article exclusively addresses VPCM; if it involves intimate partners; if there is a report on the perception of the severity of MCPV; whether the article mentions consequences of psychological violence; production area; region of Brazil; race; sexual orientation; gender identity; age group; education; economic condition; and religion. The results indicated a production gap regarding VPCM, despite an increase in production related to this construct. Therefore, this systematic review underscores the need for greater scientific effort to understand the dynamics of psychological violence, aiming to create instruments for the identification and early screening of violence against women. It is hoped that a better understanding and increased training in the face of this form of violence can promote preventive intervention.

Keywords

Psychological violence against women; intimate partners.

3.1 Introdução

A violência é considerada pela Organização Mundial da Saúde [OMS] um dos problemas de saúde pública em nível mundial (Krug, Dahlberg, Mercy, Zwi, & Lozano, 2002; Moreira, Magnago, Sakae, & Magajewski, 2009). A violência psicológica, uma forma de violência contra mulher, que será aqui explorada, pode ser definida como

causar dano emocional à mulher que a prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação (Lei Federal nº 14.188, 2021 Art. 147- B).

A Lei supracitada entende a violência psicológica contra a mulher enquanto uma violência de gênero que está pautada nas relações de poder desiguais entre mulheres e homens. Há uma construção social de identidades e de relações interpessoais que revela disparidade de poder legitimada socialmente (Scott, 1989). Essa percepção coletiva diante do fenômeno influencia a naturalização da violência e consequentemente a sua percepção em diferentes espaços, individualizando na mulher a responsabilidade por romper com a situação (Instituto Datafolha & Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBPS], 2017).

Há de se atentar, contudo, que a violência não ocorre da mesma forma para todas as mulheres por conta da experiência de gênero, que é partilhada. Há experiências individuais e sócio-históricas como raça, sexualidade, nação, classe, deficiências, entre outros fatores interseccionais que perpassam as formas de violência. Mulheres em diferentes situações históricas e sociais foram vítimas de violências. Na colonização, por exemplo, as negras e indígenas foram submetidas à escravização e as brancas, ricas ou pobres, a outras formas de posse, submissão e violências (Carneiro, 2003). Portanto, a violência psicológica contra a mulher [VPCM] acontece em diferentes recortes de raça, classe e outros, ainda que de forma e números diferentes e com desdobramentos diferentes.

A violência psicológica pode ser um fator de risco para o desenvolvimento de transtornos de ansiedade, depressão, transtorno de estresse pós-traumático [TEPT], transtornos alimentares, consumo de bebidas alcoólicas e outras drogas

(Zancan & Habigzang, 2018). Pode também gerar isolamento social, vergonha, culpa, medo de represálias, desconfiança, transtornos no sono, baixa autoestima, ideias suicidas (Echeverria, 2018). Para Jiménez et al. (2019), a violência psicológica deve ser considerada uma prioridade na prevenção, pois foi identificada como sendo um antecedente causal direto da violência física. Entretanto, cabe ressaltar que a violência psicológica por si só já se constitui como uma forma de violência, que pode gerar diversos impactos negativos. Portanto, sua identificação se faz necessária, independentemente de outras formas de agressão.

Dessa forma, procurou-se compreender qual o estado da arte referente à VPCM a fim de como a violência psicológica está representada na literatura científica.

3.2 Método

3.2.1 Material

O material selecionado para o presente estudo consiste em artigos que trouxeram o constructo violência psicológica contra a mulher entre parceiros íntimos, tendo assim mencionado o conceito em algum momento do artigo; seja como tema geral, como tema principal ou com o objetivo investigá-lo. Como fonte de análise, foram utilizados artigos publicados na íntegra em português, inglês ou espanhol, nas bases de dados SciELO, PubMed, Scopus, Portal de Periódicos CAPES, Psycinfo e Lilacs, com mulheres brasileiras maiores de 18 anos, ocorridas no contexto da relação com parceiros íntimos, nos últimos dois anos (2021 a 2023).

3.2.2 Procedimento de coleta e seleção dos estudos

Realizou-se a busca de artigos indexados nas bases de dados SciELO, PubMed, Scopus, Portal de Periódicos CAPES, Psycinfo e Lilacs a partir dos seguintes descritores e operadores booleanos: (1) “violência psicológica” AND (2) “mulher”; (1) “*psychological violence*” AND (2) “*woman*”.

Os critérios de inclusão foram: (1) o artigo abordar o construto violência psicológica contra a mulher, (2) ter como alvo mulheres com idade igual ou superior a 18 anos, (3) se tratar de violência psicológica contra a mulher

ocorrida entre parceiros íntimos, (4) estar disponibilizado até junho de 2023 e (5) o artigo estar em português, inglês ou espanhol. Foram excluídos artigos somente sobre crianças e adolescentes e os indisponíveis na íntegra, bem como resumos, teses e dissertações, livros e atas de congressos. Assim, ao realizar a busca e tendo os referidos critérios, foram recuperados 93 artigos na Scielo, 397 no Pubmed, 195 no Lilacs, 658 na Scopus, 965 no Portal de Periódicos CAPES e 36 na Psynet, totalizando o número de 2.344 artigos. Todos esses artigos (N= 2.344) foram exportados para o software Zotero. Foram excluídos 117 artigos duplicados, os quais apareceram nos resultados em mais de uma base de dado.

O restante dos artigos (N = 2.227) tiveram seus resumos lidos, avaliados e submetidos a um novo filtro de seleção, considerando os já referidos critérios de exclusão: (i) artigos somente sobre crianças e adolescentes, (ii) os indisponíveis na íntegra, (iii) resumos, teses e dissertações, livros e atas de congressos. Dessa maneira, foram excluídos 203 artigos. Como com os critérios iniciais de inclusão, o N ainda se encontrava muito elevado (185), fez-se necessário adicionar critérios finais: estudos com amostras brasileiras, produzidos no Brasil e publicados de 2021 - época da criação da Lei Federal nº 14.188 - a junho de 2023. Também foram adicionados dois critérios de exclusão: artigos teóricos como revisões sistemáticas, por exemplo, e produções internacionais (com amostras não brasileiras ou não produzidos no Brasil). Os artigos selecionados (N = 27) foram, então, lidos na íntegra. Esses vinte e sete artigos, assim como dados como autores e datas, podem ser conferidos no anexo A. Quanto ao percurso feito pelo modelo PRISMA, o fluxograma abaixo (Figura 2) mostra o número de estudos selecionados e eliminados em cada um dos estágios da busca na literatura.

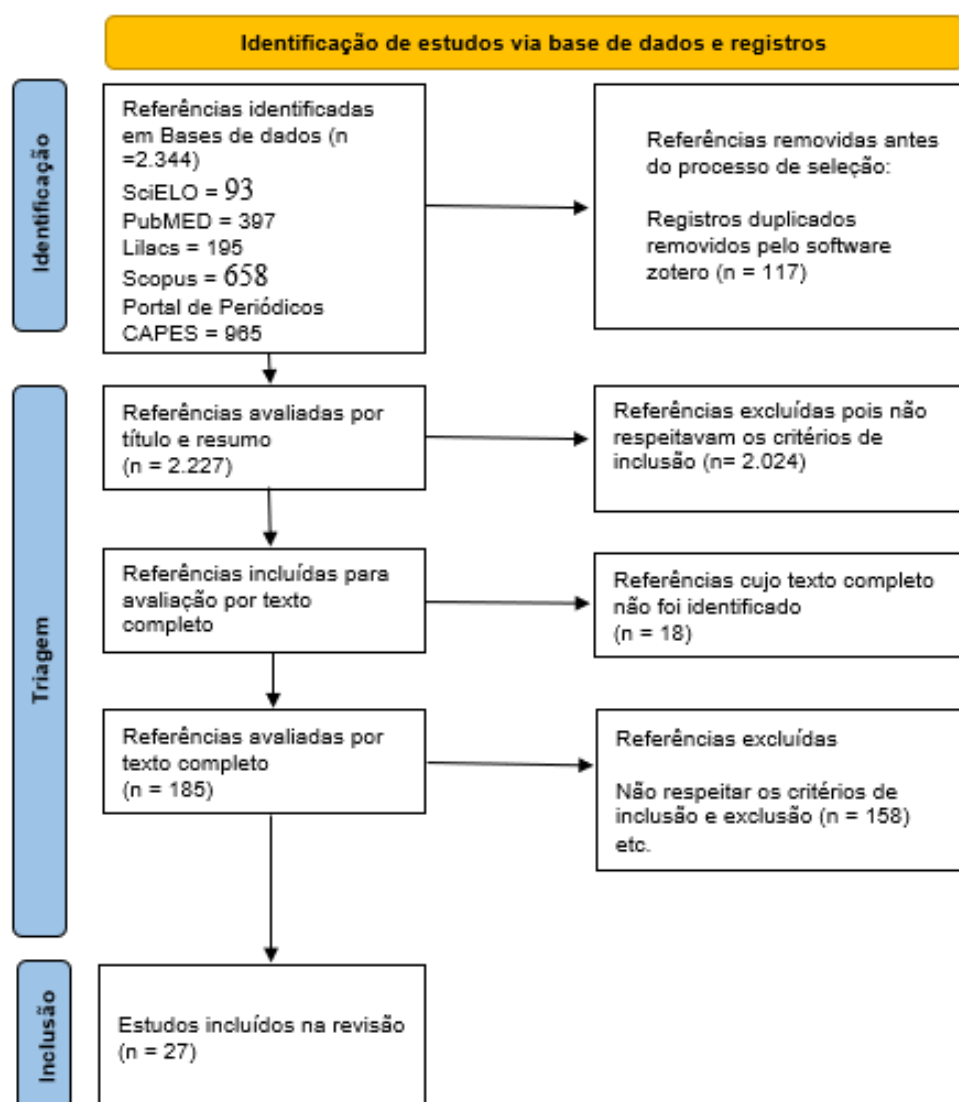


Figura 2 - A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas¹

3.2.3 Procedimento de análise

Atendendo aos objetivos do estudo e visando à identificação e sistematização dos dados obtidos, foram propostas as seguintes categorias de análise: 1) Tipologia de violência mais prevalente; 2) Violência psicológica contra as mulheres (VPCM) mencionada no artigo isoladamente; 3) Violência praticada por parceiros íntimos; 4) Relato da percepção da gravidade da VPCM; 5) Menção a consequências e desdobramentos da violência psicológica; 6) Área de produção; 7) Região do Brasil; 8) Raça; 9) Orientação Sexual; 10) Identidade de Gênero; 11) Faixa Etária; 12) Escolaridade; 13) Condição econômica; 14) Religião.

¹ Por Matthew J. Page, Joanne E. McKenzie, Patrick M. Bossuyt, Isabelle Boutron, Tammy C. Hoffmann⁴, Cynthia D. Mulrow et al.

A primeira categoria busca entender qual a tipologia da violência (conforme a Lei Maria da Penha) foi identificada como a mais prevalente naquele estudo auxiliando assim na identificação de qual a forma com maior frequência na literatura. Na segunda categoria, será analisado se o artigo menciona a VPCM isoladamente, sendo essa variável entendida como o artigo tratar exclusivamente de VPCM ou isolar essa tipologia em algum momento. A terceira categoria investigou se aquele artigo identificava os parceiros íntimos como perpetradores. Quanto à quarta categoria buscou-se entender se havia no artigo algum relato das vítimas sobre a gravidade da VPCM ou se esse dado havia sido coletado em materiais como boletins de ocorrência. A quinta categoria visa identificar se o artigo menciona consequências e desdobramentos da violência psicológica. Na sexta categoria, será analisada a área de produção do conhecimento/ saber que está envolvida na elaboração daquele artigo. A sétima categoria é composta por quais as regiões do Brasil envolvidas na produção uma vez que serem artigos com amostras brasileiras/ produzidos no Brasil entrou como um critério de inclusão. Por fim, as categorias referentes aos dados sociodemográficos (8 a 14) buscaram entender se os artigos traziam essas informações, independentemente de a quem se referissem esses dados (se era dos agressores, das vítimas ou de ambos).

3.3 Resultados

A tabela referente a distribuição dos artigos será parte de um anexo, sendo aqui abordada de forma escrita essa distribuição incluindo a explicação de cada uma das categorias. A maior parte dos artigos, dezesseis (59,25%), identificou a violência psicológica como a mais prevalente dentre as tipologias seguido de três artigos (11,11%) identificando a violência física como a mais prevalente, seis (22,22%) não mencionando qual a prevalência das tipologias e dois (6,90%) com física e psicológica como predominantes. Para além disso, dezesseis (59,25%) mencionaram VPCM especificamente significando que esses artigos isolaram a variável violência psicológica e onze (40,74%) trataram de violência contra a mulher no geral, não especificando a tipologia. Com relação aos principais perpetradores vinte e quatro (88,89%) dos artigos identificaram os parceiros íntimos como principais perpetradores e três (11,11%) não mencionaram os autores da violência. Somente sete artigos (25,92%) trouxeram relato da

percepção da gravidade da VPCM e vinte (74,07%) não continham nenhuma informação. Ou seja, os artigos não traziam a percepção da violência psicológica como algo grave.

Com relação às consequências e os desdobramentos da VPCM somente dez (37,03%) trouxeram esse dado, com uma distribuição maior de artigos que não trouxeram tais efeitos. Dos artigos que listaram as consequências e os desdobramentos da VPCM tem-se: depressão, não conseguir sair de casa, perda de memória, transtornos de ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático, transtornos alimentares, consumo de bebidas alcoólicas e outras drogas. Também foram listados: isolamento social, vergonha, culpa, medo de represálias, desconfiança, transtornos no sono, baixa autoestima, ideações suicidas, estresse, dificuldade no rompimento do ciclo de violência e na capacidade de resolução de problemas, rejeição e desvalor a si própria, e aumento da tendência a submeter-se a situações de abuso nos relacionamentos, aumento de quase seis vezes para ocorrência de quadros depressivos e seus desdobramentos, como os sentimentos de confusão, insegurança, dificuldades de estabelecer e manter relacionamentos amorosos, disfunções sexuais, hostilidade, uso/ abuso de substâncias psicoativas, fobia social e ataques de pânico. Ademais são listados papel social e autoestima prejudicados e o uso de álcool como uma possível estratégia para lidar com a situação.

Sobre a área de produção prevaleceu a Saúde com onze artigos (41,74%), composta pelos artigos que tinham múltiplas áreas de saúde juntas como Enfermagem e Medicina, Psicologia e Medicina etc. A categoria “Diversos” teve uma distribuição de quatro (14,81%), sendo composta pelos artigos com mais de uma área de produção e que não eram afins, como por exemplo, História e Medicina); a Psicologia, teve a distribuição de três artigos (11,11%), assim como a Enfermagem. Por fim, as outras categorias (Ciências Sociais, Ciências, Ciências Médicas, Ciências da Saúde e Medicina e não mencionada) tiveram distribuições semelhantes, sendo elas de um artigo (3,70%) cada uma. As regiões do país que mais produziram artigos foram Nordeste e Sudeste com oito (29,63%), seguida de Brasil com cinco (18,51%), Sul com quatro (14,81%) e 1 (7,40%) do Norte.

As seguintes categorias foram empregadas com base em o artigo mencionar ou não mencionar determinados dados sociodemográficos; logo, se eles foram coletados ou não. Com relação a raça, dezenove (70,37%) trouxeram o

dado, para orientação sexual, sete (25,92%) mencionaram isso, identidade de gênero dois deles (7,40%) abordaram, faixa etária vinte e seis (96,29%) trouxeram. A escolaridade é mencionada em vinte e quatro (88,88%), já a condição socioeconômica aparece em quatorze (51,85%) e a religião é mencionada em quatro (14,81%).

3.4 Discussão

A violência psicológica vem sendo cada vez mais estudada. No entanto, ainda se percebe uma prevalência do estudo de outras tipologias de violência ou da violência contra a mulher de maneira geral, sem especificações. A literatura mostra predominância de estudos focados nas agressões físicas e sexuais, por estas produzirem efeitos mais visíveis (Oliveira, Assis, Njaine, & Pires, 2014). Essa escassez de estudos não parece acompanhar os dados que trazem uma prevalência da violência psicológica; dados que parecem corroborar com um consenso na literatura acerca da escalada da violência começando com a violência psicológica (Bastos, 2021; Jiménez et al., 2019; Silva, 2007). Isso aparece na literatura por meio da prevalência da violência psicológica isolada, exclusiva, aliada ao fato da alta incidência dela quando em concomitância com os outros tipos de violência; sendo difícil não aparecer anterior às outras formas de violência, continuando ao longo do escalonamento. (Silva, 2007; Bastos, 2021; Paiva, 2020).

Vale ressaltar que há uma variação considerável quanto à tipologia, a depender da obtenção de dados de cada artigo. Aqueles que têm como fonte os boletins de ocorrência, por exemplo, costumam ter altos índices de violência física, tornando-a assim a tipologia mais prevalente naquele estudo. Isso é atribuído por alguns estudos pela possível subnotificação aos serviços de saúde e atenção social dos casos de violência psicológica doméstica, reforçando sua invisibilidade (Alcântara et al., 2016; Kind et al., 2013).

Segundo Paiva et al. (2020), aproximadamente 40% das mulheres não denunciam seus cônjuges por violência psicológica, fazendo-o somente quando ela ocorre concomitante à violência física. Assim, a VPCM pode estar presente em uma parcela significativa dos relacionamentos, mas não ser percebida como motivo para intervenção, uma vez que parece existir um certo grau de naturalização de ordem cultural, além de crenças e atitudes tolerantes em relação a

essa violência nos relacionamentos íntimos (Ferrer-Perez, Sánchez-Prada, Delgado-Álvarez, & BoschFiol, 2020; Ahrens et al., 2010; Alaggia et al., 2012; Ahmad-Stout et al., 2018). O mesmo pôde ser observado nos estudos em que a coleta de dados se dava por registros hospitalares como prontuários ou entrevistas com profissionais e em dados como do Sistema de Informação de Agravos de Notificação [Sinan]².

A fim de entender se há uma subprodução na literatura sobre a tipologia violência psicológica em detrimento das outras quatro formas de violência previstas na Lei 14.188, acompanhando assim os dados de subnotificação, foi incluída a categoria de análise “mencionar ou não violência psicológica isoladamente”. Os achados trouxeram 18 artigos (62,06%) mencionando a VPCM isoladamente. Esses dados parecem acompanhar um movimento mais recente na literatura de atenção para essa tipologia, ainda apontada na revisão como uma forma subnotificada e negligenciada (Silva et al., 2007). No entanto, vale destacar que nessa categoria o “mencionar isoladamente” incluiu estudos que tratavam sobre violência contra a mulher de maneira geral, sem especificações, sendo que uma parte ao longo do artigo foi dedicada para a violência psicológica.

Outro ponto entendido como importante a ser investigado foi se as consequências e comprometimentos da violência psicológica foram subestimados. Por não deixar marcas físicas como a violência física e sexual, há um mito social de que isso implicaria uma menor gravidade (Bastos, 2021). Visando compreender como a literatura se posiciona sobre isso e ao mesmo tempo contribui para esse mito, criou-se a categoria de análise “Percepção da gravidade da violência psicológica”, significando se havia algum registro de percepção de gravidade, dos possíveis adoecimentos mentais e físicos e desfechos negativos. Conforme visto, somente sete artigos (25,92%) trouxeram relato desta percepção, o que parece apontar para uma não identificação na literatura desta gravidade como um item importante a ser investigado.

Com relação às consequências/desdobramentos da VPCM, ainda que tenha sido possível realizar um levantamento dos possíveis agravos, somente onze artigos (37,03%) trouxeram esses dados, o que parece reforçar uma escassez na

² Instrumento que tem como objetivo coletar, transmitir e disseminar dados gerados rotineiramente pelo Sistema de Vigilância Epidemiológica, recolhendo dados como os referentes aos casos de violências.

literatura se comparada a outras tipologias ou à violência contra mulher de forma geral. Nesse artigo isso é entendido como um problema, uma vez que a violência psicológica parece ser a primeira forma de violência empregada dando início ao processo de escalonamento, que pode ter como degrau final o feminicídio (Bastos, 2021; Jiménez et al., 2019; Silva, 2007; Paiva, 2020). É possível supor que, caso a violência psicológica seja contida, isso sirva como estratégia de redução das demais violências e sua prevenção pode ser uma estratégia de prevenção da violência em geral, não só da violência familiar (Silva, Coelho, & Caponi, 2007, p. 102).

Para além disso, a violência psicológica em si, independentemente de haver escalada ou não, já se configura como capaz de gerar muitos adoecimentos, incluindo isolamento social, vergonha, culpa, medo de represálias, desconfiança, transtornos no sono, baixa autoestima, ideias suicidas (Echeverria, 2018). Vale ressaltar que a violência psicológica é relatada em muitos estudos, principalmente os que incluem autorrelato (feito pelas próprias vítimas) como a tipologia que mais deixou marcas e danos, corroborando os achados de Silva et. al., 2021. Para as mulheres, os piores desfechos da violência psicológica não são a violência em si, mas a convivência com o medo e terror. Por isso, este tipo de violência deve ser analisado como um grave problema de saúde pública e, como tal, merece espaço de discussão, ampliação da prevenção e criação de políticas públicas específicas para o seu enfrentamento (Silva, Coelho, & Caponi, 2007). Essa revisão sistemática trouxe um dado consonante com a literatura de que os parceiros íntimos são apontados como os maiores perpetradores de violência contra mulher (Lourengo & Costa, 2020), dado que se repetiu ao selecionar artigos que trouxessem exclusivamente ou não a violência psicológica contra a mulher.

A identificação das características sociodemográficas dos estudos levantados teve a finalidade de investigar o perfil das amostras estudado na literatura. Foi possível identificar que raça, faixa-etária e escolaridade estão mais presentes na literatura como características a serem consideradas nos estudos. No entanto, outras como orientação sexual, identidade de gênero e religião estão ainda pouco presentes, ao passo que questões socioeconômicas ficam entre esses dois pontos. Esses achados parecem estar alinhados à literatura, que por sua vez parece estar entendendo mais a importância de fatores interseccionais como raça,

ao passo em que parece não se atentar para outras intersecções como orientação sexual e identidade de gênero.

Ao realizar um levantamento sobre a violência psicológica, foi possível investigar a definição de VPCM e se havia consenso na literatura acerca da conceituação. A partir disso, três definições principais de “violência psicológica contra a mulher” foram encontradas. A primeira delas é a da Lei Maria da Penha, definida como “qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação. Já a segunda referência, a do Questionário de Violência da World Health Organization Violence, denominado WHO VAW e proveniente de um estudo multipaíses, define-a como “insultar ou fazer com que a pessoa se sinta mal a respeito de si mesma, depreciar ou humilhar na frente de alguém, intimidar ou assustar alguém propositalmente e ameaçar machucar a pessoa diretamente ou a alguém que a pessoa goste”. Por fim, tem-se a Conflict Tactics Scales 2, que define violência psicológica como insultos, xingamentos, gritos, ofensas, ameaças, virar as costas em meio a uma briga e ofender com palavras como feia, gorda, “ruim de cama” ou algo parecido e destruir objeto pessoal da companheira.

As duas primeiras definições, da Lei Maria da Penha e a do WHO VAW, são baseadas na abordagem da violência contra a mulher como conflitos de gênero, ou seja, como relações assimétricas e orientadas segundo a perspectiva da desigualdade de gênero. Já a terceira definição, presente no CTS2, é baseada na abordagem da violência bidirecional em que há uma dinâmica agressiva no casal.

Outros estudos que trazem que a literatura aponta “a existência de três diferentes perspectivas explicativas como construções teóricas mais comuns na abordagem da violência contra a mulher (como fenômeno familiar, individual ou de gênero) e a adoção de cada uma delas redundará em instrumentos diferentes” (Schraiber et al., 2010). Como resultado, dependendo da perspectiva teórica abordada, as definições sobre o construto violência psicológica não apresentam um consenso na literatura visto que, dependendo da perspectiva explicativa

adotada no estudo, diferentes instrumentos e/ou conceitos de violência psicológica contra a mulher são empregados.

3.5 Considerações finais

A violência psicológica contra mulher tem sido estudada predominantemente dentro do campo de violência contra a mulher sem que exista um foco na mesma. Trata-se, em sua maioria, de artigos que estudam a violência contra a mulher, sem abordar as tipologias ou passando pelas tipologias e dedicando partes pequenas de seus textos para cada uma delas. Com isso, pode-se perceber que há uma carência de pesquisas voltadas exclusivamente para a violência psicológica se comparado à quantidade de estudos focados em violências físicas e sexuais (Oliveira, Assis, Njaine, & Pires, 2014), parecendo haver espaço para a violência psicológica somente quando há um interesse de explorar a violência contra a mulher, sem que ela ocupe papel de destaque.

No entanto, foi possível perceber no número final uma maior atenção à violência psicológica e o apontamento de parte da literatura para a necessidade de uma maior atenção para ela, ainda que não tenha sido percebido um estado da arte atual que contemple essa tipologia, aparecendo mais como um apontamento para estudos futuros. Há de se considerar que o número inicial de artigos era bem alto, parecendo traduzir, em um primeiro momento, uma extensa produção acerca do fenômeno da violência psicológica, que, contudo, não foi mantida quando os critérios de inclusão foram aplicados, sendo um deles tratar de violência psicológica no contexto de parceiros íntimos, o qual se apresentou como o cenário mais prevalente na literatura. É notável a diminuição do número de artigos sobre violência psicológica quando foi aplicado o critério de exclusão: não se tratar de estudos com amostras brasileiras, produzidos no Brasil, evidenciando que há uma disparidade na produção nacional sobre o tema comparada à literatura internacional.

Ressalta-se a importância de compreender a dinâmica da violência psicológica a fim de criar instrumentos para a identificação e para o rastreamento precoce da violência contra a mulher. Espera-se que um maior entendimento dela e uma maior capacitação frente a essa forma de violência possa promover uma intervenção de caráter preventivo.

Este trabalho defende a necessidade de ressaltar a importância da psicologia nesse contexto, seja pela atuação preventiva proveniente do conhecimento acerca do conceito, quer seja pela reparação de danos e intervenção após as mulheres com tal histórico sofrerem esta agressão, a partir do conhecimento do constructo e dos seus impactos já bem definidos na saúde física e mental dessas mulheres.

3.6 Referências bibliográficas

AHMAD-STOUT, F.; NATH, S. R.; KHOURY, N. M.; HUANG, H. Experiences of intimate partner violence: findings from interviews with South Asian women in the United States. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 36, n. 3-4, 2018. DOI: 10.1177/0886260517753850.

AHRENS, C. E.; RIOS-MANDEL, L. C.; ISAS, L.; del CARMEN LOPEZ, M. Talking about interpersonal violence: cultural influences on Latinas' identification and disclosure of sexual assault and intimate partner violence. **Psychological Trauma Theory Research Practice and Policy**, v. 2, n. 4, p. 284-295, 2010. DOI: 10.1037/a0018605.

ALAGGIA, R.; REGEHR, C.; JENNEY, A. Risky business: an ecological analysis of intimate partner violence disclosure. **Research on Social Work Practice**, v. 22, n. 3, p. 301-312, 2012. DOI: 10.1177/1049731511425503.

ALCANTRA, M. C. M. et al. Subnotificação e invisibilidade da violência contra a mulher. **Revista Médica de Minas Gerais**, v. 26, p. 313-317, 2016. Disponível em: <http://www.rmmg.org/Sumario/173>

BASTOS, L. F.; SÁ, L. G. C. de. O que os olhos não veem, o coração não sente? Desenvolvimento de um instrumento brasileiro para avaliar a violência psicológica contra a mulher. **Contextos Clínicos**, v. 14, n. 2, p. 632-659, 2021. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.4013/ctc.2021.142.12>

BRASIL. **Lei nº 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Dispõe sobre os mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm

BRASIL. **Lei nº 13.104**, de 9 de março de 2015. Prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio e inclui o feminicídio no rol

dos crimes hediondos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm

BRASIL. **Lei nº 2.848**, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal, dos crimes contra a honra. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto%20lei/Del2848complicado.htm

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>

ECHEVERRIA, G. B. A violência psicológica contra a mulher: reconhecimento e visibilidade. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 4, n. 1, p. 131–145, 2018. DOI: 10.9771/cgd.v4i1.25651.

FERRER-PEREZ, V. A.; BOSCH-FIOL, E.; FERREIRO-BASURTO, V.; DELGADO-ALVAREZ, C.; SÁNCHEZ-PRADA, A. Comparing implicit and explicit attitudes toward intimate partner violence against women. **Frontiers in psychology**, v. 11, 2147, 2020. DOI: 10.3389/fpsyg.2020.02147.

HABIGZANG, L. (Org.). **Manual de capacitação profissional para atendimentos em situações de violência**. Porto Alegre, RS: PUCRS. 2018. Disponível em: <http://ebookspucrs.br/edipucrs/livro/manual-de-capacitacao-profissional-para-atendimentos-em-situacoes-de-violencia/assets/livro-completo.pdf>

INSTITUTO DATAFOLHA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA [FBPS]. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 2017. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio-pesquisa-vs4.pdf>

JIMÉNEZ, J. S. F. G.; BRIONES, M. P. V.; BRIONES, J. N. R. Propiedades psicométricas de la escala de violencia psicológica en la pareja. **Revista Iberoamericana de Psicología**, v. 12, n. 1, p. 89-100, 2019. DOI: 10.33881/2027-1786.rip.12108.

KIND, L.; ORSINI, M. de L. P.; NEPOMUCENO, V.; GONÇALVES, L.; SOUZA, G. A. de; FERREIRA, M. F. F. Subnotificação e (in)visibilidade da violência contra mulheres na atenção primária à saúde. **Cadernos De Saúde Pública**, v. 29, n. 9, p. 1805–1815, 2013. DOI: 10.1590/0102-311X00096312.

Krug, E. G.; Mercy J. A.; Dahlberg L. L.; Zwi A.B. **World report on violence and health** [Relatório mundial sobre violência e saúde]. Geneva: World Health Organization, 2002. DOI: 10.1016/s0140-6736(02)11133-0.

LOURENÇO, L. M.; COSTA, D. P. Violência entre parceiros íntimos e as implicações para a saúde da mulher. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 13, n. 1, p. 1-18, 2020. DOI: 10.36298/gerais2020130109.

MOREIRA, D. de S.; MAGNAGO, R. F.; SAKAE, T. M.; MAGAJEWSKI, F. R. L. Prevalência da síndrome de burnout em trabalhadores de enfermagem de um hospital de grande porte da Região Sul do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, n. 7, p. 1559–1568, 2009. DOI: 10.1590/S0102-311X2009000700014.

OLIVEIRA, Q. B. M.; ASSIS, S. G. de; NJAINE, K.; PIRES, T. O. Namoro na adolescência no Brasil: circularidade da violência psicológica nos diferentes contextos relacionais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 3, p. 707–718, 2014. DOI: 10.1590/1413-81232014193.19052013.

PAIVA, T. T.; CAVALCANTI, J. G.; LIMA, K. S. propriedades psicométricas de uma medida de abuso psicológico na parceira. **Revista Colombiana de Psicologia**, v. 29, n. 1, p. 45-59, 2020. DOI: 10.15446/v29n1.72599.

SCHRAIBER, L. B.; LATORRE, M. do R. D. O.; FRANÇA JR, I., SEGRI, N. J.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L. Validade do instrumento WHO VAW STUDY para estimar violência de gênero contra a mulher. **Revista de Saúde Pública**, v. 44, n. 4, p. 658–666, 2010. DOI: 10.1590/S0034-89102010000400009.

SCOTT, J. (1989). **Gender: a useful category of historical analysis**. Gender and the Politics of History. New York: Columbia University Press. 1989.

SILVA JÚNIOR, F. J. G. da; MONTEIRO, C. F. de S.; SALES, J. C. e S.; COSTA, A. P. C.; TEIXEIRA, M. I. R.; SANTOS, C. A. P. de S. Ideação suicida em mulheres e violência por parceiro íntimo. **Revista Enfermagem UERJ**, v. 29, n. 1, e54288, 2021. DOI: 10.12957/reuerj.2021.54288.

SILVA, L. L. da; COELHO, E. B. S.; CAPONI, S. N. C. de. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 11, n. 21, p. 93–103, 2007. DOI: 10.1590/S1414-32832007000100009.

SILVA, T. M. G. da; FERRREIRA, M. W.; GUARIZA, N. M. Contribuições da história oral para uma discussão sobre violência doméstica e adoecimento feminino. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 72, p. 257–283, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2021v72p257-283>

WORLD HEALTH ORGANIZATION [WHO]. **International Classification of**

Diseases 11th [ICD-11] Revision. The global standard for diagnostic health information. 2018. <https://icd.who.int/en/>

ZANCAN, N.; HABIGZANG, L. F. Regulação emocional. Sintomas de ansiedade e depressão em mulheres com histórico de violência conjugal. **Psico-USF**, v. 23, n. 2, p. 253-265, 2018. DOI: 10.1590/1413-82712018230206.

ZANCAN, N.; WASSERMANN, V.; LIMA, G. Q. A violência doméstica a partir do discurso de mulheres agredidas. **Pensando Famílias**, v. 17, n. 1, p. 63-76, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1679-494X201300010000&script=sci_abstract

4 Terceiro artigo — Consequências da violência psicológica contra mulher perpetrada por parceiros íntimos: uma revisão narrativa

Isabelle Poli

Maria Helena Zamora

Resumo

Estudar a violência psicológica contra a mulher perpetrada por parceiros íntimos é essencial, visto que, ela é na maioria dos casos a primeira forma de violência empregada e que a mesma acontece com mais frequência no contexto de parceiros íntimos. Buscando um olhar preventivo que possa atuar já nas primeiras manifestações do fenômeno da violência contra a mulher, definida pela OMS como um problema de saúde pública, esse artigo visa explorar quais seriam as possíveis consequências de passar por violência psicológica. Propõe-se pensar nas consequências da violência psicológica a partir da revisão narrativa, explorando de forma não sistematizada o que vem sendo apresentado na literatura como possíveis desdobramentos dessa violência. Entende-se que compreender quais as possíveis consequências ligadas a violência psicológica contra a mulher perpetrada por parceiros íntimos podem trazer uma maior conscientização para a mesma como um fenômeno que precisa de atenção para que possamos tornar as intervenções mais eficientes, visando contribuir para a construção de políticas públicas e de intervenções que possam contribuir para o fim dessa realidade que assola milhões de mulheres não somente no Brasil como no mundo todo.

Palavras-chave

Violência psicológica; parceiros íntimos; consequências.

Abstract

Consequences of psychological violence against women perpetrated by intimate partners: a narrative review

Studying psychological violence against women perpetrated by intimate partners is essential, since it is in most cases the first form of violence used and it happens more frequently in the context of intimate partners. Seeking a preventive approach that can act on the first manifestations of the phenomenon of violence against women, defined by the WHO as a public health problem, this article aims to explore what the possible consequences of experiencing psychological violence would be. It is proposed to think about the consequences of psychological violence based on the narrative review, exploring in a non-systematized way what has been presented in the literature as possible consequences of this violence. It is understood that understanding the possible consequences linked to psychological violence against women perpetrated by intimate partners can bring greater awareness to it as a phenomenon that needs attention so that we can make interventions more efficient, aiming to contribute to the construction of public policies and interventions that can contribute to the end of this reality that plagues millions of women not only in Brazil but throughout the world.

Keywords

Psychological violence; intimate partners; consequences.

4.1 Introdução

Segundo a Organização Mundial da Saúde [OMS] (2002) a violência pode ser definida como o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha a possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. A violência contra mulher [VCM] é sustentada, segundo Heise (1998/2011), entre outros fatores, pela estrutura patriarcal – um conjunto de relações sociais de base material com relações hierárquicas entre homens e solidariedade entre eles, que os habilitam a controlar as mulheres. Patriarcado é o sistema masculino de opressão às mulheres (Hartman, 1979), amplamente institucionalizado (Lerner, 2019), inclusive pela violência.

A violência psicológica é uma forma de violência contra mulher que pode ser definida como

causar dano emocional à mulher que a prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação (Lei Federal nº 14.188, 2021 Art. 147- B).

Há um pressuposto de que as violências física e sexual são inevitavelmente mais graves que a violência psicológica. No entanto, há prejuízos, que podem ser irreparáveis no que se refere ao desenvolvimento emocional da mulher violentada dessa maneira. Em geral, na maioria dos casos, ela é jovem e os episódios podem ocasionar marcas para o resto da vida (Mühlen, Dewes & Strey, 2011). Em estudo sobre a violência de gênero, mulheres relatam que a pior forma de violência que vivenciaram foi a verbal/psicológica, gerando marcas difíceis de serem esquecidas (Dalcin & Souza, 2011), ainda que em comparação com pancadas ou privação de liberdade. As mulheres admitem seu caráter silencioso, crônico, comprometedor da saúde psicológica.

Essa violência, mesmo vindo a ser a mais frequente, é a menos denunciada. Uma das hipóteses para essa baixa denúncia é o fato de ela não ter um diagnóstico técnico adequado, bem como a própria ciência da mulher que sofre esse tipo de violência, muitas vezes essa sendo uma predição da violência física (Dias, 2013). A violência psicológica é listada pela literatura como sendo a

primeira forma de violência empregada contra a mulher (Bastos, 2021; Jiménez et al., 2019; Silva, 2007). Isso aparece na literatura por meio da prevalência da violência psicológica isolada, exclusiva, aliada ao fato da alta incidência dela quando em concomitância com os outros tipos de violência; sendo difícil não aparecer anterior às outras formas de violência, continuando ao longo da escalonação (Silva, 2007).

A violência psicológica contra mulher [VPCM] pode se iniciar de forma lenta e insidiosa, que progride em intensidade e consequência, com humilhações públicas ou privadas e a exposição a situações de vexame (Silva, 2007). Esse tipo de violência tende a ocorrer primariamente, e perdura durante todo o ciclo de violência; somando-se a essa, com o passar do tempo outras formas de violência vão sendo incorporadas (Silva, 2007). O companheiro usa esse tipo de agressão na intenção de prejudicar a imagem da mulher, fazendo-a sentir-se sem valor e desprezada. Dessa forma, a VPCM assume uma feição crônica e estabilizada; é empreendida sobre a mulher e constantemente ritualizada.

Esse ciclo de violência inicia geralmente de maneira sutil e menos identificável. As manifestações violentas começam com pequenas privações, provocações, situações de humilhação, intimidação e insultos. Tais violências psicológicas e morais evoluem sistematicamente, podendo acarretar outras demonstrações de violência, como a física ou sexual. Episódios agudos de violência podem fazer a mulher querer ou tentar sair da relação. Diante disso, o parceiro tende a culpabilizá-la pela situação, ao mesmo tempo em que promete mudanças de comportamento, sugerindo uma transformação da relação (Lucena et al., 2016). Tendo em vista o potencial caráter progressivo e de escalonação da violência, focar na exploração das possíveis consequências da violência psicológica faz-se necessário.

Ademais, independentemente da relação da violência psicológica com a violência física proveniente do seu potencial escalonamento, a primeira, deve ser identificada, em especial pelos profissionais que atuam nos serviços públicos, sejam estes de saúde, segurança ou educação. Ela deve ser enfrentada como um problema de saúde pública, independentemente de eclodir ou não a violência física (Silva et al., 2007). Não raro, são detectadas situações graves de saúde associadas ao sofrimento psicológico que serão identificadas ao longo do artigo.

4.2 Consequências da violência psicológica contra mulher

Como esse trabalho busca dar em enfoque na violência psicológica contra as mulheres dedico essa parte especificamente às consequências da violência psicológica. Isso porque parece haver uma escassez na literatura dos agravos relacionados à violência psicológica quando compara a outras tipologias ou quando comparada a violência contra mulher de forma mais geral. Isso é nesse artigo entendido como um problema uma vez que a violência psicológica parece ser a primeira forma de violência empregada (Bastos, 2021; Jiménez et al., 2019; Silva, 2007) dando início ao processo de escalonamento que tem como degrau final o feminicídio.

[...] há a necessidade de uma compreensão de que a violência psicológica, caso seja contida, possa servir como estratégia de redução das demais violências. Da mesma forma, a prevenção da violência psicológica pode ser pensada como uma estratégia de prevenção da violência de modo geral, isto é, não só da violência familiar, mas também da institucional e social (Silva, Coelho, & Caponi, 2007, p. 102).

A literatura aponta que a violência psicológica em si, independentemente de haver a escalada ou não, já se configura como capaz de gerar muitos adoecimentos conforme apontados na sessão de resultados. Vale ressaltar que a violência psicológica, é relatada em muitos estudos, principalmente aqueles com autorrelatos, pelas próprias vítimas como a tipologia que mais deixou marcas e danos (Silva et. al., 2021). Para as mulheres, o pior da violência psicológica não é a violência em si, mas a tortura mental e convivência com o medo e terror. Por isso, este tipo de violência deve ser analisado como um grave problema de saúde pública e, como tal, merece espaço de discussão, ampliação da prevenção e criação de políticas públicas específicas para sua prevenção e para seu enfrentamento (Silva, Coelho, & Caponi, 2007, p. 99).

Segundo Ludermit et. al (2010), o abuso emocional durante a gravidez pode ser mais importante do que a violência física e sexual em determinar o desenvolvimento da depressão pós-parto. Um estudo de base populacional do Japão, o qual isolou a variável violência psicológica, encontrou que mulheres as quais vivenciavam apenas situações de abuso emocional apresentaram: pior estado de saúde auto-relatado, suicídio, ideação, dificuldade nas atividades diárias, uso aumentado de serviços de saúde no último mês e sintomas de angústia (Yoshima et al 2009).

Ademais, alguns estudos mostraram sintomas em vários sistemas, incluindo neurológicos, cardiovasculares, abdominais e geniturinários, bem como em sintomas psicológicos (principalmente depressivos) (Porcerelli, J. H et al, 2006). Diminuição da autoestima (Cunha & Pinto, 2014; Rey, 2002). Outros possíveis desdobramentos como prejuízo a identidade social também podem ser identificados na literatura (Coelho, Silva, & Lindner, 2014; Rey, 2002; WHO, 2010). Follingstad et al. (2009) defende que estudos corroborantes são necessários para a seguinte hipótese consequências da agressão psicológica: culpa/vergonha, comportamento suicida, uso e abuso de substâncias, estresse e outros.

A violência psicológica pode ser um fator de risco para o desenvolvimento de transtornos de ansiedade, depressão, transtorno de estresse pós-traumático [TEPT], transtornos alimentares, consumo de bebidas alcoólicas e outras drogas (Zancan & Habigzang, 2018). Pode também gerar isolamento social, vergonha, culpa, medo de represálias, desconfiança, transtornos no sono, baixa autoestima, ideias suicidas (Echeverria, 2018).

Para Jiménez et al. (2019), a violência psicológica deve ser considerada uma prioridade na prevenção, pois foi identificada como sendo um antecedente causal direto da violência física. Entretanto, cabe ressaltar que a violência psicológica por si só já se constitui como uma forma de violência que pode gerar diversos impactos negativos na vida da mulher. Portanto, a identificação desta se faz necessária, independentemente de outras formas de agressão.

A literatura busca chamar atenção para uma disparidade nas produções acadêmicas relacionadas ao constructo violência psicológica ao trazer que “embora a maioria das pesquisas existentes tenha se concentrado na prevalência e nas consequências da violência física e sexual por parceiro, as mulheres frequentemente relatam que o abuso psicológico ou emocional (doravante usado de forma intercambiável) pode ser ainda mais prejudicial (Follingstad, 2009; Oliveira, Assis, Njaine, & Pires, 2014) e estudos têm relacionado o abuso psicológico sozinho a muitas limitações (Ludermir, Lewis, Valongueiro, Araújo, & Araya, 2010; Porcerelli, West, Binienda, & Cogan, 2006; Ruiz-Perez & Plazaola-Castano, 2005; Yoshihama, Horrocks, & Kamano, 2009).

Vale ressaltar que essas descobertas levaram a um comentário do Lancet de 2010 pedindo uma “reavaliação radical da importância do abuso emocional na saúde da mulher” (Jewkes, 2010).

Em uma revisão sistemática de literatura realizada em um dos artigos que compuseram a dissertação de mestrado, foi encontrado, dos 11 (37,93%) artigos que listaram as consequências e os desdobramentos da VPCM encontrou-se: depressão, não conseguir sair de casa, perda de memória, transtornos de ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático, transtornos alimentares, consumo de bebidas alcoólicas e outras drogas. Também foram listados: isolamento social, vergonha, culpa, medo de represálias, desconfiança, transtornos no sono, baixa autoestima, ideações suicidas, estresse, dificuldade no rompimento do ciclo de violência e na capacidade de resolução de problemas, rejeição e desvalor a si própria, e aumento da tendência a submeter-se a situações de abuso nos relacionamentos, aumento de quase seis vezes para ocorrência de quadros depressivos e seus desdobramentos, como os sentimentos de confusão, insegurança, dificuldades de estabelecer e manter relacionamentos amorosos, disfunções sexuais, hostilidade, uso/ abuso de substâncias psicoativas, fobia social e ataques de pânico. Ademais são listados papel social e autoestima prejudicados e o uso de álcool como uma possível estratégia para lidar com a situação.

4.3 Considerações finais

A violência psicológica contra mulher tem sido estudada predominantemente dentro do campo de violência contra a mulher sem que exista um foco na mesma. Trata-se, em sua maioria, de artigos que estudam a violência contra a mulher, sem abordar as tipologias ou passando pelas tipologias e dedicando partes pequenas de seus textos para cada uma delas. Com isso, pode-se perceber que ao pensar nas consequências é mais fácil conseguirmos encontrar mais dados sobre violência contra a mulher do que sobre violência psicológica contra a mulher o que parece reforçar um apontamento que vem sendo colocado na literatura sobre uma carência de pesquisas voltadas exclusivamente para a violência psicológica se comparado a quantidade de estudos focados em violências físicas e sexuais (Oliveira, Assis, Njaine, & Pires, 2014),

Essa escassez de estudos, no entanto, não parece acompanhar os dados que trazem uma prevalência da violência psicológica (Silva et al., 2021; Venturin et al., 2021); dados esses que parecem corroborar com um consenso na literatura acerca da escalada da violência com a violência psicológica sendo a primeira forma de violência empregada contra a mulher (Bastos, 2021; Jiménez et al.,

2019; Silva, 2007). O potencial de escalonação da violência psicológica ao se caracterizar como o início da violência contra a mulher, que somando-se a outras formas de violência, acaba por sofrer um processo de escalonamento em que o ponto final é o feminicídio (Silva et al., 2007) já seria o suficiente para atentar-se a mesma. Conforme assinalado por Jiménez et al. (2019), a violência psicológica deve ser considerada uma prioridade na prevenção, pois foi identificada como sendo um antecedente causal direto da violência física.

Entretanto, cabe ressaltar que a violência psicológica por si só já se constitui como uma forma de violência que pode gerar diversos impactos negativos na vida da mulher. Portanto, a identificação desta se faz necessária, independentemente de outras formas de agressão. Esse artigo buscou ressaltar o que vem sendo produzido na literatura buscando assim fazer um apanhado das consequências que sofrer VPCM independente do escalonamento pode produzir visando assim auxiliar no processo de conscientização e de alerta para a seriedade dessa tipologia tão pouco explorada se comparada a outras, conforme assinalado no parágrafo acima.

Este trabalho defende a necessidade de ressaltar a importância da psicologia nesse contexto, seja pela atuação preventiva proveniente do conhecimento acerca do conceito, quer seja pela reparação de danos e intervenção após as mulheres com tal histórico sofrerem esta agressão, a partir do conhecimento do constructo e dos seus impactos dissertados no presente artigo.

4.4 Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE NETTO, L. de. et al. Atuação da enfermagem na conservação da saúde de mulheres em situação de violência. **REME - Revista Mineira de Enfermagem**, v. 22, p. 1-8. Minas Gerais: Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rem/article/download/44082/35382>

ALBUQUERQUE NETTO, L.; MOURA, M. A. V.; QUEIROZ, A. B. A.; LEITE, M. F. C.; SILVA, G. F. **Isolamento de mulheres em situação de violência pelo parceiro íntimo: uma condição em redes sociais**. Escola Anna Nery [Internet], 2017.

ALMEIDA, S. D. Efeitos devastadores. **Revista UNIFEM** 1999, v. 1, n. 1, p. 12-3, 1999.

- AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION [APA]. **PTSD Guidelines**. 2017. Disponível em: <https://apa.org/ptsd-guidelines/ptsd.pdf>
- Bastos, L. F.; Sá, L. G. C. O que os olhos não veem, o coração não sente? Desenvolvimento de um instrumento brasileiro para avaliar a violência psicológica contra a mulher. **Contextos Clínicos**, v. 14, n. 2, p. 632-659, 2021.
- BECK, J. G.; JONES, J. M.; REICH, C. M.; WOODWARD, M. J.; CODY, M. W. Understanding the role of dysfunctional post-trauma cognitions in the co-occurrence of posttraumatic stress disorder and Generalized Anxiety Disorder: two trauma samples. **Behaviour Research and Therapy**, v. 70, p. 23-31, 2015a. DOI: 10.1016/j.brat.2015.04.011.
- Beck, J. G.; Reich, C. M.; Woodward, M. J.; Olsen, S. A.; Jones, J. M.; Patton, S. C. (2015b). How do negative emotions relate to dysfunctional post trauma cognitions? An examination of interpersonal trauma survivors. **Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy**, v. 7, n. 1, p. 3-10, 2015b. DOI: 10.1037/a0032716.
- BRASIL. **Lei nº 14.132**, de 31 de março de 2021. Acrescenta o art. 147-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever o crime de perseguição; e revoga o art. 65 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). Diário Oficial da União, Brasília, DF: 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14132.htm
- BREIDING, M. J.; BASILE, K. C.; SMITH, S. G.; BLACK, M. C.; MAHENDRA, R. R. **Intimate partner violence surveillance: uniform definitions and recommended data elements, Version 2.0**. Atlanta, GA: National Center for Injury Prevention and Control, Centers for Disease Control and Prevention. 2015.
- CARDOSO, B. L. A.; COSTA, N. Desenvolvimento de habilidades sociais de mulheres em situação de violência por parceiro íntimo: um estudo teórico. **Interação em Psicologia**, v. 23, n. 1, p. 20-32, 2019. DOI: 10.5380/psi.v23i1.53789.
- CHANDAN, J. S.; THOMAS, T.; BRADBURY-JONES, C.; RUSSELL, R.; BANDYOPADHYAY, S.; NIRANTHARAKUMAR, K.; TAYLOR, J. Female survivors of intimate partner violence and risk of depression, anxiety and serious mental illness. **The British Journal of Psychiatry**, p. 1-6, 2019. DOI:

10.1192/bjp.2019.124.

COELHO, E. B. S.; SILVA, A. C. L. G. D.; LINDNER, S. R. **Violência: definições e tipologias**. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3HGAHO6>

CUNHA, R. S.; PINTO, R. B. *Violência doméstica: Lei Maria da Penha comentada artigo por artigo*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2014.

DALCIN, C.; SOUZA, M. Violência contra a mulher: reflexões para o cuidado de enfermagem. Em Felipe S. de Oliveira & Fernanda P. Santa Maria, Jaeger (Orgs.). **Anais do Interfaces no Fazer Psicológico**, v. 4, p. 37, 2011. RS: Centro Universitário Franciscano.

DINIZ, N. M. F.; LOPES, R. L. M.; RODRIGUES, A. D.; FREITAS, D. S. Mulheres queimadas pelos maridos ou companheiros. **Acta Paulista Enfermagem**, v. 20, n. 3, p. 321-325, 2007.

DUTRA, M. L.; PRATES, P. L.; NAKAMURA, E.; VILLELA, W. V. A configuração da rede social de mulheres em situação de violência doméstica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 5, p. 1293-1304, 2013. DOI: 10.1590/S1413-81232013000500014

ECHEVERRIA, G. B. A violência psicológica contra a mulher: reconhecimento e visibilidade. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 4, n. 1, p. 131-145, 2018. DOI: 10.9771/cgd.v4i1.25651.

FOLLINGSTAD, D. R. O impacto da agressão psicológica na saúde mental e no comportamento das mulheres: A situação do campo. **Trauma, violência e abuso**, v. 10, n. 3, p. 271-289, 2009. DOI: 10.1177/1524838009334453.

GALANO, M. M.; GROGAN-KAYLOR, A. C.; STEIN, S. F.; CLARK, H. M.; GRAHAM-BERMANN, S. A. Posttraumatic stress disorder in Latina women: Examining the efficacy of the Moms' Empowerment Program. **Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy**, v. 9, n. 3, p. 344-351, 2017. DOI: 10.1037/tra0000218.

GOLDBERG, X.; ESPELT, C.; PORTA-CASTERÀS, D.; PALAO, D.; NADAL, R.; ARMARIO, A. Non-communicable diseases among women survivors of intimate partner violence: critical review from a chronic stress framework. **Neuroscience & Biobehavioral Reviews**, v. 128, p. 720-734, 2021. DOI: 10.1016/j.neubiorev.2021.06.045.

HABIGZANG, L. (Org.). **Manual de capacitação profissional para atendimentos em situações de violência**. Porto Alegre, RS: PUCRS. 2018.

Disponível em: <http://ebookspucrs.br/edipucrs/livro/manual-de-capacitacao-profissional-para-atendimentos-em-situacoes-de-violencia/assets/livro-completo.pdf>

HARTMANN, H. The unhappy marriage of Marxism and Feminism. Towards a more progressive union. **Capital and Class**, v. 3, n. 2, p. 1-33, 1979.

HEISE, L. Violence against women: an integrated, ecological framework. **Population Reports** 1998, v. 4, n. 3, p. 262-290, 1998.

JEWKES, R. Abuso emocional: uma dimensão negligenciada da violência entre parceiros. **The Lancet**, v. 376, n. 9744, p. 851–852, 2010. DOI: 10.1016/S0140-6736(10)61079-3.

JONAS, S.; KHALIFEH, H.; BEBBINGTON, P. E.; MCMANUS, S.; BRUGHA, T.; MELTZER, H.; HOWARD, L. M. Gender differences in intimate partner violence and psychiatric disorders in England: results from the 2007 adult psychiatric morbidity survey. **Epidemiology and Psychiatric Sciences**, v. 23, n. 02, p. 189–199, 2014. DOI: 10.1017/S2045796013000292.

KRUG, E. G.; MERCY J. A.; DAHLBERG L. L.; ZWI A. B. **World report on violence and health** [Relatório mundial sobre violência e saúde]. Geneva: World Health Organization, 2002. DOI: [10.1016/s0140-6736\(02\)11133-0](https://doi.org/10.1016/s0140-6736(02)11133-0).

LERNER, G. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Tradução: Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

LOURENÇO, L. M.; COSTA, D. P. Violência entre parceiros íntimos e as implicações para a saúde da mulher. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.36298/gerais2020130109>

LUCENA, K. D. T. de; DEININGER, L. DE S. C.; COELHO, H. F. C.; MONTEIRO, A. C. C.; VIANNA, R. P. T.; NASCIMENTO, J. A. do. Análise do ciclo da violência doméstica contra a mulher. **Journal of Human Growth and Development**, v. 26, n. 2, p. 139-146, 2016. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.7322/jhgd.119238>

LUDERMIR, A. B.; LEWIS, G.; VALONGUEIRO, S. A., de ARAÚJO, T. V.; ARAYA, R. Violence against women by their intimate partner during pregnancy and postnatal depression: a prospective cohort study. **The Lancet (London, England)**, v. 376, n. 9744, p. 903–910, 2010. DOI: 10.1016/S0140-6736(10)60887-2.

- MENDONÇA, M. F. S. de; LUDERMIR, A. B. Intimate partner violence and incidence of common mental disorder. **Revista de Saúde Pública**, v. 51, n. 32, 2017. DOI: 10.1590/S1518-8787.2017051006912.
- MOZZAMBANI, A. C. F.; RIBEIRO, R. L.; FUSO, S. F.; FIKS, J. P.; MELLO, M. F. de. Gravidade psicopatológica em mulheres vítimas de violência doméstica. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 33, n. 1, p. 43–47, 2011. DOI: 10.1590/S0101-8108201100500000.
- MÜHLEN, B. K. von; DEWES, D.; STREY, M. N. A violência silenciosa: Segredos na família e o impacto para a criança. In: Felipe S. de Oliveira & Fernanda P. Santa Maria Jaeger (Orgs.), **Anais do Interfaces no Fazer Psicológico**, v. 4, p. 17-18, 2011. RS: Centro Universitário Franciscano.
- OLIVEIRA, A. S. L. A. de; MOREIRA, L. R.; MEUCCI, R. D.; PALUDO, S. dos S. Violência psicológica contra a mulher praticada por parceiro íntimo: estudo transversal em uma área rural do Rio Grande do Sul, 2017. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 30, n. 4, 2021. DOI: 10.1590/S1679-49742021000400017.
- OLIVEIRA, Q. B. M.; ASSIS, S. G. de; NJAINE, K.; PIRES, T. O. Namoro na adolescência no Brasil: circularidade da violência psicológica nos diferentes contextos relacionais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 3, p. 707–718, 2014. DOI: 10.1590/1413-81232014193.19052013.
- PARENTE, E. O.; NASCIMENTO, R. O.; VIEIRA, L. J. E. S. Enfrentamento de violência doméstica por um grupo de mulheres após a denúncia. **Revista de Estudos Feministas**, v. 17, n. 2, p. 445-465, 2009. DOI: 10.1590/S0104-026X2009000200008.
- PORCERELLI, J. H.; WEST, P. A.; BINIENDA, J.; COGAN, R. (2006). Physical and psychological symptoms in emotionally abused and non-abused women. **Journal of the American Board of Family Medicine: JABFM**, v. 19, n. 2, p. 201–204, 2006. DOI: 10.3122/jabfm.19.2.201.
- REICH, C. M.; BLACKWELL, N.; SIMMONS, C. A.; BECK, G. Social problem-solving strategies and posttraumatic stress disorder in the aftermath of intimate partner violence. **Journal of Anxiety Disorders**, v. 32, p. 31-37, 2015. DOI: 10.1016/j.janxdis.2015.02.007.
- RIBEIRO, W. S.; ANDREOLI, S. B.; FERRI, C. P.; PRINCE, M.; MARI, J. J. Exposição à violência e problemas de saúde mental em países em desenvolvimento: uma revisão da literatura. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v.

31, p. S49–S57, 2009. DOI: 10.1590/S1516-44462009000600003.

RUIZ-PÉREZ, I.; PLAZAOLA-CASTAÑO, J. Intimate partner violence and mental health consequences in women attending family practice in Spain. **Psychosomatic medicine**, v. 67, n. 5, p. 791–797, 2005. DOI: 10.1097/01.psy.0000181269.11979.cd.

SAVALL, F.; LECHEVALIER, A.; HÉRIN, F.; VERGNAULT, M.; TELMON, N.; BARTOLI, C. A ten-year experience of physical intimate partner violence (IPV) in a French forensic unit. **Journal of Forensic and Legal Medicine**, v. 46, p. 12-15, 2017. DOI: 10.1016/j.jflm.2016.12.007.

SILVA JÚNIOR, F. J. G. da; MONTEIRO, C. F. de S.; SALES, J. C. e S.; COSTA, A. P. C.; TEIXEIRA, M. I. R.; SANTOS, C. A. P. de S. Ideação suicida em mulheres e violência por parceiro íntimo. **Revista Enfermagem UERJ**, v. 29, n. 1, e54288, 2021. DOI: 10.12957/reuerj.2021.54288.

SILVA, E. P.; VALONGUEIRO, S.; ARAÚJO, T. V. B. de; LUDERMIR, A. B. Incidence and risk factors for intimate partner violence during the postpartum period. **Revista de Saúde Pública**, v. 49, 2015. DOI: 10.1590/S0034-8910.2015049005432.

SILVA, F. B. da; SOUSA, C. N. S. de; ROCHA, E. P.; SANTOS, A. J. A. dos; SILVEIRA, E. F. da; GEDRAT, D. C. Homens agressores de mulheres: uma revisão sistemática de literatura. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 53, e3481, 2020. DOI: 10.25248/reas.e3481.2020.

SILVA, L. L. da; COELHO, E. B. S.; CAPONI, S. N. C. de. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 11, n. 21, p. 93–103, 2007. DOI: 10.1590/S1414-32832007000100009.

SILVA, V. D. S. da; NOVA, P. V. R. V.; MIRANDA, A. L. da C.; SANTOS, S. J. de A.; ROSA, J. V. M.; PANTOJA, S. N. P.; SUZUKI, E. M.; FERREIRA, J. A.; MENDONÇA, N. S.; CARDOSO, K. P. S. Repercussões da violência doméstica na vida das mulheres. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 23, n. 4, e12265, 2023. DOI: 10.25248/reas.e12265.2023.

SOUZA, E. R. de; MEIRA, K. C.; RIBEIRO, A. P.; SANTOS, J. dos; GUIMARÃES, R. M.; BORGES, L. F.; OLIVEIRA, L. V.; SIMÕES, T. C. Homicídios de mulheres nas distintas regiões brasileiras nos últimos 35 anos: Análise do efeito da idade-período e coorte de nascimento. **Ciência & Saúde**

Coletiva, v. 22, n. 9, p. 2949-2962, 2017. DOI: 10.1590/1413-81232017229.12392017.

STREET, A. E.; GIBSON, L. E.; HOLOHAN, D. R. Impact of childhood traumatic events, trauma-related guilt, and avoidant coping strategies on PTSD symptoms in female survivors of domestic violence. **Journal of Traumatic Stress**, v. 18, n. 3, p. 245–252, 2005. DOI: 10.1002/jts.20026.

VENTURIN, B.; AZEVEDO, T. S. de L.; PEDROSO, M. R. de O.; NASCIMENTO, L. de C. N.; SOUZA, M. V. de; LEITE, F. M. C. Prevalência e fatores associados à violência contra a mulher cometida pelo parceiro íntimo. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde**, v. 22, n. 2, p. 119–129, 2021. DOI: 10.47456/rbps.v22i2.27817.

WORLD HEALTH ORGANIZATION [WHO]. **Understanding and addressing violence against women: intimate partner violence**. 2012a. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/77432>

WORLD HEALTH ORGANIZATION [WHO]. **World report on violence and health**. 2002. Disponível em: https://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/summary_en.pdf

YOSHIHAMA, M.; HORROCKS, J.; KAMANO, S. The role of emotional abuse in intimate partner violence and health among women in Yokohama, Japan. **American Journal of Public Health**, v. 99, n. 4, p. 647–653, 2009. DOI: 10.2105/AJPH.2007.118976.

ZAMIR, O.; LAVEE, Y. Emotional Regulation and Revictimization in Women's Intimate Relationships. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 31, n. 1, p. 147-62, 2014. DOI: 0.1177/0886260514555125.

ZANCAN, N.; HABIGZANG, L. F. Regulação emocional. Sintomas de ansiedade e depressão em mulheres com histórico de violência conjugal. **Psico-USF**, v. 23, n. 2, p. 253-265, 2018. DOI: 10.1590/1413-82712018230206.

5 Considerações finais

Partiu-se nesse trabalho de uma perspectiva ecológica pautada na proposta de Heise (1998/2011) para viabilizar a compreensão desse fenômeno de forma mais completa abordando seus aspectos multicausais. Reafirmamos também os danos causados pela VCM – sendo eles danos sociais e de agravo à saúde.

Esse trabalho também se dirigiu a entender as consequências da VPCM tendo inclusive essa tipologia como foco devido a se tratar de um problema não somente individual como também um fenômeno social com inúmeros possíveis desdobramentos e em sendo o início da cadeia de escalonamento.

No exame do fenômeno supracitado, procuramos entender qual o arcabouço teórico que nos ajuda a compreendê-lo, qual definição (ou definições) do mesmo encontrada na literatura, qual a dinâmica do mesmo e por fim, as consequências deste.

Há, no entanto, como em todo trabalho, limitações, e algumas delas consistiram nas intercorrências com relação às trocas de orientação que acabaram por gerar trocas de projetos, de desenhos metodológicos e afins. Este fato acabou por gerar atrasos no início do trabalho do que viria a ser o trabalho final de fato.

Considera-se, no entanto, que foi possível realizar um trabalho que cumpriu com o objetivo inicial que era o de estudar a violência psicológica, ainda que os caminhos do como fazê-lo tenham sido alterados. Entendemos que o próprio formato da dissertação e a exigência do prazo, com todos os atravessamentos que ocorreram, tornaram muito mais difícil fazer um desdobramento, talvez desejável, como seria o de relacionar as consequências da VPCM com os quatro níveis propostos por Heise, assim como o de trazer alguns dados sobre corte de gastos e defasagens que a área da VCM sofreu ao longo de retrocessos decorrentes em grande medida da onda de conservadorismo que vivenciamos recentemente (Marques, 2022; Mantovani et al, 2022; Gracino et al, 2021; Reis, 2020; Ipea, 2023), e que compreendemos que são trabalhos a serem desenvolvidos posteriores à dissertação.

É recomendado que os pesquisadores visem complementar esse trabalho com produções posteriores, marcando aqui que o objetivo mais importante deste escrito é que as produções não parem aqui. Por fim, reiteramos a necessidade de estudar essa violência para que possamos ir ao início de um processo que tem como final resultados como a triste necessidade da criação de um programa

destinado aos órfãos do feminicídio.

6 Referências bibliográficas

- ABBEY, A.; ROSS, L. T.; MCDUFFIE, D. Alcohol's role in sexual assault. In WATSON, R. R. (Ed.). **Drug and alcohol reviews, Vol. 5: Addictive behaviors in women** [Análise de drogas e álcool, Vol. 5: Comportamentos aditivos em mulheres] (pp. 97-123). Totowa, NJ: Humana, 1995.
- ALBUQUERQUE NETTO, L. de. et al. Atuação da enfermagem na conservação da saúde de mulheres em situação de violência. **REME - Revista Mineira de Enfermagem**, v. 22, p. 1-8. Minas Gerais: Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rem/article/download/44082/35382>
- ALBUQUERQUE NETTO, L.; MOURA, M. A. V.; QUEIROZ, A. B. A.; LEITE, M. F. C.; SILVA, G. F. **Isolamento de mulheres em situação de violência pelo parceiro íntimo: uma condição em redes sociais**. Escola Anna Nery [Internet], 2017.
- ALDER, C. An exploration of self-reported sexually aggressive behavior. **Crime and Delinquency**, v. 31, p. 306-331, 1985.
- ALMEIDA, M. S. C.; SOUSA FILHO, L. F. de; RABELLO, P. M.; SANTIAGO, B. M. International Classification of Diseases – 11th revision: from design to implementation. **Revista de Saúde Pública**, v. 54, p. 104, 2020. DOI: 10.11606/s1518-8787.2020054002120.
- ALMEIDA, S. D. Efeitos devastadores. **Revista UNIFEM 1999**, v. 1, n. 1, p. 12-3, 1999.
- AMEGBOR, P. M.; ROSENBERG, M. W. What geography can tell us? Effect of higher education on intimate partner violence against women in Uganda. **Applied Geography**, v. 106, p. 71-81, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.apgeog.2019.03.009>.
- AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION [APA]. **PTSD Guidelines**. 2017. Disponível em: <https://apa.org/ptsd-guidelines/ptsd.pdf>
- BARKER, G. T. (2008). **Homens na linha de fogo: juventude, masculinidade e exclusão social**. Rio de Janeiro: 7letras. 2008.
- BASTOS, L. F.; SÁ, L. G. C. de. O que os olhos não veem, o coração não sente? Desenvolvimento de um instrumento brasileiro para avaliar a violência psicológica contra a mulher. **Contextos Clínicos**, v. 14, n. 2, p. 632-659, 2021. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.4013/ctc.2021.142.12>

BAUGHER, A. R.; GAZMARARIAN, J. A. Masculine gender role stress and violence: A literature review and future directions. **Aggression and Violent Behavior** [Agressão e Comportamento Violento], v. 24, p. 107–112, 2015. DOI: 10.1016/j.avb.2015.04.002.

BECK, J. G.; JONES, J. M.; REICH, C. M.; WOODWARD, M. J.; CODY, M. W. Understanding the role of dysfunctional post-trauma cognitions in the co-occurrence of posttraumatic stress disorder and Generalized Anxiety Disorder: two trauma samples. **Behaviour Research and Therapy**, v. 70, p. 23-31, 2015a. DOI: 10.1016/j.brat.2015.04.011.

BIRKLEY, E. L.; GIANCOLA, P. R.; LANCE, C. E. Psychopathy and the prediction of alcohol-related physical aggression: The roles of impulsive antisociality and fearless dominance. **Drug Alcohol Depend**, v. 128, n. 1-2, p. 58-63, 2013. DOI: 10.1016/j.drugalcdep.2012.08.011.

BRASIL. Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996. **Promulga a Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, concluída em Belém do Pará, em 09 de junho de 1994**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.778**, de 23 de novembro de 2003. Estabelece notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.778.htm

BRASIL. **Lei nº 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, e dá outras providências. Brasília, Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm

BRASIL. **Lei nº 13.104**, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm

BRASIL. **Lei nº 14.132**, de 31 de março de 2021. Acrescenta o art. 147-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever o crime de perseguição; e revoga o art. 65 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro

de 1941 (Lei das Contravenções Penais). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14132.htm

BRASIL. **Lei nº 2.848**, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal, dos crimes contra a honra. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto%20lei/Del2848complicado.htm

BRUSCHI, A.; PAULA, C. S.; BORDIN, I. A. S. Prevalência e procura de ajuda na violência conjugal física ao longo da vida. **Revista de Saúde Pública**, v. 40, n. 2, p. 256–264, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S003489102006000200011>.

BUCHELI, M.; ROSSI, M. Attitudes toward intimate partner violence against women in Latin America and the Caribbean. **SAGE Open**, v. 9, n. 3, 2019. DOI: 10.1177/2158244019871061.

CARDOSO, B. L. A.; COSTA, N. Desenvolvimento de habilidades sociais de mulheres em situação de violência por parceiro íntimo: um estudo teórico. **Interação em Psicologia**, v. 23, n. 1, p. 20-32, 2019. DOI: 10.5380/psi.v23i1.53789.

CASIQUE, L. C. **Violência perpetrada por companheiros íntimos às mulheres em Celaya**. Tese [Doutorado]. Ribeirão Preto (SP): Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (SP): USP; 2004.

CASIQUE, L. C.; FUREGATO, A. R. F. Violence against women: theoretical reflections. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, v. 14, n. 6, p. 950–956, 2006. DOI: S0104-11692006000600018.

CHANDAN, J. S.; THOMAS, T.; BRADBURY-JONES, C.; RUSSELL, R.; BANDYOPADHYAY, S.; NIRANTHARAKUMAR, K.; TAYLOR, J. Female survivors of intimate partner violence and risk of depression, anxiety and serious mental illness. **The British Journal of Psychiatry**, p. 1-6, 2019. DOI: 10.1192/bjp.2019.124.

CHOENNI, V.; HAMMINK, A.; MHEEN, D. v. Association between substance use and the perpetration of family violence in industrialized countries: A systematic review. **Trauma Violence Abuse**, v. 18, n. 1, p. 37-50, 2017. DOI: 10.1177/1524838015589253.

COELHO, E. B. S.; SILVA, A. C. L. G. D.; LINDNER, S. R. **Violência: definições e tipologias**. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3HGAHO6>

COSTA, A. L.; SOPHIA E. C.; SANCHES C.; TAVARES H.; ZILBERMAN M. L. Pathological jealousy: Romantic relationship characteristics, emotional and

personality aspects, and social adjustment. **Journal of Affective Disorders**, v. 174, p. 38-44, 2015. DOI: 10.1016/j.jad.2014.11.017.

COUNTS, D.; BROWN, J.; CAMPBELL, J. **Sanctions and sanctuary**. Boulder, CO: Westview, 1992.

CRENSHAW, K. W. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/>

CUNHA, R. S.; PINTO, R. B. *Violência doméstica: Lei Maria da Penha comentada artigo por artigo*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2014.

DALCIN, C.; SOUZA, M. Violência contra a mulher: Reflexões para o cuidado de enfermagem. In: OLIVEIRA, F. S.; JAEGGER, F. P. S. M. (Orgs.). **Anais do Interfaces no Fazer Psicológico**, v. 4, p. 37, 2011.

de ARAÚJO, W. S. C.; da SILVA, A. F.; ESTRELA, F. M.; dos SANTOS LÍRIO, J. G.; da CRUZ, M. A.; SANTOS, J. R. L.; PEREIRA, Á. A influência do consumo de bebidas alcoólicas na ocorrência de violência por parceiro íntimo: revisão integrativa. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, v. 22, n. 2, 2018. Disponível em: <https://ojs.revistasunipar.com.br/index.php/saude/article/view/6380>

DEKESEREDY, W.; KELLY, K. Woman abuse in university and college dating relationships: the contribution of the ideology of familial patriarchy. **Journal of Human Justice**, v. 4, n. 2, p. 25-52, 1993.

DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; SILVA, C. M. F. P. Caracterização dos casos de violência doméstica contra a mulher atendidos em dois hospitais públicos do Rio de Janeiro. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 16, n. 1, p. 129–137, 2000. DOI: .1590/S0102311X2000000100013.

DINIZ, N. M. F.; LOPES, R. L. M.; RODRIGUES, A. D.; FREITAS, D. S. Mulheres queimadas pelos maridos ou companheiros. **Acta Paulista Enfermagem**, v. 20, n. 3, p. 321-325, 2007.

D'OLIVEIRA, A. F. P. L. et al. Atenção integral à saúde de mulheres em situação de violência de gênero: Uma alternativa para a atenção primária em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, p. 1037-1050, 2009. DOI: 10.1590/S1413-81232009000400011.

dos SANTOS PALUDO, S.; NASCIMENTO, D. B.; LORDELLO, S. R. M.;

ROSA, E. M. O lar nem sempre é um lugar seguro: uma abordagem bioecológica para a violência em tempos de pandemia. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 25, n. 2, p. 222-231, 2020. DOI: 10.22491/1678-4669.20200022.

DUTRA, M. L.; PRATES, P. L.; NAKAMURA, E.; VILLELA, W. V. A configuração da rede social de mulheres em situação de violência doméstica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 5, p. 1293-1304, 2013. DOI: 10.1590/S1413-81232013000500014.

ECHEVERRIA, G. B. A violência psicológica contra a mulher: reconhecimento e visibilidade. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 4, n. 1, p. 131-145, 2018. DOI: 10.9771/cgd.v4i1.25651.

EISENSTEIN, Z. R. **Capitalist patriarchy and the case for socialist feminism**. Monthly Review Press. 1979.

ENDE, K. v.; MERCY, J.; SHAWA, M.; KALANDA, M.; HAMELA, J.; MAKUSD, M.; ROSS, B.; GUPTA, S.; WADONDA-KABONDO, N.; HILLIS, S. Violent experiences in childhood are associated with men's perpetration of intimate partner violence as a young adult: a multistage cluster survey in Malawi. **Annals of Epidemiology**, v. 26, n. 10, p. 723-728, 2016. DOI: 10.1016/j.annepidem.2016.08.007.

ENDE, P. C. v. **Vulnerable parenting: a study on parents with mental health problems: strategies and support** [Parentalidade vulnerável: um estudo sobre pais com problemas de saúde mental: estratégias e apoio]. Hanze University of Applied Sciences Groningen, 2016.

FAGOT, B. I.; LOERBER, R.; REID, J. B. Developmental determinants of male-to-female aggression. In G. W. Russell (Ed.), **Violence in intimate relationships**, p. 91-105. Costa Mesa, CA: PMA, 1988.

FOLLINGSTAD, D. R. O impacto da agressão psicológica na saúde mental e no comportamento das mulheres: A situação do campo. **Trauma, violência e abuso**, v. 10, n. 3, p. 271-289, 2009. DOI: 10.1177/1524838009334453.

FONSECA, D. H. da; RIBEIRO, C. G.; LEAL, N. S. B. Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 2, p. 307-314, 2012. DOI: 10.1590/S0102-71822012000200008.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022**. Datafolha Instituto de Pesquisas. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023**. Datafolha Instituto de Pesquisas. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>

FRIEDERICH, W. M.; BEILKE, R. L.; URQUIZA, A. J. Behavior problems in young sexually abused boys. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 3, p. 1-12, 1988.

FRIEZE, I. Investigating the causes and consequences of marital rape. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 8, n. 3, p. 532-553, 1983. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/493988>

GALANO, M. M.; GROGAN-KAYLOR, A. C.; STEIN, S. F.; CLARK, H. M.; GRAHAM-BERMANN, S. A. Posttraumatic stress disorder in Latina women: Examining the efficacy of the Moms' Empowerment Program. **Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy**, v. 9, n. 3, p. 344-351, 2017. DOI: 10.1037/tra0000218.

GALLAGHER, K. E.; PARROTT, D. J. Does distraction reduce the alcohol-aggression relation? A cognitive and behavioral test of the attention-allocation model. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, v. 79, n. 3, p. 319-329, 2011. DOI: 10.1037/a0023065.

GALLAGHER, K. E.; PARROTT, D. J. What accounts for men's hostile attitudes toward women? The influence of hegemonic male role norms and masculine gender role stress. **Violence against women**, v. 17, n. 5, p. 568-583, 2011. DOI: 10.1177/1077801211407296.

GARCIA, L. P.; SILVA, G. D. M. **Mortalidade de mulheres por agressões no Brasil: perfil e estimativas corrigidas (2011-2013)**. Texto para Discussão/IPEA. Brasília, DF: IPEA, 2016. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2179.pdf

GARCÍA-MORENO, C. **Violencia contra la mujer: género y equidad en la salud** [Violência contra a mulher: Gênero e equidade na saúde]. Washington (DC): Organización Panamericana de la Salud - Harvard Center for Populations and Development Studies, 2000. Publicación Especial.

GARCIA-MORENO, C.; JANSEN, H. A.; ELLSBERG, M.; HEISE, L.; WATTS, C. H. Prevalence of intimate partner violence: findings from the WHO multi-country study on women's health and domestic violence. **The Lancet**, v. 368, n. 9543, p. 1260-1269, 2006. DOI: 10.1016/S0140-6736(06)69523-8.

GELLES, R. J. **The violent home: a study of physical aggression between husbands and wives** [O lar violento: um estudo sobre agressão física entre maridos e esposas]. Beverly Hills, CA: Sage, 1974.

GIELEN, A. C.; O'CAMPO, P.; FADEN, R. R.; KASS, N.; XUE, X. Interpersonal conflict and physical violence during the childbearing year. **Social Science and Medicine**, v. 39, p. 781-787, 1994.

GILLUM, T. L. The intersection of intimate partner violence and poverty in Black communities. **Aggression and Violent Behavior**, v. 46, p. 37-44, 2019. DOI: 10.1016/j.avb.2019.01.008.

GRACINO JUNIOR, P.; GOULART, M.; FRIAS, P. “Os humilhados serão exaltados”: ressentimento e adesão evangélica ao bolsonarismo. **Cadernos Metrópole**, v. 23, n. 51, p. 547–579, 2021. DOI: 10.1590/2236-9996.2021-5105.

GROSSI, P. K.; COUTINHO, A. R. C. Violência contra a mulher do campo: Desafios às políticas públicas. **Serviço Social em Revista**, v. 20, n. 1, p. 25-40, 2017. DOI: 10.5433/1679-4842.2017v20n1p25.

GUEDES, R. N.; SILVA, A. T. M. C. da; FONSECA, R. M. G. S. da. A violência de g  nero e o processo saúde-doença das mulheres. **Escola Anna Nery**, v. 13, n. 3, p. 625–631, 2009. DOI: 10.1590/S1414-81452009000300024.

GWARTNEY-GIBBS, P. A.; STOCKARD, J.; BOHMER, S. Learning courtship aggression: the influence of parents, peers, and personal experiences. **Family Relations**, v. 35, p. 276-282, 1987.

HABIGZANG, L. (Org.). **Manual de capacita  o profissional para atendimentos em situa  es de violência**. Porto Alegre, RS: PUCRS. 2018. Disponível em: <http://ebookspucrs.br/edipucrs/livro/manual-de-capacitacao-profissional-para-atendimentos-em-situacoes-de-violencia/assets/livro-completo.pdf>

HARTMANN, H. Capitalism, patriarchy, and job segregation by sex. In: EISENSTEIN, Zillah R. (Ed.). **Capitalist patriarchy and the case for socialist feminism**. New York: Monthly Review Press, 1979.

HATZENBERGER, R. et al. Transtorno de estresse pós-traumático e prejuízos cognitivos em mulheres vítimas de violência pelo parceiro   timo. **Ciências e Cogni  o**, v. 15, n. 2, p. 94-110, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212010000200009&lng=pt&nrm=iso

HEISE, L. Violence against women: an integrated, ecological framework. **Population Reports** 1998, v. 4, n. 3, p. 262-290, 1998.

HEISE, L. **What works to prevent partner violence? An evidence overview** [O que funciona para prevenir violência pelo parceiro: Um resumo de evidência]. London, England: Department for International Development, 2011.

HEISE, L.; ELLSBERG, M.; GOTTEMOELLER, M. Ending violence against women. **Population Reports** 1999, v. 27, n. 4, p. 1-43, 1999. Disponível em: http://www.vawnet.org/assoc_files_vawnet/populationreports.pdf

HOTALING, G. T.; SUGARMAN, D. B. A risk marker analysis of assaulted wives. **Journal of Family Violence**, v. 5, p. 1-13, 1990.

HOTALING, G. T.; SUGARMAN, D. B. An analysis of risk makers in husband to wife violence: The current state of knowledge. **Violence and Victims**, v. 1, p. 101-124, 1986.

IPEA, DIEST. **Elucidando a prevalência de estupro no Brasil a partir de diferentes bases de dados**. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4>

JEWKES, R. Emotional abuse: a neglected dimension of partner violence. **The Lancet**, v. 376, n. 9744, p. 851-852, 2010. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(10\)61079-3/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(10)61079-3/fulltext)

JONAS, S.; KHALIFEH, H.; BEBBINGTON, P. E.; MCMANUS, S.; BRUGHA, T.; MELTZER, H.; HOWARD, L. M. Gender differences in intimate partner violence and psychiatric disorders in England: results from the 2007 adult psychiatric morbidity survey. **Epidemiology and Psychiatric Sciences**, v. 23, n. 02, p. 189–199, 2014. DOI: 10.1017/S2045796013000292.

KOSS, M. P.; DINERO, T. E. Discriminant analysis of risk factors for sexual victimization among a national sample of college women. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, v. 57, p. 242-250, 1989. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1989-26253-001>

KRIMBERG von MÜHLEN, B.; NEVES, M. Avanços e retrocessos no combate da violência contra mulheres. **Athenea digital: revista de pensamiento e investigación social**, v. 13, n. 2, p. 229-237, 2013. Disponível em: <https://ddd.uab.cat/record/107971>

- KRONBAUER, J. F. D.; MENEGHEL, S. N. Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. *Revista de Saúde Pública*, v. 39, n. 5, p. 695–701, 2005. DOI: 10.1590/S0034-89102005000500001.
- KRUG, E. G.; MERCY J. A.; DAHLBERG L. L.; ZWI A. B. **World report on violence and health** [Relatório mundial sobre violência e saúde]. Geneva: World Health Organization, 2002. DOI: [10.1016/s0140-6736\(02\)11133-0](https://doi.org/10.1016/s0140-6736(02)11133-0).
- KYRILLOS, G. M. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. *Revista Estudos Feministas*, v. 28, n. 1, e56509, 2020. DOI: 10.1590/1806-9584-2020v28n156509.
- LERNER, G. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Tradução: Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.
- LOURENÇO, L. M.; COSTA, D. P. Violência entre parceiros íntimos e as implicações para a saúde da mulher. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 13, n. 1, p. 1-18, 2020. DOI: 10.36298/gerais2020130109.
- LUCENA, K. D. T. de; DEININGER, L. de S. C.; COELHO, H. F. C.; MONTEIRO, A. C. C.; VIANNA, R. P. de T.; NASCIMENTO, J. A. do. Análise do ciclo da violência doméstica contra a mulher. **Journal of Human Growth and Development**, v. 26, n. 2, p. 139-146, 2016. DOI: 10.7322/jhgd.119238.
- LUDERMIR, A. B.; LEWIS, G., VALONGUEIRO, S. A., de ARAÚJO, T. V.; ARAYA, R. Violence against women by their intimate partner during pregnancy and postnatal depression: a prospective cohort study. **The Lancet** (London, England), v. 376, n. 9744, p. 903–910, 2010. DOI: 10.1016/S0140-6736(10)60887-2.
- MACANDREW, C.; EDGERTON, R. B. **Drunken comportment: a social explanation** [Comportamento bêbado: uma explicação social]. Chicago: Aldine, 1969.
- MALAMUTH, N. M.; SOCKLOSIE, R. J.; KOSS, M. P.; TAKANA, J. S. Characteristics of agressor against women: testing a model using a national sample of college students. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, v. 59, p. 670-681, 1991.
- MANTOVANI, E.; AREOSA, S. V. C. As mulheres sob ataque: neoliberalismo, conservadorismo e desdemocratização na ofensiva à agenda de gênero. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 8, n. 3, p. 157–176, 2022. DOI: 10.9771/cgd.v8i3.48322

- MARQUES, S. R. S. **Avanço do neoconservadorismo e a opressão e exploração das mulheres: uma análise sobre a violência doméstica nos anos de Governo Bolsonaro (2019-2022)**. Orientadora: Rebeca Gomes de Oliveira Silva. 2022. 61f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/50627>
- MELO, Z. M. de et al. Família, álcool e violência em uma comunidade da cidade do Recife. **Psicologia em Estudo**, v. 10, p. 201-208, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/zzZnHK53MMVkcNMLzrfyMq/?lang=pt>
- MENDONÇA, M. F. S. de; LUDERMIR, A. B. Intimate partner violence and incidence of common mental disorder. **Revista de Saúde Pública**, v. 51, p. 32, 2017. DOI: 10.1590/S1518-8787.2017051006912.
- MIRANDA, M. P. D. M.; PAULA, C. S. D.; BORDIN, I. A. Violência conjugal física contra a mulher na vida: prevalência e impacto imediato na saúde, trabalho e família. **Revista Panamericana de Salud Publica**, v. 27, n. 4, p. 300-308, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/rpsp/v27n4/a09v27n4.pdf>
- MONTEIRO, A. C. C.; VIANNA, R. P. de T.; NASCIMENTO, J. A. do. Análise do ciclo da violência doméstica contra a mulher. **Journal of Human Growth and Development**, v. 26, n. 2, p. 139-146, 2016. DOI: 10.7322/jhgd.119238.
- MONTEIRO, C. F. de S.; SOUZA, I. E. de O. Vivência da violência conjugal: fatos do cotidiano. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 16, p. 26-31, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/3f9LYtJbg9XJWLZZ3QXmgtg>
- MORAES, M. S. B.; CAVALCANTE, L. I. C.; PANTOJA, Z. C.; COSTA, L. P. Violência por parceiro íntimo: características dos envolvidos e da agressão. **PSI UNISC**, v. 2, n. 2, p. 78-96, 2018. DOI: 10.17058/psiunisc.v2i2.11901.
- MOREIRA, D. de S.; MAGNAGO, R. F.; SAKAE, T. M.; MAGAJEWSKI, F. R. L. Prevalência da síndrome de burnout em trabalhadores de enfermagem de um hospital de grande porte da Região Sul do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, n. 7, p. 1559–1568, 2009. DOI: 10.1590/S0102-311X2009000700014.
- MOREIRA, V.; BORIS, G. D. J. B.; VENÂNCIO, N. O estigma da violência sofrida por mulheres na relação com seus parceiros íntimos. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. 2, p. 398–406, 2011. DOI: 10.1590/S0102-71822011000200021.

- MOSHER, D. L.; TOMKINS, S. S. Scripting the macho man: hypermasculine socialization and enculturation. **Journal of Sex Research**, v. 25, n. 1, p. 60–84, 1988. DOI: 10.1080/00224498809551445.
- MÜHLEN, B. K. von; DEWES, D.; STREY, M. N. A violência silenciosa: segredos na família e o impacto para a criança. In: OLIVEIRA, F. S. de; SANTA MARIA JAEGER, F. P. (Eds.). **Anais do Interfaces no Fazer Psicológico**, v. 4, pp. 17-18. RS: Centro Universitário Franciscano. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, p. 35-76, 2011.
- NAMY, S.; CARLSON, C.; O'HARA, K.; NAKUTI, J.; BUKULUKI, P.; LWANYAAGA, J.; NAMAKULA, S.; NANYUNJA, B.; WAINBERG, M. L.; NAKER, D.; MICHAU, L. Towards a feminist understanding of intersecting violence against women and children in the family. **Social Science & Medicine**, v. 184, p. 40-48, 2017. DOI: 10.1016/j.socscimed.2017.04.042.
- NIELSEN, J.; RUSSELL, E.; ELLINGTON, B. Social isolation and wife abuse: A research report. In: VIANO, E. C. (Ed.). **Intimate violence: interdisciplinary perspectives**, p 49-59. Washington, DC: Hemisphere, 1992.
- NILO, A. Mulher, violência & Aids: explorando interfaces. In **Mulher, violência & Aids: explorando interfaces**, p. 182-182, 2008. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/e/lil-663546>
- O'LEARY, K. D. Physical aggression between spouses: a social learning perspective. In: VAN HASSELT, V. B. et al. (Eds.). **Handbook of Family violence**. New York: Plenum, p. 31-55, 1988.
- OGUM ALANGA, D; ADDO-LARTEY, A. A.; SIKWEYIYA, Y.; CHIRWA, E. D.; COKER-APPIAH, D.; JEWKES, R.; ADANU, R. M. K. Prevalence and risk factors of intimate partner violence among women in four districts of the central region of Ghana: baseline findings from a cluster randomised controlled trial. **PLoS ONE**, v. 13, n. 7, 2018. DOI: 10.1371/journal.pone.0200874.
- OLIVEIRA, A. S. L. A. de; MOREIRA, L. R.; MEUCCI, R. D.; PALUDO, S. dos S. Violência psicológica contra a mulher praticada por parceiro íntimo: estudo transversal em uma área rural do Rio Grande do Sul, 2017. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 30, n. 4, 2021. DOI: 10.1590/S1679-49742021000400017.
- OLIVEIRA, E. M. de et al. Atendimento às mulheres vítimas de violência sexual: um estudo qualitativo. **Revista de Saúde Pública**, v. 39, n. 3, p. 376–382, 2005. DOI: 10.1590/S0034-89102005000300007.

OLIVEIRA, Q. B. M.; ASSIS, S. G. de; NJAINE, K.; PIRES, T. O. Namoro na adolescência no Brasil: circularidade da violência psicológica nos diferentes contextos relacionais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 3, p. 707–718, 2014. DOI: 10.1590/1413-81232014193.19052013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE [OMS]; KRUG, E. G. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002. DOI: 10.1016/s0140-6736(02)11133-0.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS (ONU). **Declaración sobre la eliminación de la violencia contra la mujer: resolución de la Asamblea General 48/104 del 20 de diciembre de 1993** [Declaração sobre a eliminação da violência contra a mulher: Resolução da Assembleia Geral 48/104 de 20 de dezembro de 1993]. A/RES/48/104, 1993.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. **Informe mundial sobre la violencia y la salud** [Relatório mundial sobre a violência e a saúde]. Washington: OMS, 2002.

PAGE, M. J.; MCKENZIE, J. E.; BOSSUYT, P. M.; BOUTRON, I.; HOFFMANN, T. C.; MULROW, C. D.; SHAMSEER, L.; TETZLAFF, J. M.; AKL, E. A.; BRENNAN, S. E.; CHOU, R et al. A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 31, n. 2, e2022107, 2022. DOI: 10.1590/s1679-49742022000200033.

PAIXÃO, L. A. B. de N. Assistência de enfermagem à mulher vítima de violência. (Monografia de Bacharelado em Enfermagem). Universidade de Brasília, Ceilândia/DF. para a saúde da mulher. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 13, n. 1, p. 1-18, 2014. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.36298/gerais2020130109>

PARENTE, E. O.; NASCIMENTO, R. O.; VIEIRA, L. J. E. S. Enfrentamento de violência doméstica por um grupo de mulheres após a denúncia. **Revista de Estudos Feministas**, v. 17, n. 2, p. 445-465, 2009. DOI: 10.1590/S0104-026X2009000200008.

PORCERELLI, J. H; West, P. A.; Binienda, J.; Cogan, R. Physical and psychological symptoms in emotionally abused and non-abused women. **Journal of the American Board of Family Medicine: JABFM**, v. 19, n. 2, p. 201–204, 2006. DOI: 10.3122/jabfm.19.2.201.

- RAMOS, S. et al. **Elas vivem: dados da violência contra a mulher**. Rio de Janeiro: CEsEC, 2022. Disponível em: http://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/03/EMBARGO-ATE-5AM-1003_REDE-DE-OBS-elas-vivem_-2.pdf
- RAO, S. A natural disaster and intimate partner violence: evidence over time. **Social Science & Medicine**, v. 247, 2020. DOI: 10.1016/j.socscimed.2020.112804.
- REICH, C. M.; BLACKWELL, N.; SIMMONS, C. A.; BECK, G. Social problem-solving strategies and posttraumatic stress disorder in the aftermath of intimate partner violence. **Journal of Anxiety Disorders**, v. 32, p. 31-37, 2015. DOI: 10.1016/j.janxdis.2015.02.007.
- RIBEIRO, W. S.; ANDREOLI, S. B.; FERRI, C. P.; PRINCE, M.; MARI, J. J. Exposição à violência e problemas de saúde mental em países em desenvolvimento: uma revisão da literatura. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 31, p. S49–S57, 2009. DOI: 10.1590/S1516-44462009000600003.
- RIGGS, D. S.; O'LEARY, K. D. A theoretical model of courtship aggression. In: PIROG-GOOD, M.; STETS, J. E. (Eds.). **Violence in dating relationships**. New York: Praeger, p. 53-71, 1989.
- ROSA, D. O. A.; RAMOS, R. C. D. S.; MELO, E. M. D.; MELO, V. H. A violência contra a mulher provocada por parceiro íntimo. **Femina**. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/0100-7254/2013/v41n2/a3793.pdf>
- ROVINSKI, S. L. R. **Dano psíquico em mulheres vítimas de violência**. Lumen Juris, 2004.
- RUIZ-PÉREZ, I.; PLAZAOLA-CASTAÑO, J. Intimate partner violence and mental health consequences in women attending family practice in Spain. **Psychosomatic Medicine**, v. 67, n. 5, p. 791–797, 2005. DOI: 10.1097/01.psy.0000181269.11979.cd.
- SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 115-136, 2001. DOI: 10.1590/S0104-83332001000100007.
- SAFFIOTI, H. I. B. Gênero e Patriarcado: a necessidade da violência in Castilho. MARTIN, M.; OLIVEIRA, S. de. (Orgs.) – **Marcadas a ferro: Violência contra a violência de gênero**.

SAFFIOTI, H. I. B. Violência de gênero: lugar da práxis na construção da subjetividade. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, n. 2, 1997.

SAFFIOTI, H. I. B. Violência doméstica sob a lei 9.099/95. **Relatório apresentado ao CNPq**, p. 140, 2003.

SALTZMAN, L. E; JOHNSON, C. H.; GILBERT, B. C.; GOODWIN, M. M. Physical abuse around the time of pregnancy: an examination of prevalence and risk factors in 16 states. **Maternal and child health journal**, v. 7, p. 31-43, 2003.

Disponível

em:

<https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/dephcl8&div=22&id=&page=>

SANDAY, P. R. The socio-cultural context of rape: a cross cultural study. **Journal of Social Issues**, v. 37, n. 4, p. 5-27, 1981.

SANTOS, M.; MACENA, R.; MOTA, R.; SOUZA, W.; SOUSA, J. E. P.; CAVALCANTE, F.; CÂMARA, K. Fatores associados ao uso do álcool entre homens autores de violência por parceiro íntimo no Ceará. **Journal of Health & Biological Sciences**, v. 7, p. 341, 2019. DOI: 10.12662/2317-3076jhbs.v7i4.2677.p341-350.2019.

SCHRAIBER, L. B.; d'OLIVEIRA, A. F. P. L. **O que devem saber os profissionais de saúde para promover os direitos e a saúde das mulheres em situação de violência doméstica**. Projeto Gênero, Violência e Direitos Humanos - Novas Questões para o Campo da Saúde. 2ª ed. São Paulo: Fundação Ford, CREMESP, 2003.

SCHRAIBER, L. B.; d'OLIVEIRA, A. F. P. L.; FRANÇA-JUNIOR, I.; DINIZ, S.; PORTELLA, A. P.; LUDERMIR, A. B.; VALENÇA, O.; COUTO, M. T. Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 41, n. 5, p. 797–807, 2007. DOI: 10.1590/S0034-89102007000500014.

SCHRAIBER, L. B.; d'OLIVEIRA, A. F. P. L.; FRANÇA-JUNIOR, I.; DINIZ, S.; PORTELLA, A. P.; LUDERMIR, A. B.; VALENÇA, O.; COUTO, M. T. Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 41, n. 5, p. 797–807, 2007. DOI: 10.1590/S0034-89102007000500014.

SCHRAIBER, L. B.; LATORRE, M. do R. D. O.; FRANÇA JR, I., SEGRI, N. J.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L. Validade do instrumento WHO VAW STUDY para

estimar violência de gênero contra a mulher. **Revista de Saúde Pública**, v. 44, n. 4, p. 658–666, 2010. DOI: 10.1590/S0034-89102010000400009.

SCHULER, S. R.; LENZI, R.; BADAL, S. H.; BATES, L. M. Women's empowerment as a protective factor against intimate partner violence in Bangladesh: a qualitative exploration of the process and limitations of its influence. **Violence Against Women**, v. 23, n. 9, p. 1100–1121, 2017. DOI: 10.1177/1077801216654576.

SCOTT, J. (1989). **Gender: a useful category of historical analysis**. Gender and the Politics of History. New York: Columbia University Press. 1989.

SILVA JÚNIOR, F. J. G. da; MONTEIRO, C. F. de S.; SALES, J. C. e S.; COSTA, A. P. C.; TEIXEIRA, M. I. R.; SANTOS, C. A. P. de S. Ideação suicida em mulheres e violência por parceiro íntimo. **Revista Enfermagem UERJ**, v. 29, n. 1, e54288, 2021. DOI: 10.12957/reuerj.2021.54288.

SILVA, E. C. H.; REIS, G. C. F. F. Avanço conservador na educação brasileira: uma proposta de governo pautada em polêmicas (2018). **Revista Cantareira**, n. 33, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/40563>

SILVA, E. P.; VALONGUEIRO, S.; ARAÚJO, T. V. B. de; LUDERMIR, A. B. Incidence and risk factors for intimate partner violence during the postpartum period. **Revista de Saúde Pública**, v. 49, 2015. DOI: 10.1590/S0034-8910.2015049005432.

SILVA, L. L. da; COELHO, E. B. S.; CAPONI, S. N. C. de. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 11, n. 21, p. 93–103, 2007. DOI: 10.1590/S1414-32832007000100009.

SILVA, N. F. S.; LEAL, S. M. C.; TRENTIN D.; VARGAS, M. A. O.; VARGAS, C. P.; VIEIRA, L. B. Atuação dos enfermeiros da atenção básica a mulheres em situação de violência. **Enfermagem em Foco**, v. 8, n. 3, p. 70-74, 2017. DOI: 10.21675/2357-707X.2017.v8.n3.1290.

SILVA, T. M. G. da; FERRREIRA, M. W.; GUARIZA, N. M. Contribuições da história oral para uma discussão sobre violência doméstica e adoecimento feminino. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 72, p. 257–283, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2021v72p257-283>

SILVA, V. D. S. da; NOVA, P. V. R. V.; MIRANDA, A. L. da C.; SANTOS, S.

J. de A.; ROSA, J. V. M.; PANTOJA, S. N. P.; SUZUKI, E. M.; FERREIRA, J. A.; MENDONÇA, N. S.; CARDOSO, K. P. S. Repercussões da violência doméstica na vida das mulheres. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 23, n. 4, e12265, 2023. DOI: 10.25248/reas.e12265.2023.

SILVEIRA, R. S.; NARDI, H. C. Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a lei Maria da Penha. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, especial, p. 14–24, 2014. DOI: 10.1590/S0102-71822014000500003.

SIQUEIRA, C. A.; ROCHA, E. S. S. Violência psicológica contra a mulher: Uma análise bibliográfica sobre causa e consequência desse fenômeno. **Revista Arquivos Científicos (IMMES)**, v. 2, n. 1, p. 12-23, 2019. Disponível em: <https://arqcientificosimmes.emnuvens.com.br/abi/article/view/107>

SOUZA, E. R. de; MEIRA, K. C.; RIBEIRO, A. P.; SANTOS, J. dos; GUIMARÃES, R. M.; BORGES, L. F.; OLIVEIRA, L. V.; SIMÕES, T. C. Homicídios de mulheres nas distintas regiões brasileiras nos últimos 35 anos: Análise do efeito da idade-período e coorte de nascimento. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 9, p. 2949-2962, 2017. DOI: 10.1590/1413-81232017229.12392017.

STREET, A. E.; GIBSON, L. E.; HOLOHAN, D. R. Impact of childhood traumatic events, trauma-related guilt, and avoidant coping strategies on PTSD symptoms in female survivors of domestic violence. **Journal of Traumatic Stress**, v. 18, n. 3, p. 245–252, 2005. DOI: 10.1002/jts.20026.

TAYLOR, A. Y. et al. **Isso aqui não é vida para você: masculinidades e não violência no Rio de Janeiro, Brasil**. Resultados do estudo internacional sobre homens e igualdade de gênero (IMAGES) com foco na violência urbana. Washington, DC e Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PROMUNDO, 2016.

TRACTENBERG, S. G.; MACIEL, L. M.; KLUWE-SCHIAVON, B.; LEVANDOWSKI, M. L.; KRISTENSEN, C. H. Intervenções em terapia cognitivo-comportamental para trauma complexo: uma revisão sistemática. **Temas em Psicologia**, v. 24, n. 2, p. 533-547, 2016.

TREVILLION, K.; ORAM, S.; FEDER, G.; HOWARD, L. M. Experiences of domestic violence and mental disorders: a systematic review and meta-analysis. **PloS one**, v. 7, n. 12, e51740, 2012. DOI: 10.1371/journal.pone.0051740.

VELLEMAN, R. Leonard's "Domestic violence and alcohol: what is known and what do we need to know to encourage environmental interventions?". **Journal of**

Substance Use, v. 6, n. 4, p. 251–257, 2001. DOI: 10.1080/146598901753325237.

VENTURIN, B.; AZEVEDO, T. S. de L.; PEDROSO, M. R. de O.; NASCIMENTO, L. de C. N.; SOUZA, M. V. de; LEITE, F. M. C. Prevalência e fatores associados à violência contra a mulher cometida pelo parceiro íntimo. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde**, v. 22, n. 2, p. 119–129, 2021. DOI: 10.47456/rbps.v22i2.27817.

WASELFISZ, J. J. Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil. **Curadoria Enap**, 2015. Disponível em: <https://exposicao.enap.gov.br/items/show/225>

WHITE, M. E.; SATYEN, L. Cross-cultural differences in intimate partner violence and depression: a systematic review. **Aggression and Violent Behavior**, v. 24, p. 120–130, 2015. DOI: doi.org/10.1016/j.avb.2015.05.005.

WILLIE, T. C.; KERSHAW, T. S. An ecological analysis of gender inequality and intimate partner violence in the United States. **Preventive Medicine**, v. 118, p. 257-263, 2019. DOI: 10.1016/j.ypmed.2018.10.019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION [WHO]. **Global consultation on violence and health: Violence: a public health priority**. Geneva: WHO. (Document WHO/EHA/SPI.POA.2). 1996. Disponível em: https://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/summary_en.pdf

WORLD HEALTH ORGANIZATION [WHO]. **International Classification of Diseases 11th [ICD-11] Revision**. The global standard for diagnostic health information. 2018. <https://icd.who.int/en/>

WORLD HEALTH ORGANIZATION [WHO]. **Respeto a las mujeres: Prevención de la violencia contra las mujeres** [Respeito às mulheres: Prevenção da violência contra as mulheres]. 2019. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/337198>

WORLD HEALTH ORGANIZATION [WHO]. **Understanding and addressing violence against women: intimate partner violence**. 2012a. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/77432>

WORLD HEALTH ORGANIZATION [WHO]. **Violence against women**. 2016. Disponível em: <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs239/en/>

YAPP, E.; PICKETT, K. E. Greater income inequality is associated with higher rates of intimate partner violence in Latin America. **Public Health**, v. 175, p. 87-89, 2019. DOI: 10.1016/j.puhe.2019.07.004.

YLLO, K. A.; STRAUS, M. A. Patriarchy and violence against wives: The impact of structural and normative factors. **Physical violence in American families**, p. 383-400, 2017. Routledge. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9781315126401-27/patriarchy-violence-wives-impact-structural-normative-factors-kersti-yлло-murray-straus>

YOSHIHAMA, M.; HORROCKS, J.; KAMANO, S. The role of emotional abuse in intimate partner violence and health among women in Yokohama, Japan. **American Journal of Public Health**, v. 99, n. 4, p. 647-653, 2009. DOI: 10.2105/AJPH.2007.118976.

ZANCAN, N.; HABIGZANG, L. F. Regulação emocional. Sintomas de ansiedade e depressão em mulheres com histórico de violência conjugal. **Psico-USF**, v. 23, n. 2, p. 253-265, 2018. DOI: 10.1590/1413-82712018230206.

ZANCAN, N.; WASSERMANN, V.; LIMA, G. Q. A violência doméstica a partir do discurso de mulheres agredidas. **Pensando Famílias**, v. 17, n. 1, p. 63-76, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1679-494X201300010000&script=sci_abstract

7 Anexo

7.1 Anexo A: Artigos selecionados

Nº do artigo	Título	Autores	Ano de publicação
1	Violência contra mulher no período da COVID -19	Sileuza da Silva Meira Rocha et al.	2022
2	Tipificação da violência contra a mulher no município Juazeiro/BA	Luana Nunes Cabral et al.	2021
3	Ideação suicida em mulheres e violência por parceiro íntimo	Fernando José Guedes da Silva Júnior et al.	2021
4	O Que os Olhos Não Veem, o Coração Não Sente? Desenvolvimento de um instrumento brasileiro para avaliar a violência psicológica contra a mulher	Larissa Fook Bastos et al.	2021
5	Contribuições da história oral para uma discussão sobre violência doméstica e adoecimento feminino	Tânia Maria Gomes da Silva et al.	2021
6	Violência doméstica: um estudo com mulheres atendidas no centro de atenção psicossocial	Antonia Leticia Ximenes de Oliveira et al.	2022
7	Prevalência e fatores associados à violência contra a mulher cometida pelo parceiro íntimo	Brenda Venturin et al.	2021
8	Violência por parceiro íntimo durante a gravidez: enfoque nas características do parceiro	Ranielle de Paula Silva et al.	2022
9	Direcionalidade da Violência em Casais Heterossexuais	Josiane Razera et al.	2022
10	Tendência, espacialização e circunstâncias associadas às violências contra populações vulneráveis no Brasil, entre 2009 e 2017	Marcelo Luiz Medeiros Soares et al.	2021
11	Prevalência e fatores associados ao uso de medicamento indutor do sono entre mulheres assistidas na Atenção Primária à Saúde: estudo transversal em Vitória, Espírito Santo, 2014	Franciéle Marabotti Costa Leite et al.	2022
12	Inquéritos policiais: tipos de violência contra as mulheres	Iara Maribondo Albuquerque et al.	2021
13	Violência psicológica contra a mulher praticada por parceiro íntimo: estudo transversal em uma área rural do Rio Grande do Sul, 2017	Andrea Silveira Lourenço Aguiar de Oliveira et al.	2021
14	Violence in Quilombola women living in rural communities in Brazil	Thaís Verly Luciano et al.	2022
15	The Role of Income on the Relationship Between the Brazilian	Tatyana Henriques Leite et al.	2022

	Cash Transfer Program (Programa Bolsa Família) and Intimate Partner Violence: Evidence From a Multigroup Path Analysis		
16	Intimate Partner Violence against Mastectomized Women: Victims' Experiences	Franciéle Marabotti Costa Leite et al.	2022
17	Association between violence and depression during pregnancy with perinatal outcomes: a moderated mediation analysis	Liliana Yanet Gómez Aristizábal et al.	2022
18	Violência cometida pelo parceiro íntimo: estudo observacional com mulheres atendidas no Sistema Único de Saúde	Kennya Formiga et al.	2021
19	Gender inequalities in violence victimization and depression in Brazil: results from the 2019 national health survey	Matías Mrejen et al.	2023
20	Violência contra pessoas LGB+ no Brasil: análise da Pesquisa Nacional de Saúde 2019	Nádia Machado de Vasconcelos et al.	2023
21	Associação entre a violência e as características socioeconômicas e reprodutivas da mulher	Franciéle Marabotti Costa Leite et al.	2021
22	Violência por parceiro íntimo em região de tríplice fronteira	Gabriela Kauana Silva et al.	2021
23	Violência por parceiro íntimo e resiliência em mulheres da Amazônia ocidental brasileira	Vivian Victoria Vivanco Valenzuela et al.	2022
24	Família de origem e conjugalidade: considerações sobre a direcionalidade da violência	Josiane Razera et al.	2022
25	Recurrent Violence, Violence with Complications, and Intimate Partner Violence against Pregnant Women and Breastfeeding Duration	Marizélia Rodrigues Costa Ribeiro et al.	2021
26	Understanding intimate relationships with abusive behavior through attachment theory	Amanda de Souza Tosta et al.	2021
27	Violência interpessoal contra homossexuais, bissexuais e transgêneros	Hugo Fernandes et al.	2022